

**OS ESPAÇOS DOS JOVENS NOS PROCESSOS  
DE TRANSFORMAÇÃO DO MEIO RURAL  
Um estudo de caso no município de Camboriú**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

apresentada por

**JOSETE MARA STAHELIN PEREIRA**

Professora Orientadora: Dra. Júlia S. Guivant

Florianópolis, fevereiro de 2001.



**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: [ppgsp@cfh.ufsc.br](mailto:ppgsp@cfh.ufsc.br)

---

## **Os Espaços dos Jovens nos Processos de Transformação do Meio Rural. Um Estudo de Caso no Município de Camboriú.**

**Josete Mara Stähelin Pereira**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:

Prof.ª Dr.ª Júlia Silvia Guivant  
Orientadora

Prof.ª Dr.ª Janice Tirelli Ponte de Sousa  
Membro

Prof.ª Dr.ª Maria Amélia Schmidt Dickie  
Membro

Prof.ª Dr.ª Ilse Scherer-Warren  
Coordenadora

Florianópolis, SC, Fevereiro de 2001.

## **AGRADECIMENTOS**

Especialmente ao Dilon, à Juliana, à Gabriela pela paciência e compreensão.

Aos(às) jovens que concederam as entrevistas e seus respectivos pais.

Às pessoas das instituições públicas e agricultores entrevistados.

Aos coordenadores da pesquisa realizada em Saudades.

Ao Cisne, Margareth, Bertoldo e Lúcia pela acolhida carinhosa.

À Maria e à Liliane porque são minhas amigas.

À Professora Júlia S. Guivant por sentar ao meu lado e me fazer perceber possíveis caminhos.

À direção, professores e funcionários do Colégio Agrícola de Camboriú.

Ao Luciano por me ensinar a “navegar”.

## OS ESPAÇOS DOS JOVENS NOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO DO MEIO RURAL: Um estudo de caso no município de Camboriú.

Autora: Josete Mara Stahelin Pereira  
Professora Orientadora: Dra. Júlia Sílvia Guivant

### RESUMO

As transformações ocorridas no meio rural brasileiro tanto nos aspectos econômicos como sociais (esses principalmente) têm gerado alterações nas relações interpessoais dos membros da unidade de produção familiar rural, nas formas de organização do trabalho dentro e fora destas unidades, além das alterações no sistema de uso das terras e nos processos de sucessão das mesmas. A partir deste processo de transformação, surgem outras atividades no meio rural que não podem mais ser consideradas exclusivamente agrícolas. A juventude rural faz parte deste quadro de mudanças e crises do seu meio e , precisa, pois, ser reconhecida como um sujeito heterogêneo e um agente social. O objetivo deste estudo de caso é investigar como os(as) jovens do meio rural do município de Camboriú estão enfrentando esta realidade e de que maneira sua relação com a família, com os agentes externos a propriedade rural e com as novas formas de organização do trabalho dentro e fora da unidade de produção familiar (pluriatividade) poderão ou não contribuir para a elaboração de um projeto de vida individual seja no meio rural - local que pode adquirir vários significados para a juventude - seja no meio urbano.

**THE YOUNG PEOPLES' SPACES IN THE PROCESS OF TRANSFORMATION  
OF THE BRASILIAN RURAL SPACE: A study of case in the municipal district of  
Camboriú.**

Author: Josete Mara Stahelin Pereira  
Adviser: Julia Silva Guivant

**ABSTRACT**

The transformations have occurred in social, economic and physical aspects of Brazilian rural space (mainly social) have generated alterations in the interpersonal relationships on the members of the rural familiar production unit, in the forms of organization of work outside and inside of these units besides alterations in the system of the use of land and in the process of succession of the same ones. From this process of transformation, other activities appear in the rural space which can no longer be considered exclusively agricultural. The rural youth belongs to this picture of crisis and changes of their space and must be recognized as a heterogeneous subject and social agent. The objective of this study of case is to investigate how both male and female young people in the countryside of municipal district of Camboriú are facing this reality and how their relationship with their family along with the external agents and with the new form of organization of work, inside and outside of the familiar production unit (pluriactivity) can or cannot contribute to the elaboration of an individual life project in the rural space - place that can acquire several to the youth - or in the urban space.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	i
INTRODUÇÃO.....	01
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO.....</b>	<b>07</b>
1.1 O processo de modernização da agricultura no Brasil.....	07
1.2 O êxodo rural.....	13
1.3 Agricultura familiar no Brasil - um breve resumo histórico.....	14
1.4 Panorama atual.....	19
1.5 Pluriatividade: reinventando o campo.....	21
1.6 Ruralidade: espaços redescobertos?.....	31
1.7 A ruralidade brasileira.....	33
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>UM NOVO RURAL PARA UMA NOVA GERAÇÃO?.....</b>	<b>39</b>
2.1 Juventude: suas expectativas e desejos.....	39
2.2 Juventude rural brasileira: pais e filhos frente à ruptura de algumas tradições.....	49
2.3 A migração seletiva.....	53
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>CAMBORIÚ E BALNEÁRIO CAMBORIÚ.....</b>	<b>56</b>
3.1 Resgatando a história.....	56
3.1.1 A população do município de Camboriú.....	57
3.1.2 O setor econômico.....	59
3.1.3 As atividades agrícolas.....	60
3.1.4 As transformações no meio rural.....	62
3.2 Balneário Camboriú.....	65
3.2.1 Aspectos socioeconômicos.....	66
3.3 Os Camboriús.....	67
3.4 Estratégias políticas.....	70
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>O MEIO RURAL DE CAMBORIÚ.....</b>	<b>73</b>
4.1 Caracterização geral da área estudada.....	73
4.2 Novas transformações no espaço rural.....	75
4.3 Pais e filhos: a importância da terra e das tradições.....	77
4.4 Os jovens e seus projetos de vida.....	80
4.4.1 A educação formal.....	80
4.4.2 Trabalho urbano ou trabalho rural.....	86
4.5 O âmbito das relações sociais.....	109
4.6 O viés de gênero.....	113

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125
ANEXO 01.....	131
ANEXO 02.....	140
ANEXO 03.....	148
ANEXO 04.....	149
ANEXO 05.....	150

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Taxa líquida migratória – 1950/95.....	13
Tabela 2. Agricultores familiares – estabelecimento, área, VBP, FT – segundo as regiões.....	20
Tabela 3. população.....	58
Tabela 4. Camboriú – comparativo dos Censos Agropecuários de 60, 70, 80, 85 e 95.....	62
Tabela 5. Microrregião de Itajaí – produção de arroz.....	64
Tabela 6. Área e produção dos principais cultivos – Camboriú – 1993 e 1996.....	65
Tabela 7. Estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços – empresas cadastradas exercendo suas atividades (autônomos incluídos).....	66
Tabela 8. Evolução populacional.....	66
Tabela 9. Número geral de turistas no quadrimestre (dez./jan/fev./mar).....	66
Tabela 10. Renda nominal mensal (em salários mínimos) dos chefes de domicílio dos municípios de Balneário Camboriú e Camboriú - 1991.....	67
Tabela 11. Grau de instrução dos entrevistados.....	81
Tabelas 12, 13, 14 e 15. Questões relativas ao investimento na educação.....	82
Tabelas 16 e 17. Grau de instrução e trabalho agrícola.....	84
Tabelas 18 e 19. Grau de instrução e oportunidades de trabalho.....	85
Tabelas 20, 21, 22 e 23. Preferência das moças em relação ao trabalho no meio rural	87
Tabelas 24, 25, 26, 27 e 28. Possibilidade das moças exercerem atividade agrícola....	89
Tabelas 29, 30 e 31. Os rapazes e a profissão de agricultor.....	92
Tabelas 32 e 33. Dificuldades para exercer a profissão de agricultor.....	95
Tabelas 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41. Razões e condições para permanecer ou sair do meio rural.....	97



Tabelas 42 e 43. Por que os jovens podem abandonar o campo?.....	101
Tabelas 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51 e 52. Pais e filhos frente à tomada de decisões.	102
Tabelas 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 62. Possibilidade de aquisição de uma propriedade e aplicação de recursos.....	106
Tabelas 63, 64, 65, 66, 67 e 68. Os jovens e suas relações com agentes externos à propriedade.....	110
Tabela 69. População de Camboriú em 01.08.2000.....	119
Tabela 70. População de Saudades em 01.08.2000.....	119

## INTRODUÇÃO

Quando se inicia um trabalho de pesquisa os "porquês" passam a fazer parte do nosso cotidiano muito mais intensa e freqüentemente. Aparecem as interrogações, causas, explicações, motivos, indefinições e finalidades. E quanto mais nos perguntamos: por quê(?), mais se abre o paradoxo e nos enredamos na tentativa de enlaçar idéias contrastantes. É um desafio! Confrontamo-nos constantemente com a nossa realidade interna, com a realidade externa e com a realidade cristalizada tanto dos saberes do senso comum quanto dos saberes científicos. Como conciliá-los? Como contestá-los?

As interrogações surgiram dentro do ambiente de trabalho. Sou professora de Língua Portuguesa e trabalho em um Colégio Agrícola localizado no município de Camboriú. Essa escola forma Técnicos em Agropecuária desde o ano de 1953, sendo assim uma das escolas mais tradicionais do Sul do país na área. Recebe alunos do estado de Santa Catarina (a maioria do interior do estado e de áreas rurais, embora, recentemente, esteja recebendo, também, alunos das áreas urbanas e litorâneas próximas) e das regiões Sul e Sudeste do país. Oferece os cursos de: Técnico em Agropecuária, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Informática e aguarda a implementação de mais dois cursos técnicos para o ano de 2001. A escola funciona em regime de internato e semi-internato. Além disso, oferece cursos extracurriculares destinados às comunidades interna e externa. A partir do contato com os alunos e suas demandas, comecei a perceber as transformações que vem aos poucos sofrendo o município de Camboriú, em especial no referente as suas características de local rural exclusivamente agrícola. Este município encontra-se localizado ao lado de um dos balneários mais famosos do sul do Brasil: Balneário Camboriú.

Uma das principais perguntas que passou a orientar meu trabalho no Mestrado foi: como os jovens do meio rural, e não apenas de Camboriú, mas também de outros locais rurais, estariam percebendo as mudanças que vêm ocorrendo no seu meio, especialmente as ocasionadas pela modernização da agricultura brasileira nas últimas

décadas? Os profissionais de escolas formadoras de técnicos agrícolas estamos atentos a essas mudanças? Frente a estas questões fomos orientando nossa pesquisa para poder entender a situação e perspectivas atuais dos jovens oriundos do meio rural, tema que consideramos poder contribuir para orientar melhor os currículos escolares e também oferecer informações e análises que podem ser importantes para o planejamento do próprio município de Camboriú.

Um dos primeiros problemas que tivemos que enfrentar foi o fato de se tratar de uma temática que descobrimos ser muito incipientemente pesquisada ainda no Brasil. Isto nos coloca o desafio de como pesquisar sobre a juventude rural no município, com tão poucas referências nacionais, para poder comparar suas expectativas, anseios, projetos de vida (rural ou urbana?). Neste contexto consideramos uma excelente oportunidade poder contar com a cuidadosa e recente pesquisa realizada no oeste de nosso Estado, inicialmente no município de Saudades, mas agora estendida a outros municípios da região, e que teve como objetivo fundamental levantar hipóteses de trabalho e indicar caminhos futuros de pesquisa e intervenção de políticas públicas para a questão da juventude rural e suas expectativas em relação ao seu futuro na atividade agrícola. Logo que definimos o tema, entramos em contato com os pesquisadores da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - que coordenaram esta pesquisa com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO - e combinamos realizar nossa pesquisa no município de Camboriú tomando como base os parâmetros por eles utilizados, em especial os questionários, que redefinimos para nossa amostra. Desta forma, a pesquisa realizada no meio rural de Camboriú teve um caráter exploratório objetivando comparar alguns dados aqui levantados com dados levantados no oeste catarinense.

Como parte inicial de nossa pesquisa, estabelecemos contatos com informantes-chave para levantar subsídios com o intuito de perceber as primeiras diferenças entre os dois rurais (Saudades e Camboriú) e, portanto, reelaborar algumas questões que faziam parte do questionário adotado na pesquisa de Saudades e adaptá-las à

realidade do meio rural de Camboriú, para se evitar as generalizações muito comuns que são estabelecidas quando se trata do rural. É óbvio que, só pelo fato de Camboriú possuir no seu entorno cidades litorâneas com grande potencial turístico, localizadas a poucos quilômetros de sua sede, já o diferencia do município de Saudades. Este último é mais representativo da agricultura familiar tradicional. Possui uma população rural de 5.934 habitantes<sup>1</sup>, distribuídas em 27 comunidades rurais. Neste meio rural desenvolvem-se quase que exclusivamente atividades agropecuárias como: milho, feijão, fumo, bovinos, suínos e aves.

Uma vez estabelecidos estes contatos com os informantes-chave, iniciamos as entrevistas com as pessoas selecionadas para o levantamento de informações: secretários da saúde, educação e agricultura, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município, agentes técnicos da EPAGRI, professores do Colégio Agrícola de Camboriú, funcionárias do SINE - Sistema Nacional de Empregos - de Camboriú e Balneário Camboriú, agricultores locais. Foram entrevistados ainda no decorrer da pesquisa um cabo da polícia militar e um tenente da polícia civil locais.

É importante esclarecer que, apesar de boa vontade e da disponibilidade para nos prestar informações, a falta de dados estatísticos, falta de controle e acompanhamento desses dados em alguns órgãos públicos como a EPAGRI e polícias civil e militar, prejudicaram o levantamento de algumas informações que seriam essenciais para a pesquisa. Por isso, muitas vezes, tivemos que trabalhar com dados informais, adquiridos verbalmente ou através de gravações de fitas, caracterizando um levantamento pautado nas "impressões" dos entrevistados. Apesar disso, deve-se reforçar que o trabalho seguiu adiante, justamente pela atenção e predisposição das pessoas entrevistadas.

Após terem-se estabelecidos os contatos com as pessoas e órgãos citados, possuíamos mais subsídios para a reestruturação do questionário a ser aplicado aos jovens. Assim, fomos a campo para uma conversa exploratória e informal com alguns

---

<sup>1</sup> As alterações ocorridas na população rural deste município serão comentadas nas considerações finais.

jovens cujos nomes nos foram indicados pela agente técnica da EPAGRI. Nosso problema inicial era como selecionar a amostragem, já que tínhamos o propósito de levantar uma amostragem aleatória. Optamos pela amostragem por acessibilidade. Segundo Gil (1995) constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituído de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo.

A partir daí, fizemos o sorteio das comunidades onde seriam realizadas as entrevistas. Foram sorteadas 9 comunidades rurais e ficou estabelecido que seriam também sorteados 4 jovens de cada comunidade, perfazendo um total de 36 jovens.

Procedemos, então, da seguinte maneira para obtermos a amostragem: ao primeiro contato que fazíamos com um(a) jovem de cada comunidade eleita, solicitávamos que esses(as) nos dessem nomes de outros(as) jovens. Se obtivéssemos mais de 5 nomes em cada comunidade, efetuávamos um sorteio; caso contrário, ficávamos com os que eram citados. Na maioria das comunidades eleitas conseguimos o número de jovens preestabelecido para responderem ao questionário. Nas restantes, tivemos que nos limitar a entrevistar 2 ou 3 jovens pois apenas alguns preenchiam os requisitos estabelecidos para a amostra: ter de 15 a 24<sup>2</sup> anos e ser solteiro(a). Por este motivo, entrevistamos apenas 30 jovens já que nas comunidades mais afastadas da sede municipal a quantidade de jovens é bem mais escassa e tivemos que entrevistar o número encontrado, caso contrário, teríamos que alterar a amostra, fazendo um novo sorteio.

Fizemos também um sorteio dentre os pais dos jovens que responderam ao questionário para eleger aqueles que seriam entrevistados. A entrevista com os pais seguiu o padrão de semi-estruturada e poderia ser entrevistado tanto o pai como a mãe, ou seja, aquele que estivesse disponível no momento em que fôssemos entrevistar os jovens. Em alguns casos, conseguimos entrevistar o pai e a mãe. Contudo não elaboramos questões distintas para o pai e para a mãe. Ambos responderiam às mesmas questões.

---

<sup>2</sup> Critério adotada pela Organização das Nações Unidas.

Nossa amostra se compõe então de 30 jovens selecionados, os quais responderam a um questionário (anexo) e 11 entrevistas realizadas com os pais, cujas questões também fazem parte dos anexos. As entrevistas foram realizadas nos finais de semana, nos sábados à tarde e domingos à tarde, pois era o momento em que encontrávamos praticamente a família reunida. Queremos registrar que fomos recebidas com muito carinho pelas famílias do meio rural de Camboriú.

A dissertação será organizada em 4 capítulos, os quais abordarão os seguintes aspectos: no 1º capítulo trataremos da agricultura familiar e suas transformações no contexto brasileiro. Veremos como o processo de modernização da agricultura interferiu nas práticas agrícolas das famílias rurais, nas dinâmicas de ocupação em atividades agrícolas, gerando, assim, novas formas de organização em relação ao trabalho realizado no meio rural e tempo despendido nestas ocupações, deflagrando-se crises socioeconômicas e ambientais. Ainda neste capítulo apresentamos um breve histórico da organização da agricultura familiar desde o seu conceito de campesinato e as transformações que ocorreram no interior das unidades de produção familiar que alteraram não só a dinâmica das atividades, a organização espacial e temporal, mas também e, principalmente, as relações sociais que se travam neste meio. Ademais, consideramos importante abordar os temas pluriatividade e ruralidade. Embora a literatura demonstre que os agricultores familiares procuram, de certa forma, alternar outras atividades consideradas não agrícolas associadas às atividades agrícolas, o tema da pluriatividade e de sua significação para a sobrevivência da agricultura familiar assim como para uma agricultura sustentável passou a ser central nos debates atuais dentro da sociologia rural. Discute-se até que ponto a pluriatividade envolve novas formas de organização do trabalho, do tempo e espaço rural. E até que ponto a pluriatividade, envolvendo atividades não agrícolas, implica uma transformação dos significados da ruralidade.

O segundo capítulo tratará da juventude rural. Esta faixa etária demográfica engloba características específicas que muitas vezes não são percebidas por outros atores sociais, trazendo dificuldades para os jovens, tanto rurais quanto urbanos de se perceberem também atores que são protagonistas de seus próprios projetos de vida.

No terceiro capítulo consideramos inicialmente a história do município de Camboriú: passado e presente. Incluímos aí as transformações ocorridas no meio rural deste município nas últimas décadas, tentando entender como, a partir destas transformações, os seus habitantes foram criando novas formas de trabalho no meio rural, alternando as práticas agrícolas com atividades não agrícolas de alguns membros da família e os conflitos e expectativas que podem gerar estes processos de transformação que ainda estão ocorrendo. Relataremos também um pouco da história de Balneário de Camboriú e as relações nas trajetórias destes dois municípios.

No quatro e último capítulo faremos a análise dos dados dos questionários aplicados entre os jovens e das entrevistas realizadas com os pais. Procuraremos analisar as expectativas dos jovens em relação ao meio rural de Camboriú: o que querem os jovens e o que este meio rural pode lhes oferecer de alternativas para a realização de projetos de vida futuros. As análises serão feitas através de tabelas agrupadas por temas, comparando os anseios, expectativas e desejos dos rapazes e das moças. Alguns resultados serão, finalmente, confrontados com a pesquisa realizada com os jovens do município Saudades.

## CAPITULO 1

### AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO.

#### 1.1 – O processo de modernização da agricultura no Brasil.

Ao se analisar o processo de modernização agrícola ocorrido no Brasil é necessário tentar fazê-lo procurando respeitar as especificidades das regiões, pessoas e entidades governamentais envolvidas nele. Sabe-se que tal processo não se deu de maneira uniforme e linear e tampouco atingiu a totalidade do território brasileiro. Em muitos lugares do país, citando especificamente o município de Camboriú, onde foi realizada a pesquisa de campo, ainda ouvem-se dos agricultores expressões do tipo ...”não dá mais pra trabalhar na roça...somos obrigados a jogar a enxada fora...(Paulo, agricultor)<sup>1</sup>. Valemo-nos da expressão do agricultor quando ele diz que joga fora um instrumento ora considerado rudimentar dentro dos padrões modernizadores da agricultura e, no entanto, esse ainda serve como instrumento de trabalho de um grande contingente de produtores rurais. Fatos desta natureza reforçam a necessidade de se compreender a análise dos processos de modernização do meio rural não de forma genérica, porém olhando os acontecimentos atrelados às suas variações regionais e à maneira como as pessoas reagem às transformações do mundo rural.

Diversos fatores, contudo, caracterizam o processo de modernização da agricultura no Brasil: intensa mecanização agrícola e modificações técnicas; utilização de insumos químicos; estímulo à produção destinada ao mercado externo e os problemas ecológicos agravados por este modelo.

É necessário, no entanto, considerar os dois adjetivos utilizados para distinguir a agricultura: a tradicional e a moderna, o que será feito de uma maneira sucinta. Segundo o economista Shultz (1965), cuja abordagem foi um dos pilares teóricos que internacionalmente impulsionou a disseminação da idéia de que seria necessário que a atividade agrícola pudesse se transformar numa atividade rentável e lucrativa, se fossem alterados alguns fatores de produção agrícola. Agricultura

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida em 16/09/2000



"tradicional" representaria a atividade de baixa produtividade marginal do trabalho e do capital com sua dinâmica sempre constante, seja no estado dos conhecimentos dos agricultores, nas suas preferências e motivos para manter e adquirir fontes de renda. Essas constâncias acabariam estagnando qualquer tipo de investimento ou prática agrícola novos. Assim, se houvesse investimentos na produção de insumos modernos, na pesquisa pública e na educação rural, a agricultura poderia ser uma atividade rentável como qualquer outra, tornando-se desta forma, uma agricultura moderna. Esta "formulação proposta por Schultz tornou-se o mote das políticas de desenvolvimento da agricultura por intermédio da modernização tecnológica" (Salles, 1993, p.45).

A mesma idéia tornou-se consensual em diagnósticos levantados por programas de ação governamental no Brasil nos anos 60, que apresentavam o setor agrícola como retardatário e com baixa produtividade geral. Esses diagnósticos ressaltavam também a importância da educação escolar, ou seja, "prover o habitante do quadro rural com um mínimo de escolaridade, elevar-lhes os padrões culturais pela via do extensionismo e transmitir-lhes uma tecnologia nova pela demonstração (Brasil - Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica 1964, apud Castro, 1984, p.327). A agricultura se modernizaria através de estratégias reformistas, pela assistência técnica (educação), pesquisa e crédito rural.

Graziano Neto (1982) também chama a atenção para o conceito de agricultura moderna, onde "cada vez mais a lógica da reprodução do capital vai-se impondo na agricultura, subordinando as demais relações de produção", e à ideologia modernizadora que orienta as ações das pessoas que trabalham no setor agrícola, direta ou indiretamente, desprezando ou ignorando aquilo que não é rotulado como moderno, provocando assim uma substituição das técnicas consideradas obsoletas ou tradicionais. Este modelo de uma agricultura moderna foi sendo simultaneamente difundido e adotado em muitos países, fossem eles desenvolvidos ou não.

O fenômeno da modernização agrícola no Brasil consolidou-se em meados dos anos 60, quando da efetivação de ações que implementaram o processo de industrialização aliadas ao ciclo econômico conhecido como "milagre brasileiro". Embora houvesse a vontade de forças políticas progressistas pela idealização de um

projeto mais democrático e desta forma socialmente mais justo para a distribuição da posse da terra, a estrutura agrária manteve seu padrão conservador. Deu-se preferência às formas “modernas” de produção agrícola, relegando-se as alianças tradicionais da hegemonia rural, com exceção de algumas regiões, como o Sul do Brasil. Este processo ficou conhecido como "modernização conservadora", uma vez que ele propiciou um "processo de transformação tecnológica profundo, sem que tenha ocorrido qualquer modificação na estrutura agrária, conservando e agravando o padrão injusto de distribuição da posse da terra" (Graziano Neto, 1982, p.50).

A partir de então, a agricultura passa a ser incorporada ao processo de acumulação capitalista, uma vez que esta não se restringe apenas à produção de matéria-prima e alimentos, mas também como mercado para máquinas e posteriormente, outros insumos agrícolas (Martine et al, 1987). Desta forma, a ideologia da modernização foi dando espaço para a expansão do capitalismo na agricultura, através do capital industrial e financeiro "dominando a produção agrícola pela comercialização (controle de preços, contratos para entrega dos produtos), retendo assim o excedente que caberia aos produtores agrícolas" (Graziano Neto, 1982). Surgem os complexos agroindustriais, transformando o setor agrícola cada vez mais integrado e dependente da indústria de produção e processamento dos produtos de origem agrícola. Os complexos agroindustriais (também conhecidos como fenômeno de caificação do padrão agrícola) cresceram em número, tamanho, importância e poder. A caificação do padrão agrícola acabou por determinar o modelo agrícola, integrando à dinâmica industrial de produção os que se encontravam aptos para seguir tal modelo. Trouxe a euforia das supersafras, fortalecendo a imagem de uma agricultura moderna, auto-suficiente (Martine, 1991, p.8).

Ainda neste período, consagra-se o pacote tecnológico, identificado como Revolução Verde, que oferecia a elevação da produtividade média através de sementes melhoradas as quais associadas a um sistema de cultivo adequado, reduziriam o tempo de produção das atividades agropecuárias. As vantagens do pacote vinham condicionadas à aquisição de máquinas (tratores, colheitadeiras, etc.), sementes e insumos químicos agrícolas. Estas inovações tecnológicas facilitavam o trabalho e diminuía o tempo empregado para o desempenho de muitas atividades

agropecuárias. Aparentemente, a modernização vista desta forma traz a conotação de progresso técnico e facilitadora do trabalho das pessoas envolvidas com a atividade agrícola. Entretanto, as transformações desencadeadas por tal modernização não se restringem às vantagens deste progresso técnico. É preciso ressaltar que todo este processo de modernização transformou sensivelmente as relações sociais de produção no campo. Isto se deu, por um lado, pela alteração das formas de trabalho aí desenvolvidas, quando estas foram gradativa e intensivamente substituídas pelas máquinas. Assim, um número significativo de trabalhadores de tempo integral e fixos, foi se transformando em bóias-frias ou volantes e a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais assalariada. Por outro lado, a substituição de certas culturas tidas como tradicionais por determinadas culturas (trigo, café, soja) que interessavam ao mercado exportador, exigiam uma reestruturação na organização social da produção (Martine et al, 1987).

Outro importante elemento para compreender o novo modelo agrícola e a forma como ele se consolidou foi o crédito rural:

"Peça essencial do projeto de modernização tecnológica e do processo de consolidação do complexo industrial, o crédito rural subsidiado constituiu um instrumento de articulação e convergência entre os seguintes atores sociais: os proprietários rurais/burguesia agrária, o grande capital com interesse na agricultura (...), os capitais de origem urbana preocupados com a aplicação de capital produtivo na agricultura e com a especulação de terras, os bancos e o Estado" (Martine et al, 1987, p. 22).

A política de crédito rural favoreceu à grande produção agrícola capitalizada, à aquisição de máquinas e implementos agrícolas, uma vez que as pequenas propriedades com produção de culturas de alimentação básica pouco se beneficiaram da política de crédito rural do governo, exceto no sul.

Outra disparidade desta política de crédito rural subsidiado foi a disponibilidade de um excedente financeiro desviado para a compra de terras agrícolas, acarretando assim um aumento do preço da terra, favorecendo o acesso à posse destas terras àqueles que já dispunham de terras em detrimento daqueles que a

intencionavam para pequena produção. Desta forma, no auge dos anos 60 e 70, as estratégias de desenvolvimento conduzidas e estimuladas pelo Estado favoreceram a modernização do latifúndio e a constituição de grandes e médias empresas agrícolas, mascaradas com uma opção alternativa à Reforma Agrária.

Segundo Martine et al. (ibidem, p.55) "foi a partir da reestruturação das atividades produtivas, da concentração fundiária e de suas conseqüências, que se acentuaram a desestruturação do emprego no campo, o êxodo rural, a concentração urbana e a fome". Ao analisar-se o modelo de modernização agrícola brasileiro que tinha como um dos objetivos, também, a oferta de alimentos, pode-se concluir que a agricultura industrializada aumentou sua capacidade produtiva de alimentos, porém, não foi eficiente na sua capacidade distributiva dos gêneros alimentícios.

As mudanças nas dinâmicas de ocupação em atividades agrícolas têm gerado novas formas de organização em relação ao trabalho e o tempo despendido nestas ocupações. Segundo Martine et al. (1987, p.63)

"as ocupações estáveis e permanentes foram em grande parte desestruturadas devido: à adoção de escalas de produção maior que expulsaram pequenos produtores, sejam eles proprietários ou não; à maior utilização de máquinas que expulsou a mão-de-obra tradicional; às mudanças nas relações de trabalho que expulsaram parceiros e arrendatários; finalmente à especulação fundiária que também expulsou todo tipo de trabalhador rural, mesmo em circunstâncias em que não houve mudanças efetivas no processo de produção".

Outra questão a ser colocada dentro deste panorama da modernização da agricultura no Brasil foi seu impacto ambiental. A utilização inadequada do solo, seja pela produção extensiva de certas culturas ou pela mecanização intensiva aliada a uma aração constante e profunda, têm provocado erosão e desertificação. Acrescentam-se a isto, a contaminação por agrotóxicos do ar, do solo e de águas superficiais e subterrâneas, além dos alimentos. O uso inadequado e indiscriminado destes produtos químicos deve-se em grande parte à falta de controle e fiscalização sobre a produção, comercialização e emprego dos mesmos. São inúmeros os riscos de intoxicação e

conseqüentemente de mortalidade provocados por pesticidas no Brasil. (Guivant, 1992).

Este processo de desenvolvimento agrícola associado às desigualdades sociais juntamente como as ações humanas de exploração predatória trouxe, a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, uma preocupação com a crise socioambiental. Constatou-se, então, que a problemática ambiental estava intimamente associada ao modelo modernizador da agricultura brasileira, uma vez que 45% do território nacional é constituído por ecossistemas manejados para fins agropecuários. Uma estratégia para minimizar as conseqüências destes impactos ambientais, além da conscientização da população (educação ambiental), de uma legislação eficiente, fiscalização e controle governamental, seria a valorização do espaço rural enfatizando a importância de sua relação com a natureza junto com a dinamização e diversificação das formas de produção. Uma agricultura familiar voltada para a diversificação de culturas e de criações, mantendo uma relação positiva com o território, valorizando as potencialidades próprias aos ecossistemas onde está inserida, pode trazer significativos benefícios sociais ( por exemplo, gerar novas alternativas que reduzam o êxodo rural) e ambientais (por exemplo, atividades que agreguem valor aos produtos rurais, ou produtos sem agrotóxicos).

A modernização da agricultura teve, portanto, efeitos graves em termos de quebra na estrutura das comunidades rurais, declínio do número de empregos e padronização da paisagem rural (grandes extensões de terra com monocultura e concentração da propriedade). As comunidades rurais das várias regiões do Brasil que sofreram direta ou indiretamente os impactos da modernização agrícola, tentam se adaptar às alterações ocorridas em suas localidades. As unidades de produção familiar se reorganizam na divisão do trabalho interno e na forma de obtenção de renda para a manutenção e reprodução de suas unidades. Neste contexto, pais e filhos revêem valores, repensam tradições, encaram conflitos e se reestruturam. As famílias se reconstituem, ou seja, as atividades realizadas nas propriedades começam a se diversificar, abrindo-se espaço para outras atividades que não sejam exclusivamente agrícolas. As famílias que conseguem se reorganizar e se reproduzir dentro deste modelo voltado aos apelos de mercado consumidor vão se mantendo ou, no mínimo,

sobrevivendo. As que não conseguem, por uma infinidade de carências, acabam por “expulsar” alguns filhos que partem na tentativa de construir um futuro num espaço urbano.

Destaca-se, novamente, que não se pode considerar que as conseqüências das transformações provocadas pelo processo de modernização da produção agrícola tenham se dado de forma linear e com características comuns em todas as regiões do país.

## 1.2 - O êxodo rural.

Entre os anos 1960 e 1980 abandonaram o meio rural brasileiro em torno de 28,5 milhões de pessoas (revista Globo Rural, julho 2000, p.54). O processo de emigração de pessoas do meio rural já pode ser observado antes dos anos 60: “ desde 1950, um em cada 3 brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração” (Camarano e Abramovay, 1999, p.1)

Muitos estudos já foram realizados para analisar os movimentos migratórios das várias regiões brasileiras desde a década de 50. Esses movimentos migratórios variam de intensidade e proporção ao longo das décadas. De acordo com os dados estatísticos, é da região Nordeste que emigram os maiores contingentes de pessoas. Apesar desta perda absoluta de sua população, seu êxodo rural é proporcionalmente menor do que o das regiões Sudeste e Sul entre 1960 e 1970, menor do que o das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste entre 1970 e 1990. Somente nos anos 90 a região Nordeste volta a perder, em termos relativos, mais população rural do que as outras regiões do país (Camarano e Abramovay, 1999, p.7).

Tabela 1

### Taxa Líquida Migratória - 1950/95

	1950/60	1960/70	1970/80	1980/90	1990/95
Norte	-18,5	-22,6	6,3	9,6	21,5
Nordeste	30,8	14,9	20,1	22,4	31,1
Sudeste	-30,6	-46,5	-40,6	-35,2	25,9
Sul	-18,9	-22,0	-45,5	-37,7	-30,2
Centro Oeste	11,6	17,0	35,2	48,8	38,5
Brasil	-25,4	-26,5	-31,6	-28,4	-29,3

Fonte: IBGE ( vários censos demográficos)

Contudo, observa-se uma significativa queda no êxodo rural das regiões Sul e Sudeste durante a primeira metade dos anos 90, em relação às estimativas das décadas anteriores. Estas variações no curso da evolução do êxodo rural vão incidir sobre um outro tipo de tendência observada atualmente entre a população rural: a de que cada vez mais jovens entre 15 e 19 anos abandonam o campo e as moças aparecem como o grupo que lidera estas estatísticas de êxodo. Porém, essas tendências ainda são objetos incipientes de pesquisa. O que se pode considerar é que em algumas regiões brasileiras já estão sendo constatadas tais tendências.

### **1.3 - Agricultura familiar no Brasil – um breve resumo histórico.**

Nos interessa discutir aqui como o conceito de agricultura familiar vem se modificando no debate acadêmico, seguindo as mudanças ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas. A compreensão da transformação da dinâmica no interior da agricultura familiar, tanto por influência de agentes externos quanto na sua própria capacidade de se manter, reproduzir e se adaptar aos movimentos da conjuntura socioeconômica, pode servir para entender os matizes que esta tem assumido em cada região do país.

Deve-se levar em consideração que o universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem agrária (meio físico, ambiente, variáveis econômicas), seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, mesmo aqueles definidos como familiares, todos possuem interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes. Assim, estes vários tipos de agricultores/produtores são portadores de racionalidades específicas e tentam se adaptar ao meio rural em que estão inseridos. Portanto, análises que privilegiam apenas uma racionalidade econômica única, universal, atemporal, descaracterizam e reduzem a validade de conclusões derivadas exclusivamente desta ótica (Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000).

O conceito de campesinato é aqui o ponto de partida desta reflexão, pois é a partir dele que a discussão sobre a produção agrícola familiar toma corpo, nos anos 50, na análise da ciência social brasileira. Assim,

“é a partir deste período que se pode efetivamente falar de uma questão agrária: é o momento a partir do qual não só o rural se constitui de forma mais sistemática como objeto teórico e empírico de estudos mas se afirma, simultaneamente, enquanto problema político.” (Porto, 1987).

O conceito de camponato passa, então, a sofrer decomposições, fragmentações, em função dos processos de transformação ocorridos na sociedade brasileira.

Antes, porém, abordaremos o tema do camponato brasileiro procurando resgatar algumas reflexões sóciohistóricas, num período posterior à década de 50, onde ainda não havia a fragmentação do conceito. Wanderley (1996) analisa o camponato no Brasil o qual, quando comparado com o camponato de outros países, emerge como um setor “bloqueado”, onde sempre houve o predomínio da grande propriedade que se impôs como modelo socialmente reconhecido. À agricultura familiar restava um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira.

Assim, entendida como uma categoria que se encontra em um “nível” mais elevado do que os caipiras paulistas, o camponato brasileiro também encontrou dificuldades para a implantação de um sistema produtivo diversificado (policultura-pecuária)<sup>2</sup>; devido aos sistemas de cultura e as técnicas de produção muito rudimentares. De maneira geral o camponato brasileiro nasceu sob o cunho da precariedade, muitas vezes isolado em áreas distantes, submetido às grandes propriedades. Sua luta constante envolveu a necessidade do acesso a terra, sobrevivência e manutenção do estabelecimento agrícola como lugar de trabalho para a família.

A busca da terra e a manutenção do estabelecimento agrícola pela família são dimensões consideradas muito importantes para os camponeses. A constituição de um território familiar como um lugar de vida e de trabalho torna-se essencial para resguardar a memória da família e, assim, reproduzi-la para as gerações posteriores. Entretanto, a busca pela terra tem sido, paradoxalmente, o que motivou os camponeses

---

<sup>2</sup> O sistema produtivo policultura-pecuária possibilita com o cultivo e a rotação de culturas (variedades) uma produtividade agrícola intensa, preservando a fertilidade do solo ( Jean, 1994, p.59)



a migrarem constantemente. Esta migração, principalmente para o interior do país, se deu pela necessidade de fugir da pressão e da submissão que as grandes propriedades impunham ao camponês brasileiro. Ao mesmo tempo, os desdobramentos naturais da vida econômica e social das colônias, impulsionava-os à busca de outras terras, tentando garantir a autonomia de seu modo de vida, especialmente, pela existência de terras livres, acessíveis através do sistema de posses. Ao mesmo tempo cria-se a expectativa da instalação dos filhos em novos estabelecimentos.

Segundo Wanderley (ibidem), a unidade de produção camponesa é o resultado dos trabalhos dos membros da família proprietária. No Brasil, porém, em função do próprio contexto em que ela se reproduz, encontram-se particularidades, como o camponês trabalhar alugado para terceiros ou alugar, ele mesmo, trabalhadores em seu estabelecimento. Duas situações podem explicar estas particularidades: a grande propriedade gera oferta sazonal de empregos na agricultura e o período de não-trabalho dos camponeses, coincidia com as safras das grandes culturas ou, ainda, tendo em vista a precariedade e a instabilidade da situação camponesa, vêem necessidade de procurar um trabalho externo para obter renda que se torna essencial para a reprodução não só da família, como a do próprio estabelecimento familiar.

Contudo, desde o período colonial, com os chamados "cultivadores pobres livres", os camponeses buscaram, constantemente, alternativas econômicas que pudessem mantê-los integrados à economia local ou regional. Ou seja, objetivavam o acesso a atividades estáveis e rentáveis, além da garantia do consumo. Estas duas preocupações, integração ao mercado e garantia de consumo, tornou-se fundamental, segundo Wanderley, para a constituição do chamado patrimônio sócio-cultural do campesinato brasileiro. Assim, a atividade agrícola da família camponesa não se limitava apenas à obtenção direta de alimentos para consumo próprio. A alternativa para fugir da precariedade e instabilidade econômica que esta muitas vezes se encontrava, foi a atividade mercantil, que trouxe também uma prática para uma divisão do trabalho interna da família.

O trabalho de Wanderley pretendeu resgatar as raízes deste campesinato e sua preocupação foi evidenciar a importância dos aspectos como acesso a terra, a

unidade de trabalho familiar, a sua precariedade e a instabilidade econômica. A reprodução social desta forma de agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Essa estrutura produtiva tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Deve-se, ainda, destacar a abrangência do conceito de campesinato que podia articular-se tanto com a idéia de latifúndio como de unidade a uma grande diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso a terra, como parceria, arrendamento, morada e pequena propriedade. Em termos de dimensão teórica, o conceito era utilizado no bojo de reflexões acerca de sua dinâmica de funcionamento. Na sua dimensão político-social, as análises sobre o campesinato direcionavam suas investigações para as relações sociais a partir de dois grandes blocos: latifúndios e camponeses. O campesinato assumiria o que restava dos espaços não ocupados pelos latifúndios, na condição de parceiros, arrendatários, moradores, proprietários sitiantes, ocupantes (Porto e Siqueira, 1994).

A partir dos anos 70 foi se delineando uma tendência para análises centradas no conceito de "pequena produção" (Porto e Siqueira, 1994, p.79). A mudança de foco na análise pode estar associada ao impacto da modernização da agricultura e os autores voltam o "olhar" para as relações entre agricultura familiar e o capital. Ao mesmo tempo, amplia-se significativamente o trabalho assalariado no campo e há a reconfiguração da forma de operar do mercado de trabalho rural. Estas mudanças de bases técnicas e do processo de trabalho são, por outro lado, partes componentes da nova dinâmica do mercado de trabalho e das relações de trabalhos no campo (Moreira, 1995, p.6).

Assim, grande parte das pesquisas trazia como reflexão a noção de funcionalidade da pequena produção, baseadas nos processos de industrialização e modernização agropecuária. Considerava-se, então, que a principal diferença entre as formas de produção do setor agropecuário residia no tamanho dos estabelecimentos. Uma das características dessa funcionalidade da pequena produção era mostrar que estabelecimentos de pequeno porte (seja em área como em valor de produção) tinham

irrisória importância econômica (Veiga, 1995). Desta forma, a noção de "pequena produção", considerada muito vaga, foi submetida a um processo de crítica, perdendo a importância conceitual que chegou a adquirir nos anos 70 até meados de 80<sup>3</sup>.

Muda-se, então, o enfoque teórico e passa-se a enfatizar a subordinação da pequena produção ao capital. A partir de então, os estudos de caso direcionam suas pesquisas à análise dos processos de integração da pequena produção ao capital industrial. Autores como Graziano da Silva, Siqueira, Wanderley constataram, através de pesquisas, a existência de um pequena produção que, além da incorporação de novas tecnologias, demonstrava potencial de acumulação/capitalização, de mudanças nas condições de reprodução do grupo doméstico e de conseqüente aceleração de processos de diferencial social (Porto e Siqueira, 1994, p.82).

Alguns autores brasileiros utilizaram o referencial marxista para discutir camponato e capitalismo, o camponês subordinado ao capital ou como um trabalhador para o capital. Dentro deste enfoque, a pequena produção ganhou a noção bipolar de "pequena produção integrada" ( moderna, integrada ao mercado) e "pequena produção excluída ( assentados, sem terra, etc.).

À medida que se fortaleceu esta noção de subordinação da pequena produção ao capital, a ênfase nas pesquisas recai no fato de que, cada vez mais o modelo de modernização agrícola "empurra" os agricultores familiares a se integrarem aos complexos agroindustriais. Ao mesmo tempo que as discussões sobre a tema "agricultura familiar" vão se diversificando, diversificam-se também os conceitos em torno do tema: agricultura familiar, produção de baixa renda, unidade de produção familiar. Para além das reflexões acerca dos conceitos teóricos, vale destacar que a partir da segunda metade da década de 80, houve uma produção sociológica significativa em torno desta multiplicidade de categorias, conceitos e novas

---

<sup>3</sup> O projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, em estudo realizado com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96, tratou de "caracterizar os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção, o que implica superar a tendência – freqüente nas análises sobre o tema – de atribuir um limite máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar, associando-a, equivocadamente, à pequena produção (Novo retrato da Agricultura familiar: o Brasil redescoberto, p.8).

configurações do espaço agrário, dando ênfase à complexidade das relações sociais aí contidas.

As transformações ocorridas na agricultura brasileira, principalmente nas últimas décadas têm exigido da sociedade e de instituições governamentais programas que assegurem à agricultura uma viabilidade socioeconômica, envolvendo educação rural, organização da família rural (espacial e temporal) ou seja, a gestão social deste mundo rural considerando também as atividades agrícolas e não agrícolas que aí se desenvolvem. Criam-se na década de 90 programas como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, além de estudos Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). O PRONAF foi elaborado pelo Ministério de Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Rural e busca “fortalecer o segmento da agricultura familiar no Brasil, contribuindo para a construção da cidadania no campo, modernização do interior e segurança alimentar da sociedade brasileira” (PRONAF, 1996).

#### **1.4 - Panorama Atual**

Negando previsões sobre o desaparecimento da agricultura familiar, observa-se que esta sobrevive e parece estar se renovando no seu atual contingente de 4, 1 milhões de núcleos, que representam 85,5% do total de estabelecimentos no campo brasileiro. A agricultura familiar ocupa hoje uma área de 107,8 milhões de ha, equivalentes a 30,5% da área cultivada e garante significativos 38% da produção<sup>4</sup>. Além disso, cria-se a expectativa de uma agricultura familiar como uma alternativa possível de garantir as fontes de biodiversidade e sustentabilidade. Sabe-se, contudo, que a situação em que se encontra grande parte dos agricultores familiares brasileiros continua ainda muito precária e o espectro do abandono e do desaparecimento ainda paira sobre a agricultura familiar.

Com o intuito de "olhar" a agricultura familiar sob diversos pontos de vista, têm-se intensificado os debates na política nacional de assentamentos da

---

<sup>4</sup> Dados extraídos da revista Globo Rural nº 177/Julho2000

Reforma Agrária e projetos do PRONAF que apresentam o meio rural com um "potencial de geração de emprego e renda e nos municípios com quais se relaciona diretamente"... (Abramovay, 1999, p.10). Outro exemplo é o Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO que, juntamente com técnicos do INCRA, realizou um estudo com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96 objetivando aprofundar o debate sobre agricultura familiar e fornecer mais elementos sobre sua real situação no Brasil, caracterizando os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção, o que implica superar a tendência de atribuir um limite máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar, associando-a univocamente à "pequena produção".

O trabalho do grupo do Projeto de Cooperação Técnica traz informações importantes sobre o perfil da agricultura brasileira no que diz respeito aos estabelecimentos, área, contribuição da agricultura familiar dentro da produção total do país, entre outras. A agricultura familiar mostra-se mais eficiente no uso do crédito rural do que os agricultores patronais, pois produz mais com menos recurso do crédito rural uma vez que recebe apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura e emprega 77% dos 17,3 milhões de brasileiros ocupados no campo.

Tabela 2

**Agric. Familiares – Estab., área, VBP ( valor bruto da produção) e FT (financiamento total) segundo as regiões**

<b>REGIÃO</b>	<b>Estab. Total</b>	<b>% Estab. s/ total</b>	<b>Área Total (Em ha)</b>	<b>% Área s/ total</b>	<b>VBP (mil R\$)</b>	<b>% VBP s/ total</b>	<b>FT (mil R\$)</b>	<b>% FT s/ total</b>
<b>Nordeste</b>	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43,0	133.973	26,8
<b>Centro-Oeste</b>	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3	94.058	12,7
<b>Norte</b>	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3	50.123	38,6
<b>Sudeste</b>	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4	143.812	12,6
<b>Sul</b>	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	515.862	43,3
<b>BRASIL</b>	<b>4.139.369</b>	<b>85,2</b>	<b>107.768.450</b>	<b>30,5</b>	<b>18.117.75</b>	<b>37,9</b>	<b>937.828</b>	<b>25,3</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Pode-se observar na tabela 1 que a Região Sul é a que representa a maior força nacional em termos de agricultura familiar, com 90,5% de todos os

estabelecimentos da região, ou 907.635 agricultores familiares, ocupando 43,8% da área e produzindo 57,1% do valor bruto de produção regional. Contudo, os agricultores familiares ficam com apenas 43,3% dos financiamentos aplicados na região. Esta região é ainda responsável por 43,7% do valor bruto da produção da agricultura familiar brasileira.

A área média dos estabelecimentos familiares no Brasil (26 ha) é inferior à dos patronais (433 ha). Esta desproporção, tanto entre a categoria dos agricultores como entre as regiões do país, tem sua origem no processo histórico de ocupação das terras. A propriedade da terra não é o único elemento a ser considerado em relação à necessidade da reestruturação fundiária no Brasil. Há um total de 87% de estabelecimentos familiares que possuem menos de 50 ha. Ou seja, 39% possuem menos de 5 ha, outros 30% possuem entre 5 a 20 ha e 17% entre 20 a 50 ha. Convive-se, ainda, com o peso de terem desaparecido entre os anos de 1985 e 1996, 940 mil propriedades onde, 73% delas tinha área inferior a 10 ha (Revista Globo Rural, julho 2000).

Além dos dados estatísticos do IBGE, pesquisas<sup>5</sup> enfatizam a importância sociocultural da agricultura familiar tanto pela sua comprovada capacidade de se organizar, como pela vontade dos agricultores em valorizar seu espaço e manter vivas suas tradições.

### **1.5 - Pluriatividade: reinventando o campo.**

Segundo apontam diversas pesquisas no Brasil, está se configurando um novo espaço rural no qual vêm se desenvolvendo atividades não exclusivamente agrícolas. O que pode ser considerado atividade não agrícola num espaço agrícola? Torna-se, porém, uma tarefa difícil especificar o que é atividade não agrícola uma vez que muitas delas são praticadas nas unidades de produção familiar e os recursos utilizados são oriundos da agricultura ou da pecuária. Por isso, optamos por definir atividades agrícolas aquelas relacionadas com a agricultura e a pecuária. Atividades não agrícolas se referem àquelas desenvolvidas no meio rural, mas não relacionadas

---

<sup>5</sup> Ver Wanderley (1996) e Abramovay (1998).

com a agropecuária: nos ramos da indústria de transformação, de prestação de serviços, da indústria da construção, do comércio de mercadorias, das atividades sociais e de serviços auxiliares de atividades econômicas.

Antes de se pensar as respostas às questões colocadas é preciso lembrar que este fenômeno de redução das atividades não agrícolas abrindo espaço a empregos múltiplos e diversificação de fontes de renda, engloba fenômenos sociais distintos que precisam ser vistos e analisados nas suas diversas conotações.

Para abrir a discussão faremos um explanação sucinta a respeito dos dois conceitos que envolvem a questão das atividades não agrícolas: agricultura de tempo parcial e pluriatividade. Há autores que preferem não fazer distinção entre os dois termos; outros consideram importante destacar as diferenças entre eles. Não nos cabe aqui avaliar qual deles poderia ser mais adequado para definir estas atividades complementares/suplementares às atividades agrícolas. A nossa intenção é refletir de que maneira este "novo"<sup>6</sup> fenômeno interfere nas condições de reprodução da agricultura familiar e, conseqüentemente, no surgimento de outras formas de exploração que não se baseiam mais na atividade agrícola, ou ainda, se este fenômeno contribuiria, efetivamente, para entender a problemática da migração do meio rural, principalmente da sua juventude rural. De qualquer forma, no encaminhamento da discussão, será necessário optar por um dos termos, então optaremos pelo termo pluriatividade.<sup>7</sup>

Kageyama (1998) organizou um artigo recolhendo bibliografias que abordam os temas pluriatividade e tempo parcial. Discute os dois termos através da visão de alguns autores desde seu debate histórico e as diferentes conotações que esses vêm assumindo na América e na Europa, principalmente, e como veio acontecendo a passagem do termo agricultura de "tempo parcial" para "empregos múltiplos" e, finalmente, para o termo pluriatividade.

---

<sup>6</sup> Sobre a questão da prática das atividades não agrícolas serem um fenômeno recente ou não, ver Carneiro (1996, p.93).

<sup>7</sup> "Apesar de surgirem praticamente no mesmo momento e de designarem basicamente o mesmo fenômeno, as duas noções não são idênticas, sendo a de pluriatividade seguramente a mais adequada como instrumento de análise da dinâmica agrícola...(Alentejano, 1999, p.154)

Tanto a literatura internacional quanto a nacional contempla exemplos de confusão e sinonímia entre os termos. Destacamos dois exemplos do texto de Kageyama a título de ilustração. Newby, conhecido sociólogo rural norte-americano, assim se expressa: "(...) a exploração agrária pluriativa (isto é, a exploração agrária a tempo parcial) ..." (p.5). No contexto brasileiro, Graziano da Silva (1997) utiliza a distinção que ora aparece claramente: tempo parcial relaciona-se com tempo de trabalho; pluriatividade relaciona-se com diversificação de atividades, geralmente em mercados não agrícolas; ora se confunde

"No mundo rural dos países desenvolvidos esse novo paradigma tem um ator social já consolidado: o part-time farmer, que podemos traduzir como agricultores em tempo parcial. A sua característica principal é que ele não é mais somente um agricultor ou pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento (...)" (Graziano da Silva apud Kageyama, 1998, p.6).

Os debates a respeito dos dois termos envolvem basicamente o foco de análise a ser considerado: o produtor (indivíduo) ou a unidade de produção agrícola (família). Aliado a este foco de análise, tanto a pluriatividade como a agricultura de tempo parcial têm sido analisadas sob o aspecto econômico (renda do estabelecimento) e como estas atividades não agrícolas têm tido efeito sobre o desempenho da propriedade agrícola. Porém, a pluriatividade (Kageyama, 1998) pode incluir qualquer tipo de atividade ou trabalho não necessariamente remunerados em dinheiro. Assim considerado, este conceito de pluriatividade nos parece esclarecedor:

"Pluriatividade descreve, assim, uma unidade produtiva multidimensional, em que se empreendem atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora do estabelecimento, e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos (rendimentos, rendas em espécie e transferências)" (Kageyama, 1998, p.4).

O conceito, neste caso, contempla apenas aspectos econômicos das unidades produtivas e suas relações com o mercados de trabalho local e regional.



Uma vez constatada a existência do fenômeno da pluriatividade, Carneiro (1996) indaga, ainda, o seu caráter conjuntural como resposta à crise da agricultura modernizada ou o seu caráter estrutural e permanente como condição de reprodução social de uma determinada camada de pequenos agricultores. Outros autores no âmbito internacional<sup>8</sup> em meados de década de 70 divulgaram a idéia de que esta atividade agrícola de tempo parcial não seria um fenômeno temporário nem de transição no desenvolvimento agrícola; ao contrário, poder-se-ia constituir em uma forma bem definida e persistente de relacionamento intersetorial em muitos países (Kageyama, *ibidem*). Carneiro (1996) observa que na década de 80, as expressões relacionadas à idéia de se combinar atividades agrícolas com outras atividades - podendo em determinados períodos serem intensas e em outros serem abandonadas - foram aos poucos sendo substituídas pela noção de pluriatividade e, pela diversidade de situações que ela pode englobar, pode ser vista como um processo mais permanente, exigindo assim dos órgãos públicos novas políticas de subsídios e incentivo do governo à agricultura.

Alentejano (1999) discute o tema no contexto brasileiro dando preferência à idéia de que não se deve associar a pluriatividade apenas ao processo de urbanização e industrialização, uma vez que o trabalho pluriativo também pode crescer associado a outras formas de atividades como o turismo e o lazer rurais. Para este autor a noção de pluriatividade é

"...seguramente mais adequada como instrumento de análise da dinâmica agrícola, uma vez que a característica do trabalho agrícola, marcado pela não correspondência entre tempo de trabalho e tempo de produção, uma vez que parte dessa depende da natureza, não nos permite afirmar que a dedicação a outras atividades signifique dedicação em tempo parcial" (Alentejano, 1999, p 154).

Com isso pode-se perceber que a dedicação a outras atividades dentro e/ou fora da unidade de produção agrícola não significa necessariamente que o agricultor ou outros membros da família pratiquem agricultura de tempo parcial.

Outros autores brasileiros como Schneider, Seyferth e Sacco dos Anjos (Alentejano, 1999) se dedicaram à pesquisa sobre as formas alternativas de

---

<sup>8</sup> Ver referências em Kageyama (1998, p.3)

desenvolvimento rural, embora seus trabalhos se concentrem mais nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Mesmo que os autores tenham utilizado metodologias e abordagens diferentes para suas pesquisas, utilizando ou não as expressões agricultura de tempo parcial ou pluriatividade, seus estudos levam praticamente a uma mesma direção: os colonos-operários das regiões estudadas optaram por um trabalho assalariado nas indústrias locais assumindo, assim, atividades consideradas não agrícolas como opção de garantia da reprodução do seu espaço agrícola, buscando a satisfação das necessidades da unidade familiar num nível de consumo socialmente definido, permitindo-lhes permanecer vivendo em suas propriedades, resgatando e reafirmando um estilo de vida no meio rural. Embora a pluriatividade esteja se consolidando como uma boa alternativa para os trabalhadores rurais, não se pode negar ainda a importância econômica das atividades essencialmente agrícolas aí desenvolvidas.

No Brasil, o projeto de pesquisa denominado Rurbano, coordenado pelo Professor José Graziano da Silva, tem como seu objetivo maior reconstruir as séries históricas para o período 1981/95, a partir dos dados originais das PNADs (Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar) relativos a população ocupada, emprego e renda (do meio rural) e demonstrar através destes dados das PNADs que tanto o meio rural brasileiro, e especificamente o meio rural paulista, como as pessoas aí inseridas possuem novas características. Isto é, considera-se que "há hoje neste meio rural um conjunto de atividades não agrícolas - como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria - que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro e paulista em particular" (Projeto Rurbano)<sup>9</sup>.

Analisando os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar, principalmente no Estado de São Paulo, da População Economicamente Ativa rural e a População Economicamente Ativa agrícola, os pesquisadores procuram demonstrar que a PEA rural vem crescendo a cada ano. Enquanto a PEA rural aumentou em quase 200 mil pessoas no período de 1992/95, a PEA agrícola diminuiu em quase 350 mil pessoas e os desocupados em cerca de 64 mil pessoas. Isso significa que mais de

---

<sup>9</sup> Sobre o projeto, consultar página na internet: <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>

550 mil pessoas residentes no meio rural encontraram ocupação em atividades não agrícolas nesta primeira metade dos anos 90 (Graziano da Silva, 1997). Para este autor, a pluriatividade, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país, pode se constituir numa alternativa de renda para os agricultores que vêem com isso a possibilidade de ampliar seus negócios, utilizando suas propriedades para desenvolver atividades que envolvam todos os membros da família. A propriedade rural ganha também novas características, uma vez que vai se adaptando para as demandas desse novo "negócio rural".

Dessa forma, o projeto envolve vários pesquisadores e professores da UNICAMP e/ou outras universidades que buscam comprovar através de pesquisas como este "novo rural" vem se configurando no Brasil, em algumas regiões específicas, e de que forma as atividades não agrícolas que estão surgindo neste novo rural poderão minimizar o êxodo rural e contribuir para que as pessoas continuem residindo neste meio, aumentando sua renda, não dependendo mais exclusivamente das atividades agropecuárias e criando assim nova dinâmica para o local no que diz respeito ao trabalho rural e as formas de organização da vida neste "novo rural"

Consideramos que, apesar de sua relevante contribuição, a abordagem do Projeto Rurbano apresenta algumas limitações. Uma refere-se à difusão da imagem de que a maneira como o meio rural tem criado alternativas de trabalhos, principalmente trabalhos não agrícolas e no setor de serviços, minimizaria-se o êxodo rural. Da mesma forma, o aumento de profissões tipicamente urbanas e a reorganização de atividades agrícolas tradicionais estariam fazendo a diferença na decisão das pessoas permanecerem ou não no meio rural.

É de fato notável que o meio rural, em muitas regiões brasileiras, não sobrevive apenas de atividades agrícolas e que está surgindo uma diversidade de atividades que podem possibilitar às pessoas residentes no meio rural melhorarem seu nível de vida. Exemplos de experiências, embora ainda incipientes e poucas em todo o país, vêm sendo demonstradas em trabalhos de pesquisadores brasileiros sobre alternativas encontradas por pessoas do meio rural para "driblar" a opressão imposta pelo mercado e tentar fugir da desintegração social e cultural que este mesmo mercado

lhes impõe. Disseminam-se os clichês: diversificar alternativas de renda e diferenciarse para conquistar o promissor mercado de alimentos sem agrotóxicos, atividades voltadas ao turismo rural, ou atividades agrícolas consideradas tradicionais, como produção de grãos, voltadas para o mercado externo. Surgem, então, casos que são relatados como experiências promissoras. O oeste do Paraná e sul de Santa Catarina<sup>10</sup> e o Engenho de Moscou<sup>11</sup> são alguns, dentre os exemplos de comunidades rurais que estão conseguindo responder positivamente às crises socioeconômicas do país. Os municípios do Paraná trazem como experiência a associação das comunidades rurais em cooperativas de crédito, o que significa que para os agricultores locais o empréstimo é um bom investimento: gera receita imediata, assegura o próprio pagamento e agrega valor ao patrimônio. Para os associados, além de trazer recursos para o local, estimula-os ao exercício da cidadania e democracia, uma vez que elas procuram participar das decisões se conhecendo e opinando a respeito da utilização dos recursos.

Outro exemplo é a experiência do agroturismo no sul de Santa Catarina, na região da encosta da Serra Geral. Os agricultores da região pretendem através desta atividade resgatar e procurar reintegrar as identidades culturais da região, além de ser um complemento para a renda da família rural. A manutenção das atividades da agricultura familiar, enfatizando e incentivando, porém, o manejo orgânico da terra, é essencial para esta forma de fazer turismo.

Entretanto, consideramos que dizer que o êxodo rural tem sido minimizado porque as pessoas - "os pobres do campo ao trocar o cabo da enxada por outra atividade lucrativa" - têm encontrado outras alternativas no meio rural e desta forma "o gatilho da bomba populacional que ameaçava as cidades desarmou-se" (Revista Veja, 20/09/2000) é apenas transferir o problema de "locus". Ou seja, cria-se, desta forma, a expectativa de que atividades não agrícolas são "a salvação da lavoura", estimulando as pessoas a se fixarem no meio rural, pois lá existiria "espaço" e elas poderiam "criar" suas próprias alternativas de trabalho. Entendemos que estimular a permanência das

---

<sup>10</sup> A revista Globo Rural (julho2000, p.55) relata experiências com êxito entre agricultores e cooperativas agrícolas.

pessoas no meio rural demanda políticas públicas locais e regionais eficientes com projetos consistentes e com perspectivas a médio e a longo prazo, além de investimentos constantes em pesquisa e educação que olhem para o espaço rural não como um depósito de pessoas que não cabem mais no meio urbano, mas que se respeitem as vontades dos moradores locais e os envolvam nos projetos de melhorias deste local. É importante que os agricultores familiares estejam envolvidos em cooperativas ou associações para que eles possam perceber o potencial que a sua localidade ou sua região pode lhes oferecer.

Não se quer dizer com isto que os exemplos das experiências ocorridas nos locais citados acima não sejam válidos. Contudo, deve-se considerar o ambiente social, ou como diz Abramovay, "não se trata simplesmente de apostar em atividades ditas não-agrícolas". Ou seja, mais importante que as vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre atores capazes de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores (Abramovay, 1998). Assim, a agricultura familiar seria a base para o desenvolvimento rural, onde estariam presentes as características sociais do ambiente institucional de um dado território.

Outra limitação diz respeito a como em vários trabalhos realizados pelo Rurbano, se introduz timidamente a figura de um novo ator social, que aparentemente busca se adaptar aos novos modelos ditados pela modernização agrícola. Esta aparente modificação do ator social não é, contudo, contextualizada. O ator social se adapta, se molda, obedecendo aos aspectos estruturais. Os fatos, os dados estatísticos estão postos; as transformações ocorreram, ocorrem e vão continuar ocorrendo..., o ator social apenas se modificou e modificou seu espaço ( a propriedade ) para se adaptar à nova realidade. Seu tempo também se alterou. Não é mais um tempo voltado exclusivamente para as atividades agropecuárias, há outras atividades a serem exploradas. Como este ator social percebe estas mudanças? De que forma sua ação de adaptação foi consciente? Que sentido ele dá a estas ações e como ele se relaciona com

---

<sup>11</sup> Da mesma forma, Abramovay relata em seu texto outra experiência de programas que obtiveram resultados satisfatórios ( 1998, p.11).

os outros atores também envolvidos neste processo de mudança? Estas questões são limitadamente consideradas.

Percebe-se que a proposta de pesquisa enfatizada pelo Projeto Rurbano dá ênfase aos aspectos econômicos, ou melhor, reforça a idéia de que na análise do continuum rural/urbano o que vai determinar o meio que mais se “desenvolveu” são os indicadores econômicos de desenvolvimento, reforçando também a idéia de que o meio rural só pode sobreviver se conseguir desenvolver atividades, numa perspectiva imediatista, sem planejamento a médio e a longo prazo, que visem minimizar o êxodo rural.

Persiste, ainda, neste tipo de alternativa de desenvolvimento uma visão clássica tanto do aspecto econômico, ou seja, desenvolvimento associado ao fator econômico, quanto ao aspecto da tradução dos fenômenos sociais enfatizando o campo da objetivação, do concreto, do mensurável. Na perspectiva de Graziano da Silva, o rural e as pessoas deste meio devem, na medida do possível, procurar se adaptar ao “novo negócio rural”, repetindo-se desta forma a expectativa criada pela “Revolução Verde” com seus pacotes milagrosos. Teria-se uma espécie de “ecorrevolução”, ou seja, tudo que os modismo do radical eco (ecoturismo, turismo ecológico, práticas ecológicas na agricultura ) poderiam trazer “benefícios exploratórios” ao meio rural.

Tanto Carneiro como Kageyama atentam para a importância do contexto na compreensão da pluriatividade, ou seja, esta depende de características específicas da região ou do grupo econômico que se quer analisar. Sendo assim, a unidade relevante para a definição e análise empírica da pluriatividade não pode ser estabelecida *a priori*. Torna-se fundamental discutir e analisar o papel da pluriatividade na unidade de produção familiar. A organização social desta unidade segue uma lógica específica de divisão e alternância de trabalhos conforme o contexto em que ela se insere, seja na sua relação com os agentes locais, nas sua resposta às demandas de mercado, na sua capacidade de perceber como se adaptar aos processos de transformação dos espaços rurais.

Muitos autores enfatizam a importância da pluriatividade como forma de evitar o esvaziamento do meio rural e, conseqüentemente, a desintegração de sua vida social. Além disso, consideram a possibilidade da pluriatividade estimular a utilização de uma agricultura orgânica aliada ao agroturismo como forma de valorização e cuidados com o meio ambiente.

Esta ênfase atribuída à pluriatividade vem ao encontro de uma situação desencadeada pelo êxodo rural: que acontece com as pessoas que migram para as periferias dos centros urbanos, embora se vislumbre uma tendência de retorno ao meio rural, e como manter aquelas que se encontram neste meio? Como conciliar o amargo regresso dos que saíram à expectativa dos que apostaram e ainda apostam na sobrevivência de seu estabelecimento através de atividades não agrícolas?

Nesta composição de mudanças está inserida uma categoria social para a qual pouco se tem olhado e que agora vem sendo afetada, mais intensamente, por este processo de desintegração da cultura rural que vai se misturando com os valores da sociedade urbano-industrial: a juventude rural. As interpretações para as mudanças ocorridas no meio rural, na maioria das vezes, privilegiam análises economicistas e generalizantes: meio rural mais desenvolvido e com possibilidade de crescimento econômico e meio rural menos desenvolvido onde deverá ocorrer fatalmente o êxodo rural. Contudo, esquece-se de que neste meio estão inseridos atores sociais e dentre eles, os jovens que também são atores sociais que percebem as transformações ocorridas a sua volta e elaboram sentido para elas. Isto é, consideramos importante focalizar-se no problema do êxodo rural e da situação da juventude rural em particular, sem, contudo, tratar os membros da família rural meramente como vítimas de processos sociais e econômicos, mas sim como atores sociais com agência, que tomam decisões e dão sentido a estas. Ou seja, eles são agentes pois “exercem seu poder de atuar em qualquer seqüência de um evento que eles escolheram” (Giddens, 1984, p.11).

Os(as) jovens são agentes, uma vez que são capazes de “exibir uma gama de poderes causais, incluindo o de influenciar os manifestados pelos outros”(Giddens, *ibidem*, p.12). Essa capacidade de criar espaços de ação é percebida também nas

relações que eles têm com seus pais. É bastante comum ouvir dos pais dos jovens que moram no meio rural que os filhos já não querem exercer as mesmas atividades que a dos pais. Não se pode dizer simplesmente que os jovens se desagradam da atividade agrícola porque o meio rural está em crise, pelo pouco retorno financeiro ou ainda porque o trabalho é muito pesado. Os jovens elaboram seus próprios discursos e têm a capacidade de dar a eles a sua interpretação. Desta forma, as transformações que estão ocorrendo no meio rural estarão sendo observadas e filtradas a partir de sua ótica, da sua forma de ver o mundo. Mesmo que reproduzam o discurso utilizado pelos pais, o fazem porque, neste momento, este é o discurso que eles são capazes de exibir (Guivant, 1992).

Se existe um mercado global que determina regras ou ainda uma política agrícola que não favorece ou não estimula o trabalho realizado nas unidades de produção familiar onde estão inseridos(as) os (as) jovens, eles/elas os percebem. Os (as) jovens estão atentos para as regras da vida social e é por isso que eles fazem suas escolhas: sejam elas voltadas para a permanência ou não no meio rural. Estas escolhas são feitas observadas as possibilidades que eles possuem no momento. Tais possibilidades podem vir do seu meio familiar (facilidade de acesso à educação, à informação ou oportunidade de trabalhos) ou ainda daquelas geradas pelas instituições públicas que existem na comunidade, município ou região em que estes(as) jovens estão inseridos.

### **1.6 - Ruralidade: espaços redescobertos?**

“O meio rural não significa nada mais para mim, pois eu trabalho na cidade.”<sup>12</sup>

“Meio rural é o interior da cidade, onde é produzido a maior parte da alimentação que sustenta a cidade”.<sup>13</sup>

Uma das questões que constava no nosso questionário de pesquisa de campo era a significação do rural para os jovens. Escolhemos acima duas respostas, de um jovem e de uma jovem, para demonstrar que existem diferentes construções do rural que, para alguns, pode ser um espaço que tem uma significação apenas de

---

<sup>12</sup> Eliseu Adão, 19 anos, jovem do residente no meio rural de Camboriú.

<sup>13</sup> Daine Wiggers Rosa, 18 anos, jovem residente no meio rural de Camboriú.



produção de alimentos e para outros ele pode ter perdido a importância e com isso qualquer outra característica associada a ele.

Pratt (1996, p.69) em seu trabalho sobre o emprego da expressão ruralidade diz que é preciso ter cuidado para não descartar a ruralidade como qualquer coisa irrelevante, errada, ou uma concepção caótica. "Instead it considers the implications, and accounts for a existence, of a multiplicity of meanings of the term rurality". Ou seja, há muitos rurais e independentemente da conotação que o conceito de ruralidade assume, seja relacionado com localidade ou concebido de forma tradicional, ele ainda é um termo que suscita debates e precisa ser analisado com cautela. Nesse trabalho o autor faz uma crítica ao uso dos termos rural e ruralidade e procura dentro da análise do discurso demonstrar a ruptura do signo (espaço, paisagem rural ) e significado (conceito socialmente construído). Lembra que a linguagem não é algo neutro ou passivo mas ativo e investido de uma multiplicidade de significados, alguns dos quais são estimulados a ir adiante e outros não. Pede cuidado, também com a relação classe e ideologia, pois tal relação é problemática. Os atores sociais manifestam variavelmente "meios de dominação", embora não haja maneira de fixá-los. Assim, esses meios uma vez legitimados, tendem a facilitar a reprodução das relações sociais. Esta compreensão é importante se pretendemos não reificar ou reproduzir as categorizações já existentes, bem como as relações sociais que as sustentam (Pratt, 1996, p.77).

Carneiro (apud Kageyama,1998) critica a dicotomia rural-urbana e também a idéia de um "continuum". Sustenta que análise do rural deve se concentrar nas relações sociais:

“Orientar o foco de análise para os agentes sociais deste processo [ de decomposição e recomposição de sistemas sociais] e não mais para um espaço geográfico reificado possibilita, por exemplo, que a distinção entre a 'cidade' e 'aldeia' ou 'urbano' e 'rural' desapareça ou torne-se inútil como questão sociológica. Isto porque cada espaço contém em si, contradições e conflitos resultantes da relação entre sistemas de valores e interesses distintos, quer sejam eles tidos como de origem 'urbana' ou 'rural'”. ( Carneiro, apud Kageyama, 1998, p.9)

A ruralidade aparece como expressão das múltiplas formas de interação dos atores sociais com a sociedade e economia global; sendo assim, denota apenas a referência espacial como qualificadora de um universo específico das relações sociais. Paralelamente, Kageyama diz que é necessário abolir a noção de rural como sendo um conceito básico para análises econômicas, sociais ou de desenvolvimento regional, deve ser preservado no conceito de rural (qualquer conceito) o componente espacial ou territorial.

Grande parte dos autores que trata do tema ruralidade é consensual no sentido de perceber que o rural não mais se constitui apenas num locus de atividades agrícolas, embora, indubitavelmente, em algumas regiões, elas ainda contribuem para a maior parte da economia local. A noção de localidade vem ganhando “espaço” nas análises do rural, uma vez que o espaço rural vem alterando suas relações sociais, econômicas, pois existem vários atores agindo neste espaço (agricultores, empreendedores turísticos, moradores de final de semana, trabalhadores fixos ou temporários) o que acaba por se configurar uma nova formação sócioespacial.

### **1.7 - A ruralidade brasileira**

Não só no Brasil como em muitos países industrializados ou não, o meio rural tem sido sinônimo de local degradante, atrasado, não modernizado e o urbano, por sua vez, o seu antônimo: lugar de progresso, símbolo da modernidade. Uma vez dada a ruptura entre os dois espaços, acontecem as definições de cada um e os critérios que servirão de base para diferenciá-los. Cada país<sup>14</sup> tem adotado seus próprios critérios considerando aspectos econômicos, sociais, demográficos, geográficos e tentando encontrar uma definição mais adequada a sua realidade. O próprio conceito de urbanização traz consigo várias conotações. Sabe-se que muitas pessoas que vivem no meio rural não são ou estão “urbanizadas”, pois não possuem acesso aos bens e serviços elementares constitutivos da cidadania, ao emprego e à moradia decentes. Nesse sentido, Abramovay e Sachs (1998) chamam a atenção para a necessidade da diferenciação entre desruralização e urbanização, uma vez que existe uma grande quantidade de indivíduos vivendo em pré-cidades, englobando favelas e bairros

---

<sup>14</sup> Sobre este assunto existe um trabalho bem completo realizado por Abramovay (2000).

periféricos, com altos índices de violência, precariedade social e degradação ambiental (Guivant, 1999).

O senso demográfico brasileiro, elaborado pelo IBGE, considera como urbanas as pessoas e domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, que podem ser cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) ou áreas urbanas isoladas. Considera rurais populações e domicílios recenseados em toda a área situada fora daqueles limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos<sup>15</sup>. A lei municipal deve definir os critérios adotados. Não se leva em conta o número<sup>16</sup> de pessoas no aglomerado para definir uma situação rural ou urbana, apenas atribui-se a uma sede municipal a condição de cidade e sua população será, conseqüentemente, urbana. Reconhece-se a esta sede a sua condição de cidade. Assim, o rural é reconhecido como um conglomerado disperso de pessoas, carentes da grande maioria dos bens e serviços que estão concentrados na área urbana:

“O meio rural consiste assim no espaço da precariedade social. Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade, se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao poder judiciário e até mesmo à igreja paroquial. Se a pequena aglomeração cresce e multiplica suas atividades, o meio rural não se fortalece em conseqüência, pois o que resulta deste processo é freqüentemente a sua ascensão à condição de cidade, brevemente sede do poder municipal. Neste contexto, a única alternativa que existe para a população rural se resume em permanecer periférica ou se tornar urbana, através da expansão do próprio espaço rural, ou através do êxodo rural” (Wanderley, 1997, p.41).

Segundo Kageyama (1998) esse problema tem sido contornado, principalmente pelas instituições responsáveis pelas estatísticas e políticas territoriais de diversos países, por meio de categorias intermediárias como peri-urbano, semi-rural, campo urbanizado, novo rural (Graziano da Silva, 1997) que tentam preencher o espaço do suposto continuum entre aqueles dois extremos. A idéia do continuum

---

<sup>15</sup> IBGE(1994). Censo Demográfico (1991).

<sup>16</sup> França: considera rural a aglomeração de até 2.000 habitantes (outros critérios são adicionados como a densidade demográfica e a influência das grandes cidades).

Estados Unidos: até 10.000 habitantes (a aglomeração que não está no interior dos limites externos de uma cidade de mais de 50.000 habitantes e suas adjacências urbanizadas – ou em curso de urbanização – tendo uma densidade de população não superior a 100 habitantes por milha quadrada).

(Pahl, 1966) é a de que não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura, determinadas por sua vinculação espacial.

No caso brasileiro, “o novo rural”, segundo Graziano da Silva (1997) é um espaço rural modificado, tanto no seu aspecto socioeconômico quanto geográfico, ou seja, é um continuum do urbano, não cabendo mais o corte rural/urbano. Na visão deste autor, alguns fatores contribuíram para a transformação do meio rural brasileiro: processo de industrialização da agricultura, o transbordamento do mundo urbano sobre o rural, o crescimento dos complexos agroindustriais acarretando mudanças na dinâmica destas atividades. Entretanto, tais mudanças por si só não parecem suficientes para explicar o surgimento de novas atividades<sup>17</sup> desenvolvidas no meio rural, que em face destas modificações, não pode ser mais considerado exclusivamente agrícola. Essas atividades visam suprir a deficiência da renda dos agricultores que tiveram que se adaptar aos novos contextos. Sendo assim, este rural aparece com novas características e precisa ser reconceituado, observadas as mudanças socioeconômicas e geográficas.

Abramovay (1999) diz que é necessário desmistificar a idéia de que o espaço rural deve ser associado a que nele permanecem apenas os que não conseguem aventurar-se em direção à cidade e que seu declínio é apenas uma questão de tempo. O importante é saber exatamente o que se entende por espaço rural: não só a maneira como ele se exprime estatisticamente, mas sobretudo o significado de ruralidade nas sociedades contemporâneas. Antes de tudo, ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial, o mesmo serve para o conceito de urbano. As cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela agricultura (Saraceno, 1996/1999, OCDE, 1994, apud Abramovay, 2000).

O componente territorial, segundo Abramovay, é essencial para a dinamização do meio rural. Analisar as experiências de regiões rurais que travam relações dinâmicas com as cidades e vão se integrando a elas de forma produtiva, podem estimular o crescimento e a consolidação da agricultura familiar, estimulando,

---

<sup>17</sup> Atividades não agrícolas: chacareiros, pesque-pague, hotéis-fazenda.

assim, a criação de políticas públicas que dêem conta desta nova realidade. No Brasil, o crescimento das chamadas cidades intermediárias (entre 50 mil e 500 mil habitantes) passou a ter um papel importante neste novo rural brasileiro. À medida que se diversifica o tecido social econômico dessas cidades, suas demandas com relação ao meio rural tendem a se ampliar e abre caminho para a formação de uma rede territorial que pode estimular atividades variadas no próprio campo.

Desta forma, o rural não precisa se urbanizar trazendo consigo a idéia de progresso e desenvolvimento daquele setor. Antes, porém, deve-se procurar animar os valores de cada localidade, compreendendo sua relação com a natureza, como um bem a ser conservado e não apenas explorado; sua relação com outras regiões, buscando a valorização também das atividades agrícolas aí inseridas.

— Wanderley (2000) afirma que é importante analisar este contorno social do meio rural e o faz a partir de constatações específicas do mundo rural brasileiro: história dos espaços rurais, a definição deste meio e o perfil desta população. Entende o meio rural como espaço suporte de relações sociais específicas, que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço, portanto o conformam enquanto um singular espaço de vida. Existe neste espaço um dinâmica social interna - lugar da "família" - e externa - integração com espaços sociais mais amplos.

— Definir o espaço rural no Brasil é, no mínimo, uma tarefa desafiadora, já que existem "municípios" com todas as características de um local rural e são considerados pelo IBGE como urbanos. Até onde vai este rural enquanto espaço de relações sociais: limita-se ao bairros e povoados ou se mistura com a própria dimensão do município? Wanderley (ibidem) enfatiza a necessidade de novas pesquisas que permitam identificar a realidade brasileira que podem trazer conseqüências importantes para a análise dos processos sociais que se manifestam, precisamente, nestas fronteiras sociais.

A população rural brasileira também é um caso a ser analisado. Essa mobilidade de pessoas do meio urbano que redescobriram o meio rural como local de moradia e de lazer, transforma e altera não só a paisagem local, como também

interfere no cotidiano daqueles que são nativos. "Estão" rurais, contudo, pouco participam da vida local e, de certa forma, tem um perfil social distinto. Na visão de Pahl (apud Murdoch e Pratt, 1993, p.418), "não há pessoas rurais, apenas pessoas que, por várias razões, vão viver nas áreas rurais. Em termos contemporâneos, não há identidade rural distinta. A hipótese de Wanderley (2000) é a de que a população rural brasileira é constituída em sua maioria pelas "pessoas que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar - vinculadas, portanto, às unidades familiares agrícolas - e os laços de vizinhança - o que inclui os trabalhadores assalariados que permanecem no meio rural.

— Que o meio rural precisa ser reconceituado, isto é fato. Que esta reconceituação poderá promover mudanças no nível de vida de seus habitantes, isto também é fato. Contudo, esta realidade é muito complexa e as mudanças envolvem pessoas com referenciais de vida e de trabalho, valores sociais e culturais que não podem ser substituídos ou modificados de imediato. Observamos, por exemplo, na nossa pesquisa, comentários como: "eu nasci fazendo isso, plantando e colhendo, e eu só sei fazer isso...fazer turismo é pra quem sabe e tem dinheiro..." (Evilério, 51 anos) que demonstram que não basta olhar o novo rural a sua volta e se encaixar neste novo modelo. Os atores sociais reproduzem ações e monitoram tais ações e esperam que os outros atores façam o mesmo (Giddens, 1984). Nesse caso, o ator social reconhece sua ação e a ação dos outros e consegue dar significado a elas, por isso, sabe que mudanças envolvem não só a sua vontade enquanto ser social, mas uma estrutura social com regras já consolidadas que o impede, muitas vezes, de agir para se adaptar aos novos contextos sociais. Por isso, mudanças de comportamento levam tempo. Os mais jovens são mais suscetíveis a mudanças. Se está despontando um "novo rural" no Brasil, talvez ele possa ser melhor aceito pelos mais novos.

Os espaços rurais são compreendidos e definidos de acordo com a concepção que cada sociedade elabora deles. As situações históricas de cada sociedade e as pessoas aí inseridas foram elaborando e construindo espaços e os caracterizando, também, em conformidade com as concepções de desenvolvimento de cada período. O rural brasileiro é uma mistura de vários rurais e sua população também pode ser assim considerada. Romantismos árcades à parte, podemos perceber que em muitas regiões

do Brasil, principalmente na região Sul, há uma revalorização do rural, ou nas palavras de Wandereley (1997), uma renascimento do rural. Isto se deve ao fato de termos regiões que são consideradas prósperas, não só no seu potencial local, territorial, mas também pelo potencial humano de seus habitantes. E os outros rurais que não possuem tais características? Ainda não há resposta para esta questão. A resposta poderá ser construída depois de muitas pesquisas a respeito das situações rurais brasileiras que deverão trazer subsídios para uma política governamental com a participação dos setores privados, e buscando, principalmente, a participação dos atores sociais envolvidos neste processo de revalorização do meio rural.

## CAPÍTULO 2 UM NOVO RURAL PARA UMA NOVA GERAÇÃO?

### 2.1 - Juventude: suas expectativas e desejos

As idades da vida humana representam não só fenômenos biológicos, mas também sociais e históricos e os seus significados atuais podem rastrear-se no início dos processos educacionais na constituição da modernidade. Nesse período, o Estado toma para si certas responsabilidades sociais, entre elas a educação, que estimulam o processo social de cristalização das idades da vida como elemento da consciência moderna (Peralva, 1997).

Segundo Levi e Schmitt (1996) há dificuldades para definir o que seja de fato a juventude e nem se deveria pretender encontrar uma única definição como válida para todos os lugares e épocas. A juventude, como as demais etapas da vida, é uma construção social e cultural: situa-se entre a dependência juvenil e a autonomia da fase adulta.

Lutte (1991, apud Dina Krauskopf) vê a juventude como uma etapa preparatória e uma postergação dos direitos das crianças e jovens, ao considerá-los carentes de maturidade social e, ao mesmo tempo, inexperientes. Implicitamente, os jovens não são reconhecidos como sujeitos sociais e se destacam como a geração cujo valor radica em seu futuro.

Para a juventude rural o paradigma tradicional de preparação para a etapa posterior introduz outras especificidades. Moreno (1982, apud Dina Krauskopf, 2000) destaca que os adolescentes rurais que não estudam são estigmatizados por suas comunidades, expostos à exploração do trabalho, a migrar mais rapidamente ou a levar uma vida ociosa. A isto soma-se o senso comum, em parte estimulado pelos meios de comunicação, em criar estereótipos, caracterizando o(a) jovem rural como: simplório, cordato, pouco dotado de inteligência, mais propenso ao trabalho manual, ou seja, o peão. O(a) jovem do meio urbano, é visto como hedonista, individualista, avesso às regras, produto e reflexo da sociedade urbana e para o qual os problemas clássicos desta fase da vida (drogas, delinquência, entre outros) são observados. Estes



problemas clássicos quase não são considerados quando se trata da juventude rural. A juventude, entretanto, não pode ser vista como uma população homogênea. Deve-se levar em conta a individualidade de cada jovem, rural ou urbano, situando-o em um amplo espaço multidimensional e um amplo conjunto de situações e perspectivas.

Muitos países da Europa e os Estados Unidos têm desenvolvido, ao longo do último século, a formulação de políticas para jovens, designado instituições governamentais responsáveis por sua complementação. Já nos países de língua espanhola da América Latina esse fenômeno, de modo geral, ganha significação a partir dos anos 80, estimulado, principalmente, por organismos como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a ONU, que geraram algumas iniciativas de cooperação regional e ibero-americanas, fazendo intercâmbio de informações e experiências, promoção de capacitação técnica, de encontros para realização de diagnósticos e discussão de políticas (Abramo, 1997). Dentre tais projetos e ações governamentais, estão contempladas também algumas iniciativas voltadas para a pesquisa com a juventude rural.

Elegemos alguns estudos realizados em países latino-americanos e países desenvolvidos para analisarmos como os jovens rurais estão envolvidos com seu meio, neste processo de mudanças ocorridas nas relações familiares e na dinâmica das gerações no que diz respeito à educação formal, transmissão do patrimônio, êxodo juvenil e gênero. Faremos primeiro uma análise com pesquisas realizadas em países latino-americanos e na seqüência com pesquisas realizadas em países desenvolvidos.

Durston (1996) analisa jovens de comunidades rurais, a maioria de cultura campesina tradicional, das regiões chilenas e hondurenhas, entre outras, que possuem algumas características comuns como, por exemplo, as relações familiares e o fato de serem originários de um meio rural carente de terra e trabalho e com precárias condições de vida. Os jovens latino-americanos estudados procuram elaborar um pensamento estratégico para suas vidas e colocá-lo em prática. Entretanto, existem dificuldades e possíveis obstáculos que podem impedi-los de realizar seus planos de vida. Estes obstáculos relacionam-se ao poder paterno nas decisões dos jovens, à falta de autonomia das jovens rurais e à carência de oportunidades reais tanto no espaço

rural quanto no urbano. Frente a estes obstáculos, os jovens se deparam com 3 grandes decisões que poderão interferir em seus projetos futuros: matrimônio, estudos, migração.

Uma vez que suas vidas ainda são fortemente determinadas pela vontade dos pais, muitos deles e delas, principalmente, acabam por concordar com esta interferência paterna ou materna, deixando-os decidirem, ou pelo menos, opinarem em questões sobre escolha de uma profissão ou matrimônio: "La autoridade del padre relativa a la vida propia es tradicionalmente respetada incluso por parte de hijos hombres que ya son padres ellos mismos" (Durston, 1996, p.58).

Há, porém contextos em que a autoridade patriarcal pode ser contrariada, o que indica que a autonomia dos jovens vem aumentando. Os pais, por sua vez, acabam percebendo que em muitas situações é inútil lutar contra a decisão dos filhos, já que não conseguem controlar a oferta quase universal de três recursos que são atrativos para os jovens: educação, emprego assalariado e a emigração. O que é relevante considerar é que em todos os lugares acontecem as negociações e conciliações de estratégias individuais distintas. Há discussões entre pais e filhos sobre projetos individuais e familiares e, frequentemente, as mães intercedem a favor dos filhos.

O matrimônio tem duas significações no contexto das tradições dos jovens destas regiões latino-americanas. Para as moças, cujas possibilidades de elaboração de projeto de vida autônoma são mais escassas, a participação nos projetos de casar e ter filhos é prioritária. Visto desta forma, o matrimônio significa para a jovem um arranjo, já que a elas não cabe o direito de herdar terras. Contraditoriamente, as moças esperam que através do matrimônio possam conseguir alguma forma de autonomia, pois não estão mais sujeitas à autoridade paterna. Para o jovem, através desta relação social do matrimônio, ele se torna um sujeito com direito a terra, fortalecendo a unidade de reprodução familiar pela ampliação das terras ou abrindo concessões para novas unidades domésticas. Esses arranjos matrimoniais reforçam os laços familiares e podem ser uma estratégia que estes grupos sociais elaboram para se evitar a migração.

Quanto à educação formal, ela permite ao jovem rural dar suporte a sua família e comunidade e melhorar as relações com o mundo exterior, uma vez que ele também modifica a concepção do mundo, o que o leva freqüentemente ao conflito com aquelas mesmas instâncias que têm grande importância como recursos para suas estratégias de vida (Durston, 1996, p.63). Cada vez mais a educação formal vem se constituindo como estratégia de vida, principalmente entre os jovens que não vêem a possibilidade de herdar terras. Para as jovens, a educação formal incorpora um significado libertador. Não basta migrar para ser algo mais do que uma dona de casa campesina, pois sem uma educação formal mínima, migrar significa estar sujeita a empregos sem qualificação, como empregada doméstica. A escola aparece como forma de incluir as mulheres na sociedade, de participar da vida na sua comunidade. Assim, a formação escolar vai sendo integrada às estratégias de vida das moças rurais latino-americanas, o que no passado não aparecia como algo relevante. Contudo, há muita disparidade entre os dados referentes a expansão da educação formal dos jovens de áreas rurais dos países latino-americanos. Essas disparidades correspondem a etapas históricas diferentes na expansão da cobertura de educação gratuita no território rural de cada país. Em alguns países, a cobertura da escolaridade básica tem sido meta governamental e, sendo assim, os pais e filhos acabam internalizando a proposta como uma norma. Em outros países, porém, a situação educacional é precária. Encontra-se aí, mais da metade da população rural jovem com até 3 anos de estudos aprovados. O Brasil se encontra entre eles.

A opção pelos estudos está entre os fatores que levam os jovens latino-americanos (não exclusivamente) ao êxodo rural. Outro fator é a falta de terra, ou terra insuficiente para o trabalho agrícola. Assim, o êxodo começa a fazer parte das estratégias de vida tanto dos rapazes quanto das moças rurais. Uma educação formal completa (equivalente ao 2º grau) estimula o(a) jovem a sair em busca de um trabalho assalariado. Para as moças, o estímulo ao estudo é um fator mais preponderante, uma vez que elas, na maioria das vezes, não têm direito a serem sucessoras: "una joven que no hereda tierra tiene menos esperanzas de contraer un buen matrimonio, y no todas las jovens aspiran a una vida matrimonial segun las normas tradicionales" (Durston, 1996, p.71). Ao migrar, as jovens com pouco ou nenhum nível de escolaridade se

obrigam a exercer profissões onde não se exige qualificação profissional (subempregos) e o que, em princípio, significava sua independência, acaba aos poucos interferindo na sua auto-estima, pois começam a sofrer discriminações em relação a sua origem e carência de cultura letrada. O sonho dessas moças passa a ser alimentado pela vontade de estudar e ter uma profissão que lhe garanta status e respeitabilidade: professora, secretária, vendedora, o que lhe traria, também, a possibilidade de um "bom" casamento.

Durston conclui que os jovens rurais latino-americanos da atualidade, em sua grande maioria, desenvolvem um pensamento estratégico e começam a tomar decisões vitais, procurando colocá-las em prática em suas estratégias de vida já durante sua fase juvenil. Entretanto, é preciso que sejam criadas opções locais atraentes para os jovens poderem optar pela permanência ou não neste meio. Não há dúvida de que a educação formal é o componente chave para qualquer política de modernização rural. Uma vez munidos de conhecimentos, incluindo-se aí conhecimentos técnicos, os jovens podem vislumbrar possibilidades de construir seu projeto de vida em áreas rurais.

A análise de Durston enfoca basicamente as formas de vida e relações sociais de sociedades rurais tradicionais: a maneira como os jovens vão se adaptando à ruptura de algumas tradições como casamento, herança da terra. O comportamento dos jovens pesquisados segue um padrão mais homogêneo, com características comuns. As conclusões e diagnósticos da pesquisa dizem respeito a pessoas e padrões de vida específicos, e, portanto, deverão ser compreendidos e interpretados dentro deste meio.

Outra investigação interessante a respeito da forma como os jovens vão reagindo e se adaptando às transformações por que passa o seu meio rural vem do campo chileno e foi realizada por Falabella (1997). As transformações no meio rural chileno deram origem a um jovem moderno que se flexibiliza nas relações de trabalho frente à reestruturação da economia. A reorganização do trabalho no campo chileno (exportação de hortifruticultura) tem criado situações no sentido de que os contratos de trabalho se dão por empreitada, dependendo do tipo de fruta e podem durar algumas semanas ou meses. Essa condição de empregado "temporero" em

algumas culturas acaba por criar uma rotatividade muito grande de pessoal empregado e de contratadores de trabalho. Assim, o grupo de trabalho é privado de sua convivência familiar e acaba quebrando a organização e rotina da vida social<sup>1</sup>.

A reestruturação da organização do trabalho no campo chileno foi apoiada nas atividades exercidas pelos jovens e especialmente pelas mulheres. Segundo Falabella, o capital sempre busca os setores mais débeis e/ou mais flexíveis, como os jovens e as mulheres, para impor-lhes o peso e o custo da transformação em marcha por serem mais abertos à reestruturação. Mas, as jovens acabaram por desempenhar um papel fundamental na produção desse meio rural, pois realizavam um trabalho mais especializado e possuíam habilidade no manejo das frutas. Além disso, seu horário de trabalho era noturno e elas acabaram por desenvolver "espaços de liberdade", ou seja, trabalhavam e se organizavam num momento em que toda a comunidade dormia. As jovens chilenas conseguiram se organizar social e politicamente criando espaços para discussão de questões trabalhistas e projetos de vida. Ou seja, o movimento social que surgiu dessa nova organização sindical envolvendo as/os jovens temporeros é caracterizado pelo fato de " cada indivíduo manter seu próprio perfil, sem diluir-se no grupo, mediante sua adesão mais ou menos consciente à ação coletiva ( Falabella, 1997, p.133).

Além destas pesquisas, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) por meio do Centro Internacional de Desenvolvimento Rural (CIDER), com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) através do Programa de Desenvolvimento e Alcance Juvenil (OLD) e a CEPAL promoveram no ano 2000, entre os meses de outubro e novembro o Fórum Eletrônico – Jovens e as novas ruralidades<sup>2</sup>. A intenção do fórum é promover a troca de experiências entre países latino-americanos como a Argentina, Uruguai, Honduras, Guatemala, Chile, onde se têm os jovens como protagonistas do desenvolvimento rural, promovendo-se estratégias que estimulem o potencial da juventude. As experiências dos próprios

---

<sup>1</sup> Os migrantes de outras regiões que trabalhavam no cultivo da beterraba não podiam residir com suas famílias, pois o patrão temia que houvesse uma organização sindical. Novamente, encontra-se a situação de desestruturação social.

<sup>2</sup> Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Disponível em [http://www.iica.org.uy/foro\\_eletronico.htm](http://www.iica.org.uy/foro_eletronico.htm)

jovens rurais, das Organizações não-Governamentais - ONGs -, bem como casos de programas governamentais e projetos internacionais de cooperação apresentam uma diversidade de aprendizagens, modelos, metodologias, impactos que geraram uma instância de profundo intercâmbio entre as mesmas, tendo os próprios jovens rurais e suas organizações como sujeitos e destinatários prioritários e como pano de fundo de uma nova “leitura” do meio rural.

O fórum eletrônico conta com participantes que podem ser jovens idealizadores de algum projeto voltado para esta faixa etária, especialistas de organismos internacionais, ONGs que trabalham com juventude rural, procurando uma abordagem múltipla sobre esta temática. Assim a troca de experiências, através de programas e ações de cada país, é muito diversificada. Encontram-se pesquisas que relatam desde experiências de jovens com cooperativas rurais e agrárias na Argentina e no Uruguai, como análises de políticas para a juventude rural com enfoque de gênero ou mesmo propostas de revisão do conceito de ruralidade na América Latina.

As pesquisas latino-americanas têm procurado abordar o tema da juventude rural com enfoque nas ações dos jovens, trazendo como novidade para estas ações e estratégias o capital social dos jovens<sup>3</sup> rurais e mostrando o quanto é importante que os mesmos estejam atentos aos conhecimentos locais tradicionais e ao mesmo tempo às inovações tecnológicas e transformações ocorridas no seu meio rural.

Confrontaremos estas observações sobre a América Latina com as apresentadas numa pesquisa realizada no Canadá enfocando a migração de jovens rurais e urbanos, os que ficam, os que saem e os que retornam<sup>4</sup>. O objetivo principal da pesquisa era investigar o perfil dos jovens rurais que migram. Considerando-se os vários tipos de espaços rurais e as condições propícias de desenvolvimento, os modelos de migrações variam muito de região para região dentro de um mesmo país. Em algumas regiões do Canadá observa-se que mais de 90% de sua população jovem

---

<sup>3</sup> Capital social da juventude significa estimular as potencialidades dos jovens rurais bem como as potencialidades deste meio, através de redes que propiciem aos jovens sua organização em grupos de interesses para troca de experiências.

<sup>4</sup> Canadian Rural Partnership. Disponível em <http://www.rural.gc.ca/research/poverty/ruralyouth/ruralyouth.html>.

vive em áreas rurais, enquanto em outras permanecem apenas 2% dos jovens. De acordo com o censo demográfico daquele país, pôde-se constatar tanto um ganho como uma perda em torno de 15% de indivíduos entre 15 e 29 anos entre o período de 1991 a 1996 nas áreas rurais.

A pesquisa constatou também que, assim como na América Latina, os jovens que vivem nas áreas rurais têm menos educação formal que os da área urbana. Por exemplo, de todos os jovens entre 25 e 29 anos, 31% deles possuíam educação pós-secundária no ano de 1996, comparados com os 46% dos jovens da área urbana. Contudo, encontram-se exceções: há regiões do Canadá, como em Cape Breton, onde 32% dos jovens de 20 a 24 anos que moram nas áreas rurais têm educação pós-secundária contra os 27% dos que moram na área urbana. Redundante constatar que os índices educacionais no Canadá são muito superiores aos dos países latino-americanos. Disso resulta outra situação: um alto índice de conclusão de 2º grau, se comparado com países latino-americanos, entre os jovens que moram em áreas rurais.

São comuns também os motivos que levam os jovens rurais a se aventurarem em áreas urbanas: a procura de uma educação pós-secundária, tentativa de encontrar emprego, ter acesso a experiências de vida diferentes, ganhar independência, buscar suas próprias aspirações. Contrariamente à percepção popular, as pesquisas dos modelos de migração nas áreas rurais e urbanas canadenses, constataram que as áreas rurais não têm perdido indivíduos em todos os grupos de idade. Desconsiderando as mortes e as migrações internacionais, as áreas rurais estão ganhando população jovem entre 25 e 29 anos<sup>5</sup> na maioria das províncias. Isto não implica que não haja necessidade de preocupação. Há províncias que possuem população de baixas rendas que têm experimentado perdas na sua população rural entre jovens de 15 e 29 durante o período de 1991-96, enquanto as províncias mais ricas têm ganhado população rural de jovens de 15 anos para cima. Vale destacar na pesquisa que os jovens rurais canadenses que possuem educação pós-secundária e têm uma propensão um pouco menor para migrar, respondem pela maior parte dos que

---

<sup>5</sup> A pesquisa canadense considerou jovem os de idade entre 15 e 29 anos

deixam o meio rural. Os que possuem curso universitário e têm mais propensão para sair, representam apenas uma minoria dos que migram.

Uma outra pesquisa realizada na Austrália<sup>6</sup> reforça a necessidade de rever o conceito de meio rural. Existe neste país uma região chamada Whitsunday Shire e por definição este local é claramente rural, com a economia largamente baseada na produção de açúcar e no turismo local. A coexistência destes dois locais, um agrícola tradicional e outro de atividade turística, dá ao Shire um ambiente socioeconômico e político incomum e também cria problemas especiais para a juventude local<sup>7</sup>.

Pelo fato da região sugerir uma imagem de um paraíso de férias associado a outros centros turísticos em seu entorno, ela oculta uma realidade na qual os jovens locais sofrem de uma sensação profunda de aborrecimento, alienação e marginalização o que os torna vulneráveis a um número de dificuldades sociais e pessoais. Nas palavras de uma jovem moradora local "[ There's ] not much to do...no jobs...everything requires money...it's a boring place...no privacy".

Embora a Organização de Serviços Humanos para as Necessidades do Jovens de Whitsunday Shire seja vista pela população local como responsável e dedicada, seus trabalhos são casuais e fragmentados. Os serviços locais, especialmente as organizações não governamentais com base comunitária, têm poucos recursos financeiros e assistência de pessoal para responder às necessidades dos jovens. Não há um trabalho que busque a identificação das carências juvenis locais. As duas conseqüências desta situação são: os jovens encontram dificuldade para obter informações sobre serviços disponíveis e não se situam dentro da organização das redes de trabalho. Assim, eles não conseguem encontrar empregos ou os perdem por falta de qualificação. Os jovens locais não possuem qualificação exigida para os empregos com o turismo local.

---

<sup>6</sup> Rural Society - Paradise Lost - young people's experience of rural life in the Whitsunday Shire. [www.crse.csu.edu.au](http://www.crse.csu.edu.au)

<sup>7</sup> Neste local foi criada uma comissão de estudos no ano de 1991 para saber as condições de vida dos jovens e suas famílias nesta área rural. A questão principal do estudo foi investigar as necessidades dos jovens, entre 12 e 18 anos que moravam em Whitsunday Shire. Através de questionários e entrevistas, a pesquisa procurou ajudar a identificar o âmbito dos fatores sociais e econômicos que afetam a juventude de Shire e tentou analisar o que eles próprios têm a dizer sobre o dia-a-dia da vida neste local.



Outra situação problemática é a atração que a região exerce sobre os jovens de outras localidades próximas, pois esperam encontrar emprego neste idílico paraíso tropical e ficam desapontados ao se depararem com a realidade de vida local. Há evidências de um alto nível de desemprego e subemprego entre os jovens (25% dos jovens entrevistados estavam desempregados). Um em cada 5 empregados se ocupa de um trabalho em tempo integral; mais da metade dos jovens possuem empregos em período parcial e temporário. Há uma grande necessidade de cursos de curta duração, que devem ser oferecidos pelas organizações de especialização no treinamento dos jovens para empregos específicos, especializados que são imediatamente utilizados localmente.

Os jovens mais pobres reclamam do custo de vida local porque pagam preços exorbitantes, nestas áreas, pelas necessidades básicas como roupas, alimentos e locomoção. Não há condições de estudar e pagar aluguel. Essa carência das necessidades básicas traz problemas de ordem social e emocional para os jovens da região: brigas em família, uso excessivo de álcool e outras drogas e relações truncadas com a polícia local. Com pouco para se fazer e poucas atividades estruturadas no seu dia-a-dia, como trabalho e estudo regulares, os jovens perambulam nas noites de Airlie Beach em bares e clubes noturnos. Um terço dos jovens entrevistados não tinha atividades estruturadas para se ocupar, ou seja, nem no trabalho nem na escola. Suas atividades comuns de final de semana era ir aos bares beber.

É interessante notar que os problemas descritos possuíam "características" urbanas, ou seja, não foram relatadas situações de falta de terra para o trabalho rural, reclamações dos jovens em relação ao trabalho pesado ou carência de incentivo do governo para a área agrícola, entre outros<sup>8</sup>. Isso pode acontecer pelo fato do local possuir áreas rurais e urbanas muito próximas e os valores acabam se misturando e

---

<sup>8</sup> Ocorre nesta região uma situação contrária às relatadas normalmente nos trabalhos sobre juventude rural. A Professora Dina Krauskopf relata em seu trabalho a ausência do reconhecimento dos problemas clássicos da juventude urbana e que não são considerados ou não pesquisados quando se refere à juventude rural.

neste caso, valores e tradições que são ainda mantidos por jovens que se localizam em rurais mais tradicionais, acabam se diluindo em locais como o Whitsunday Shire.

As pesquisas realizadas nos países latino-americanos, embora sejam substanciais, ainda carecem de organismos que dêem impulso e apoio ao trabalho dos pesquisadores. Mesmo que a temática abordada em todas as pesquisas analisadas seja juventude rural, existem diferenças entre o que se quer focar em cada país ou região. Nos países desenvolvidos, como na Austrália ou Canadá, temas como sucessão das terras ou gênero não aparecem com tanta ênfase. A preocupação maior destas pesquisas revela-se nos dados estatísticos sobre a migração e problemas sociais relativos a ela que podem interferir nos projetos de vida dos jovens. Nas pesquisas dos países latino-americanos, além do tema da migração, abordam-se os que se referem às tradições, valores culturais locais e regionais, a questão de gênero. O importante nestes resultados é focalizar o jovem como um ator social capaz de interferir nestas ações e estratégias políticas geradas pelos órgãos patrocinadores destas pesquisas e poder ele próprio decidir sobre seu projeto de vida.

## **2.2 - Juventude rural brasileira: pais e filhos frente à ruptura de algumas tradições.**

Enfocaremos agora no "campo" brasileiro, um campo escasso de pesquisa voltada para a juventude rural. As pesquisas que vêm surgindo já conseguem dar conta de algumas informações sobre o comportamento da juventude rural frente às transformações socioeconômicas de seu meio. O pouco material guarda, contudo, uma mesma preocupação: perceber-se os(as) jovens possuem uma estratégia de vida, ou ainda, se formulam projetos individuais e familiares diferentes em contextos socioeconômicos distintos. Outra preocupação das pesquisas é entender como os jovens e os pais estão reagindo às mudanças referentes ao processo de transferência das terras e propriedade, aos índices de êxodo rural diferenciados por gênero e ao processo de masculinização do meio rural.

Destacaremos aqui algumas pesquisas que analisam especificamente questões referentes aos jovens e o meio rural em que estão inseridos. Uma delas foi

realizada no município de Saudades<sup>9</sup>, no oeste de Santa Catarina, considerado um município agrícola típico da região. Um grupo de pesquisadores da EPAGRI do município de Chapecó do Centro de Pesquisa para a Pequena Propriedade, com o apoio da UNESCO, realizou entrevistas com 53 famílias do município de Saudades, através de questionário fechado para estabelecer algumas relações entre os processos sucessórios e a situação social destas famílias.

O grupo entrevistou separadamente os membros das famílias: pais, filhos, filhas. As questões dirigidas aos pais referiam-se aos padrões sucessórios passados e futuros, relacionamento com os filhos e interferência dos pais nos projetos de vida dos filhos. As moças e os rapazes também responderam a questionários diferenciados, porém as questões básicas eram comuns: problemas enfrentados para exercer a profissão agrícola, projetos de vida futuros ligados ou não à atividade agrícola, discriminação feminina. O trabalho busca o ponto de vista tanto do pai quanto das jovens e dos jovens a respeito dos processos sucessórios pelos quais a atual geração deverá passar.

Os dados das pesquisas apontaram que já não há neste meio rural o predomínio do padrão sucessório em que o filho mais novo deve herdar (minorato). Apenas 32% dos pais dos jovens entrevistados havia recebido a herança na condição do minorato. Agora, entre os jovens, constatou-se que apenas 13% deverá herdar a terra nestas condições. Abramovay (1998) considera também como motivo desta alteração nos padrões sucessórios, a perda do caráter "moral" que a profissão de agricultor já teve no passado e hoje ela é mais uma profissão a ser considerada entre tantas outras. Já se conjectura entre os filhos a divisão igualitária do patrimônio entre outras possibilidades. O que fica claro é que o processo sucessório não parece ser objeto de uma preparação prévia e organizada por parte da família.

Além disso, constatou-se, também, neste meio rural um processo de masculinização, uma vez que conseguiram entrevistar 31 rapazes e 16 moças. Mesmo reconhecendo que o universo de entrevistados foi pequeno, existe ainda a vontade dos

---

<sup>9</sup> A mesma pesquisa está sendo realizada em outros municípios do oeste catarinense.

jovens (não das jovens) em permanecerem na agricultura, pois eles vêem o trabalho agrícola como uma opção e não como uma continuidade do trabalho dos pais. Lembramos que no meio rural do município de Saudades predominam as atividades agrícolas e a população rural ainda é superior à população urbana, embora o êxodo rural seja constante e intenso.

Uma outra pesquisa realizada no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, também aborda o problema dos padrões sucessórios, porém não o faz sob a ótica da juventude rural e sim em torno da unidade de produção familiar (Papma, 1992). A tradição ou lei comum de sucessão da propriedade familiar dá aos filhos homens o direito de receber um pedaço de terra sobre o qual viveriam com independência. Antes do casamento os filhos trabalham para manter e aumentar o patrimônio, pois sabem que este bem é comum e de alguma forma todos receberão sua parte da herança. Uns mais, outros menos. No caso do minorato, cabe ao filho mais novo a responsabilidade de cuidar dos pais até a morte. Em compensação ele herdará toda a propriedade do pai e toda terra que é deixada depois aos outros filhos. Às mulheres, cabe-lhes, em muitos casos, um dote em cabeças de gado, um enxoval, ou máquina de costura.

Contudo, esta tradição camponesa, que era bem comum entre os agricultores até 30 anos atrás, hoje já não se mostra tão clara enquanto concepção de como a herança da terra e os cuidados com os idosos podem ser arrançados. Os pais desta geração de jovens já reconhecem que as tais práticas da "lei comum" podem sofrer mudanças e as novas práticas da herança deverão se adaptar a um outro sistema normativo ( Papma, 1992). Ou seja, a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade ( Abramovay, 1998, p.36).

Segundo Papma (1992) as pessoas mais velhas tendem a conceber o minorato como um sistema do qual funcionou no passado e seria desejável, ainda, como modelo se ele continuasse a atender as expectativas atuais dos pais e filhos. Porém, ele é notadamente um sistema em transição. Vêem-se alguns contrastes e elementos novos aí inseridos. A educação formal é resguardada como uma alternativa

a terra. Os filhos que vão para o mercado de trabalho perdem o direito ao presente de casamento (herança). Os pais não conseguem mais prover seus filhos com terras suficientes para um "bom" começo de vida e, assim, procuram manter as terras intactas para dividi-las após sua morte.

Para Tedesco (1999), hoje ser herdeiro perdeu um pouco a importância. As formas de se relacionar com as pessoas na família e na vizinhança vão se redefinindo. Os pais trabalham "duro" para deixar as terras de herança para os filhos. Se os filhos acabam por resistir a participar dos trabalhos na unidade familiar, os pais não se empenham mais em desenvolver atividades tradicionais e vem a necessidade de encontrar outras formas (menos desgastantes) na dinâmica interna do trabalho na unidade familiar.

Carneiro (1999), numa pesquisa de campo realizada na área rural de dois municípios<sup>10</sup>, observa que nas transformações dos padrões da herança e sucessão devem ser consideradas as mudanças nos padrões demográficos das famílias e da estrutura ocupacional nos últimos 30 anos. A tradição de se ter uma família numerosa com todos os membros envolvidos nas atividades agropecuárias exigia que a unidade de produção familiar adquirisse novas terras para manter sua estrutura familiar e abrigar as novas gerações. Com a partilha das terras, a propriedade vai se fragmentando e nem todos filhos conseguem mais viver do trabalho na terra. Acabam, assim, abandonando a família para estudar ou arrumar trabalho na cidade mais próxima. Assim, os filhos mais jovens eram estimulados a buscar outras alternativas até mesmo em outros lugares, seja no trabalho agrícola em novas terras ou não. Os pais, por necessidade, estimulavam a permanência de apenas um dos filhos na unidade familiar (o possível sucessor) fazendo com que os outros migrassem para a cidade. Esse contato com o mundo urbano "contamina" a cultura original onde estão inseridas as tradições, os laços familiares.

Desta forma, as regras de sucessão das terras tornaram-se mais flexíveis. Ou seja, fica aquele que "gosta da lida agrícola" ou o que "não tem cabeça para o

---

<sup>10</sup> Uma região estudada foi São Pedro da Serra, distrito do município serrano de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro e o município de Nova Pádua, na região colonial do Rio Grande do Sul.

estudo". Mesmo com o rompimento das regras tradicionais, a sucessão deverá acontecer. Se os pais falecem, a propriedade será assumida por alguém da família, um filho ou filha deverá dar continuidade ao projeto familiar de manter a exploração agrícola, pois o compromisso moral com a família ainda é muito forte (Carneiro, 1999).

Quando a família é numerosa e surge a possibilidade de outros filhos assumirem a terra e cuidar dos pais, os conflitos entre o pai e o filho que sai pode se tornar mais ameno. Contudo, se o pai não tiver mais condições de se manter como chefe da unidade de produção, algum filho deverá assumir a propriedade e desta forma abdicar de seu projeto individual para atender às necessidades de sua família.

As pesquisas apontam como os pais já estimulam os filhos a seguirem seu próprio destino seja no meio rural ou no meio urbano e, além disso, se a opção do filho for de se manter na propriedade, existe a possibilidade de negociação dentro do núcleo familiar.

### **2.3 – A migração seletiva.**

Segundo Durston<sup>11</sup>, a decisão de migrar de um jovem ou uma jovem rural tem sentidos radicalmente diferentes nas distintas etapas de transição social demográfica e ocupacional. Há evidências de que em um período inicial os homens jovens emigravam mais, muitas vezes para complementar a baixa renda familiar e para tentar estabelecer um lugar para si e sua futura família. Nas etapas mais avançadas de urbanização e transição demográfica, as moças se encontram mais expostas a novas alternativas e possibilidades reais diferentes daquela de sua vida campesina.

Camarano e Abramovay (1999) levantam a hipótese de que o êxodo rural, atualmente, acontece com mais intensidade entre os jovens e as moças saem em proporção maior do que os rapazes. É preciso procurar as razões pelas quais esta tendência se manifesta de maneira desigual em diferentes regiões e períodos históricos. A predominância do êxodo feminino pode estar relacionada à dinâmica do

---

<sup>11</sup> Juventude Rural no Brasil e México - <http://cepal.org/espanhol/des/lcr1819/capl/html>

trabalho na unidade familiar. As moças, tradicionalmente, não possuíam direito à herança, sua participação nas decisões relativas ao empreendimento familiar era nula, o que as leva a optarem por trabalhar no meio urbano, garantindo assim sua independência financeira, mesmo que seja em empregos não qualificados, ou subempregos. Também parece haver uma associação entre os baixos níveis de educação e a migração predominantemente masculina e uma maior migração das jovens rurais em contextos de maiores níveis de educação formal. Dados da CEPAL (Durston, 1997) mostram que no Brasil rural 55% dos rapazes têm menos de 4 anos de estudo contra 42% das jovens que têm menos de quatro anos de estudo.

Poucos estudos têm sido realizados no Brasil a respeito do tema de masculinização e envelhecimento do meio rural. Pesquisas regionalizadas já mostram indícios de confirmação desse fenômeno. O que se tem de concreto são os dados expostos em gráficos no trabalho de pesquisa sobre êxodo rural brasileiro nos últimos 50 anos de Camarano e Abramovay (1999).

Em 1950 havia mais moças do que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960, a proporção entre os sexos é praticamente a mesma para ir aumentando a cada década o predomínio populacional entre os rapazes. Em 1996, o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos foi superior em 14% ao número de moças. Camarano e Abramovay (ibidem), contudo, enfatizam que apesar da importância dessas informações nacionais, seu nível de agregação praticamente impede a elaboração de hipóteses que expliquem esta tendência à predominância masculina entre os jovens rurais. Somente o estudo regional permitirá avançar neste sentido.

O que deve ser considerado em relação ao mundo rural é que cada localidade tem características específicas. Há os espaços rurais tradicionais, onde as pessoas vivem quase que exclusivamente das atividades agrícolas. Esses espaços rurais ficam mais distantes de centros urbanos, e seus moradores, por sua vez, têm menos acesso às escolas, postos de saúde, ou seja, serviços básicos necessários para um nível de vida razoável. Há os "novos rurais", que possuem uma paisagem favorável ao desenvolvimento do turismo rural; ou os que se encontram em regiões que lhes

possibilitem formar redes com os municípios vizinhos, possibilitando aos seus moradores uma nova dinâmica na organização do trabalho.

Então, em função destas transformações do rural e características específicas de cada local, nos perguntamos: que opções os jovens encontram, atualmente, em seu mundo rural?. Como os jovens estão encarando as transformações do seu meio rural e de que forma elas são percebidas por eles(as)?. Quais as expectativas dos jovens em relação ao seu futuro como agricultor(a)?. O meio rural em que ele(a) vive pode ser atrativo e atender as suas expectativas?. Os seus projetos de vida vão ao encontro das reais alternativas que este “novo mundo rural” lhes oferece?. De que forma esses(as) jovens poderão conciliar seus projetos de vida àquilo que seus pais consideram importante para eles(as) no que diz respeito ao seu futuro como agricultores(as) de produção familiar?. Estas são as questões básicas que serão investigadas entre os jovens do meio rural de Camboriú.



## CAPÍTULO 3

### CAMBORIÚ E BALNEÁRIO CAMBORIÚ

#### 3.1 - Resgatando a história

Neste capítulo nos propomos apresentar os aspectos principais que caracterizam os municípios de Camboriú e Balneário Camboriú. É importante esclarecer que tivemos muita dificuldade para resgatar dados históricos, pois além de contarmos só com dois livros, ambos relatam os fatos sem uma ordem cronológica precisa, misturando presente e passado causando dificuldades para o leitor se localizar. Os livros também não trazem informações suficientes sobre meio rural do município. Antes, porém, é preciso esclarecer que até 1964 havia apenas um município: Camboriú. Nesse ano houve o desmembramento e passaram a existir os dois municípios: Camboriú e Balneário Camboriú. Portanto, até o ano de 1964 nossa apresentação fará referência a um só município.

A colonização do município de Camboriú começou em 1758, pelo litoral, com a chegada de Baltazar Pinto Corrêa e Antônio Rosa, vindos de Porto Belo e do qual o município fez parte até sua emancipação em 1884. “Em 1884, o local já apresentava um ponderável número de habitações e um formidável desenvolvimento da agricultura” (Corrêa, 1985, p.25) . Teve uma ocupação inicial de descendentes açorianos e em algumas comunidades rurais, contando mais tarde com a presença de descendentes de italianos.

Basicamente toda a economia do município até há trinta anos foi calcada na produção agrícola. A colonização açoriana deu impulso á agricultura, iniciando o ciclo com a produção de mandioca. Os engenhos movidos a boi começavam a fazer parte da paisagem rural do município e a farinha de mandioca, transformada artesanalmente, foi uma atividade forte nas primeiras décadas do século XX e que hoje fica guardada apenas na memória dos mais idosos, ou ainda nos vestígios dos velhos engenhos abandonados. A introdução do cultivo de arroz deveu-se aos descendentes de imigrantes italianos.

Corrêa (1985) menciona que Baltasar Pinto Corrêa atribuiu o nome de Bom Sucesso ao povoamento, atualmente bairro da Barra em Balneário Camboriú, pelo êxito que logrou sua expedição e o resultado obtido em seus empreendimentos agrícolas. Logo, a fama da fertilidade da terra alcançou os arredores trazendo novos colonizadores para formar o povoado dos "Garcias" - hoje município de Camboriú - que se tornou conhecido na região por causa do plantio do famoso "café sombreado". A história das duas cidades se confunde num passado não muito remoto.

Houve durante algum tempo uma alternância da sede do município, ora na barra litorânea, ora na Vila dos Garcias. Até que se descobrissem as belezas naturais da encantadora e extensa praia de Camboriú, aquele local era tido como inóspito, de solo arenoso ou pantanoso que não permitia a colheita. Porém, no início dos anos 60, empreendedores dos municípios vizinhos, principalmente de Blumenau, "farejaram" o potencial turístico da "Maravilha do Atlântico Sul", como passaram a denominá-la, e transferiram suas residências para esta cidade com o intuito de explorar o local para os banhos de mar. O desmembramento dos dois municípios estava praticamente selado a partir de então. Segundo Rebelo (1997), "...a separação da praia não era uma coisa natural. Era na verdade um parto difícil. Não beneficiaria o camboriuense". Líderes políticos do município divergiam sobre a possibilidade de desmembramento do município: havia os que se manifestavam contra e os a favor. A legalização da separação aconteceu no ano de 1964. Segundo Rebelo (ibidem), este fato fez com que o município de Camboriú perdesse uma parte importante das arrecadações e deslocou muitas pessoas de Camboriú para trabalharem no Balneário Camboriú, utilizando o primeiro município apenas como dormitório, exigindo, porém, da municipalidade camboriuense o conforto diário para sua família. Para este autor "os atuais administradores públicos de Camboriú arcam com o ônus de ter que administrar, sem recursos, um município com o maior encargo social do Estado" (Rebelo, 1997, p.58).

### **3.1.1 – A população do município de Camboriú**

No período de 1980 a 1996 foi acentuado o decréscimo da população rural. Atualmente, essa população representa 4,86% do total da população (Tab. 3). Várias são as razões para justificar seu declínio. Entre elas, os pesquisadores locais

destacam o impacto político na produção rural: a falta de créditos, a variação dos preços e também variáveis climáticas.

Tabela 3  
**População**

INDICADORES	ANO			
	1980	1991	1994	1996
População Total	14.034	25.806	27.745	34.054
População Masculina	7.178	13.111		17.204
População Feminina	6.856	12.695		16.850
População Urbana	9.877	23.538		32.400
População Rural	4.157	2.268		1.654

Fonte: Fundação IBGE; in Anuário Estatístico de Santa Catarina-1997. População 1996:IBGE.

A população do município de Camboriú está hoje assim distribuída: 32.400 habitantes na área urbana (em torno de 95% do total de habitantes) e 1.654 habitantes na área rural, perfazendo um total de 34.054 habitantes (IBGE, 1996). O número de domicílios urbanos é de 5.614 enquanto o número de domicílios rurais é de 608, com uma média de quatro pessoas por domicílio.

O município de Camboriú possui 18 comunidades rurais. Cada comunidade foi se adaptando às transformações ocorridas no seu meio rural da mesma forma que seus moradores também se obrigaram a reinventar formas de sobrevivência em função da desintegração social e cultural de seus espaços. Segundo informações de moradores locais<sup>1</sup> (Evilério, agricultor), há cerca de 20 anos, havia comunidades, como a Vila da Pedra ou a Limeira, que possuíam quase “vida própria”, uma relativa autonomia, pois nestas comunidades havia farmácia, cooperativa de comércio, salão de bailes e duas escolas que atendiam em torno de 70 alunos. Hoje algumas comunidades se encontram numa situação de abandono. Os próprios agricultores ali residentes, os mais velhos, dizem que não há expectativa de mudança daquela situação, e o que lhes resta é olhar para o vazio e esperar...

No caso da comunidade da Vila da Pedra, esta progrediu e se tornou quase autônoma em função de uma pedreira que estava ali instalada. Enquanto a extração de pedras gerava emprego e renda para os pessoas desta comunidade eles foram ficando.

<sup>1</sup> Entrevista concedida em 28/05/2000

Segundo moradores locais, formou-se ao redor desta empresa de extração de pedras um povoado de 400 a 500 pessoas, entre trabalhadores extratores de pedras e colonos locais. Quando aconteceu o fechamento da pedreira, os moradores locais que não possuíam uma atividade agrícola mais consolidada, acabaram abandonando a comunidade e se evadiram para os municípios vizinhos. Calcula-se que houve um êxodo de mais de 50 famílias ao longo destes anos. Atribui-se este abandono das famílias ao fechamento da pedreira e às condições adversas para a produção agrícola. Hoje, a localidade de Vila das Pedras conta com algumas famílias de moradores fixos, um total estimado em 20 pessoas (Paulo, agricultor)<sup>2</sup>.

Percebe-se também que as comunidades localizadas próximas à sede municipal, apresentam características mais prósperas. As pessoas ali residentes se encontram em melhores condições socioeconômicas. Ou seja, agricultores mais esclarecidos e em contato constante com os órgãos públicos; propriedades rurais mais bem organizadas e administradas; boas condições de moradia; filhos freqüentando escolas e alguns freqüentam a universidade.

Em comunidades mais distantes, como o Caetés, observa-se um relativo abandono até por parte dos órgãos públicos. Por ser uma comunidade de difícil acesso, pois não possui ôniibus que faça esse trajeto, as crianças estudam até a 4ª série do ensino básico. Esta comunidade fica a uma distância de 20 km do centro da cidade e a uns 7 km da última parada do ônibus. Situações como esta separam as pessoas dali de um contato mais freqüente com outras pessoas de fora da comunidade. As pessoas envolvidas com a agricultura nesta comunidade possuem pequenas extensões de terra e praticam uma agricultura de subsistência. O contraste em relação a outras comunidades é notório: residências com pouca infra-estrutura (água, energia elétrica), carência de aparelhos eletrodomésticos, carência de atendimento médico-hospitalar.

### **3.1.2 O setor econômico**

No ano de 1891 iniciou-se o ciclo da exploração mineral, mármore e granito, o que deu ao município a denominação de “Capital do Mármore”. No

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida em 16/09/2000

passado, Camboriú foi responsável pelo calçamento das principais cidades do Estado, pois era deste local que saíam as pedras para tal finalidade. Ainda hoje a extração de minerais é responsável por parte considerável da economia do município de Camboriú, gerando emprego e renda para seus habitantes.

O setor secundário é responsável pela industrialização dos recursos naturais e dos excedentes agropecuários, gerando emprego, valor agregado e renda. Está estruturado com 15 gêneros diferentes de indústrias, empregando 331 pessoas em 93 estabelecimentos. Ao longo das duas últimas décadas, verifica-se o crescimento do número de estabelecimentos e gêneros industriais. Entretanto, este número não absorve a mão-de-obra, uma vez que o número de pessoal utilizado está diminuindo. A tendência atual é indústrias gráficas, de calçados e confecções.

O setor terciário é considerado o mais importante. Estruturado com 302 estabelecimentos, dos quais 254 são de comércio e 48 de prestação de serviços, empregam 378 pessoas no comércio e 253 pessoas na prestação de serviços. Como o desempenho deste setor está intimamente ligado ao desempenho dos demais, é natural que se busque aumento da produção e da produtividade, bem como a diversificação industrial, uma tendência que se manifesta no município.

### **3.1.3 - As atividades agrícolas**

No início de século, o município passa a produzir café, mamona, fumo, trigo, algodão, milho, feijão, batata e frutas. Na fruticultura destacou-se a produção da laranja, abacaxi e a banana. Entretanto, foi na produção de café que o município se destacou entre um dos maiores produtores do estado por vários anos. A produção de 1922 foi de 30.000 sacas, cujo valor alcançou a cifra de 900 contos de réis - 900.000\$000. O feito se repetiu em 1923 (Rebelo, p. 267, 1997).

Em 1918, Camboriú recebe apoio do Ministério da Agricultura e assistência técnica de um engenheiro agrônomo que orientava os plantios de café, mamona, fumo, trigo, mandioca. Nas entrevistas realizadas com agricultores e pessoas que acompanharam as alterações no ciclo produtivo do município, os informantes relatam que estas culturas eram plantadas nos morros, locais íngremes e com

pequenas áreas para o plantio. Ao longo dos anos, a mão-de-obra necessária para algumas culturas foi se tornando escassa, a produtividade era baixa e aos poucos os agricultores foram abandonando o plantio destas culturas. Em função deste abandono e alterações do ciclo produtivo, os morros foram recuperando suas matas nativas e alguns agricultores se dedicaram ao plantio de eucaliptos, o que lhes proporcionava maior rentabilidade. Estas alterações nos ciclos de produção, como o caso do plantio de fumo que exige a mão-de-obra de pelo menos 5 pessoas, foram deixando muitos sem uma atividade agrícola produtiva, à margem, devendo abandonar o meio rural em busca de outras formas de sobrevivência, alterando ampla e significativamente a população residente neste meio.

A agricultura, segundo dados de censos agropecuários, que já foi a atividade mais produtiva do município nas décadas de 60, 70 e 80, representa hoje 10% do PEA (População Economicamente Ativa) e limita-se à produção de arroz irrigado e à olericultura. As áreas destinadas às lavouras temporárias têm se mantido as mesmas nas últimas décadas. As áreas de lavoura permanente, ao contrário, têm diminuído sensivelmente. Isso deve-se ao abandono dos grandes ciclos de produção, como por exemplo: café, banana, citros. Segundo informações de lideranças locais, professores naturais do município e funcionários da EPAGRI, tais culturas tornaram-se inviáveis, pelo fato da introdução da mecanização, custos altos para a produção ou pela característica topográfica da região.

Os agricultores, chefes de família, dedicam-se quase que exclusivamente às atividades agrícolas. Além da rizicultura e olericultura, alguns agricultores fornecem milho verde para suprir a demanda do Balneário de Camboriú; outros comercializam seus produtos em feiras e supermercados dentro do município e nos municípios vizinhos. Não é comum na região os chefes de família desenvolverem atividade não agrícola. O desenvolvimento de qualquer atividade não agrícola fica a critério das esposas, filhas e filhos, esses últimos em menor quantidade.

O município de Camboriú, por estar situado numa região de grande atração turística, acaba por adquirir e assimilar no seu meio rural características distintas de outros meios rurais que não se encontram nesta situação, uma vez que

seus moradores têm a possibilidade de se deslocar com frequência para o município vizinho e da mesma forma os turistas que frequentam o Balneário Camboriú têm também a opção de conhecer o meio rural de Camboriú que já começa a se dedicar à prática do turismo rural. Os agricultores locais já estão sentindo os primeiros impactos dessa “movimentação” de turistas pelo interior do município, que já podem ser percebidos pela rotatividade de pessoas no meio rural, tanto para aquisição de propriedades rurais, quanto na introdução de novos elementos estranhos ao meio: peões, trabalhadores de “fora”, caseiros e empreendedores que adquirem propriedades para transformá-las em hotéis-fazenda, por exemplo. Embora para as autoridades e lideranças locais o turismo rural seja “a tábua de salvação do município”<sup>3</sup>, ainda é insignificante o número de agricultores envolvidos em projetos e iniciativas públicas para o desenvolvimento desta nova estratégia de desenvolvimento para o município. Segundo as lideranças locais, os agricultores pouco se interessam pelo assunto e raramente participam de reuniões para as quais são convidados. Os agricultores entrevistados, por sua vez, alegam que “essa coisa de turismo é para quem sabe fazer ou para quem tem dinheiro” (Evilério, agricultor)<sup>4</sup>.

### 3.1.4 – As transformações no meio rural

Tabela 4

**Camboriú – Comparativo dos Censos Agropecuários dos anos 60, 70, 80, 85 e 95**

ANO	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)
1960	1.092	10.214
1970	386	5.517
1980	202	7.997
1985	248	5.992
1995	180	5.384

Fonte: Censos Agropecuários (1960, 1970, 1980, 1985, 1995) IPEA- Instituto de Pesquisa Agropecuária

Observando os quadros acima, comprova-se que houve, além de considerável êxodo rural, um declínio na quantidade de propriedades rurais e na atividade de produção agrícola no decorrer dos últimos 20 anos. Esses quadros irão corroborar as informações resultantes de pesquisas sobre o êxodo rural e

<sup>3</sup> Expressão utilizada por Basílio Silva Neto, ex- professor do Colégio Agrícola de Camboriú e atualmente Presidente da Associação Camboriuense de Turismo Ecológico Rural (ACATER).

<sup>4</sup> Entrevista concedida em 28/05/2000.

transformações ocorridas no meio rural em todo o Brasil. É óbvio, pois, que não foi diferente no município de Camboriú.

Pesquisas e informações adquiridas através de entrevistas que realizamos com moradores locais e pessoas que ocupam um cargo público (secretário da agricultura, presidente de sindicato, agentes técnicos da EPAGRI), atribuem, ainda, o êxodo rural à atração que os municípios vizinhos exerciam sobre a população local, pois estes ofereciam condições de trabalho fora da agricultura, com salário razoável, fixo e exercendo atividades, segundo eles, não tão desgastantes e cansativas como as atividades agrícolas. Além disso, como alguns municípios vizinhos (Joinville, Blumenau e Brusque) ficavam bem próximos, poderia se ter a opção de trabalhar no meio urbano, em atividades industriais (têxteis, metalúrgicas) e morar no meio rural. Já o Balneário Camboriú atraiu muitas pessoas para trabalharem na construção civil. Segundo os entrevistados, a mecanização agrícola neste município não teria sido o fator preponderante para o aumento do êxodo rural.

Somam-se a estes fatores a falta de estímulo através de políticas públicas para as pessoas permanecerem na agricultura, pouco acompanhamento do pessoal técnico de órgãos públicos ligados à agricultura, a impossibilidade dos agricultores competirem com grandes produtores nacionais e estrangeiros e as políticas de crédito agrícola que beneficiavam quase que exclusivamente àqueles que já possuíam condições favoráveis para competir no mercado. Dessa forma, os pequenos produtores rurais de Camboriú (já que no município não há grandes produtores rurais nem latifúndios) também foram se obrigando a dar novos rumos às suas atividades, abandonando alguns ciclos de produção, tentando assim se adaptar às transformações do seu meio.

Atualmente a atividade agrícola mais importante na região é a rizicultura. Nas entrevistas e conversas informais realizadas com os agricultores observamos que, mesmo que em algumas propriedades já se desenvolvam atividades alternativas (pluriatividade)<sup>5</sup> para complementação da renda, o cultivo do arroz continua sendo o

---

<sup>5</sup> Este tema foi discutido no primeiro capítulo.



suporte financeiro das famílias e as outras atividades, sejam agrícolas ou não, são complementares. Conforme dados da Síntese Anual da Agricultura, a produção de arroz vem crescendo consideravelmente na microrregião de Itajaí, da qual Camboriú faz parte. Contudo, não se pode dizer que o município de Camboriú se destaca entre os maiores produtores de arroz do Estado, uma vez que a microrregião de Itajaí aparece em na 7ª posição na produção estadual (Síntese Anual da Agricultura, 1995, p.78), com uma produção anual de arroz irrigado no ano de 1999 em torno de 138.000 sacas. O município conta, atualmente, com 56 produtores se dedicando à rizicultura numa área total de 900ha<sup>6</sup> e colabora com cerca de 20% da produção total de arroz da microrregião de Itajaí.

Tabela 5

**Microrregião de Itajaí – Produção de arroz**

1990	1991	1992	1993	1994
30.238 t	34.460 t	38.440 t	36.686 t	37.447 t

Fonte: Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 1995, p.78

Os agricultores que não se dedicam à cultura do arroz, desenvolvem outra atividade também considerada lucrativa e promissora para o meio rural camboriuense que é a olericultura. Existem 32 produtores de olerícolas numa área de 112ha e as principais culturas são: alface, cebolinha, salsa, couve-manteiga, agrião, repolho, couve-flor, espinafre, milho verde, melancia, tomate. Segundo relato do agente técnico da EPAGRI, os produtores diariamente efetuam as entregas destes produtos de forma direta ao mercados locais e da região, e o retorno econômico é considerado por ele como sendo razoável e imediato.

<sup>6</sup> Dados obtidos por escrito através do agente técnico da EPAGRI local.

Tabela 6

**Área e produção dos principais cultivos – Camboriú– 1993 e1996.**

PRODUTOS	Ano	1993		1996	
	UNIDADE	Área	Produção	Área(ha)	Produção
Banana	Mil cachos	245	708	31	26
Abacaxi	Mil frutos	4	80	-	-
Laranja	Mil frutos	5	78	2	69
Maracujá	Mil frutos	6	468	5	130
Melancia	Mil frutos	18	117	2	7
Arroz em casca	Ton.	1200	6720	596	3141
Batata doce	Ton.	3	30	-	-
Batata inglesa	Ton.	3	39	-	-
Batata inglesa (2ª safra)	Ton.	-	-	1	6
Cana de açúcar	Ton.	180	10.440	14	184
Feijão em grão	Ton.	90	62	22	11
Fumo	Ton.	38	76	-	-
Mandioca	Ton.	65	975	22	155
Milho em grão	Ton.	250	600	119	382
Milho espiga verde	Ton.	-	-	16	27
Morango	Ton.	-	-	6	17
Tomate	Ton.	20	500	11	229

Fonte:IBGE: Produção Agrícola Municipal 1993 – Censo Agropecuário de Santa Catarina 1995-1996

Entre os agricultores produtores de olerícolas ou rizicultores não existe a prática de associativismo ou cooperativismo. Aqueles resistem, de certa forma, a uma organização (formal ou informal). De acordo com as entrevistas feitas com os chefes de família, são poucos os que percebem a importância de uma organização através de cooperativas ou associações.

### 3. 2 - Balneário Camboriú

Conforme foi relatado, no final dos anos 50 e início dos anos 60 empreendedores de cidades vizinhas se interessaram pelo potencial turístico que as praias de Camboriú podiam oferecer. Hoje, Balneário Camboriú, com uma área de 50Km<sup>2</sup>, apresenta uma infra-estrutura moderna, voltada para o atendimento das pessoas que a visitam em todas as estações do ano. Conta também com uma variada e agitada vida noturna. Mas é na praia central que as atividades principais têm lugar. Shows, esportes e muita diversão nos seus 6,8 km de extensão de praia, margeada pela

Avenida Atlântica. Nos arredores, encontram-se as praias de Laranjeiras, Taquarinhas, Taquaras, Pinho, Estaleiro, Estaleirinho, Buraco, Canto e Dos Amores.

### 3.2.1 - Aspectos socioeconômicos

O desenvolvimento socioeconômico de Balneário Camboriú iniciou-se a partir de sua emancipação política do município de Camboriú, quando o turismo começara a despontar como grande e lucrativa atividade econômica. Apesar disso, os demais setores da economia também tiveram grande participação no desenvolvimento da cidade, principalmente o setor secundário, considerado de suma importância para o desenvolvimento do município, tendo como destaque a indústria da construção civil. Atualmente existem cerca de 80 empreiteiras e construtoras filiadas ao sindicato da categoria na cidade. Contudo, este setor representa 0,79% da estrutura econômica geral do município. O principal setor da economia é o terciário, ou seja, o comércio e a prestação de serviços, respondendo por 99,2% da economia do município e que garantem sua posição de principal pólo receptor turístico do sul do Brasil.

Tabela 7

#### **Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços – empresas cadastradas exercendo suas atividades (autônomos incluídos)**

1992	1992	1994	1995	1996	1997
5.147	6.025	6.971	7.921	9.103	9.411

Fonte: IBGE (1996) e Secretaria de Planejamento do município

Tabela 8

#### **Evolução populacional**

ANO	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1970	10.810	5.411	5.399
1980	21.858	10.717	11.141
1991	40.233	19.361	20.872
1996	58.085	27.783	30.302

Ano 2000: aproximadamente 80.000 habitantes.

Fonte: IBGE(1996) e Secretaria de Planejamento do município

Tabela 9

#### **Número Geral de Turistas no Quadrimestre (Dez/Jan/Fev/Mar)**

97/98	98/99	99/00
1.048.313	1.295.502	1.583.479

Fonte: Secretaria de Planejamento do Município

### 3.3 - Os Camboriús

Algumas considerações podem ser tecidas em relação ao desenvolvimento dos dois municípios e os rumos que estes tomaram nos aspectos socioeconômicos e na administração de seus potenciais. Conforme se analisou na história dos dois municípios, algumas autoridades locais se colocaram contrárias à emancipação de Balneário Camboriú, temendo que Camboriú pudesse ter maiores prejuízos com o desmembramento. Segundo líderes políticos locais e informações obtidas de Rebelo (1997), Camboriú perdeu com o desmembramento. Houve queda na sua arrecadação de impostos, pois a população de Balneário Camboriú estava sempre em ascensão. Além disso, o comércio e a prestação de serviços no município das praias também crescia a cada ano, impulsionados pelo turismo. Se se fizer uma análise do potencial econômico dos dois municípios enfocando indicadores de crescimento demográfico, geração de emprego e renda da população economicamente ativa rural e urbana, constata-se que o município de Balneário Camboriú possui índices mais elevados no que diz respeito a estes indicadores. Portanto, em Camboriú não houve um crescimento significativo em todos os seus setores nos últimos 30 anos.

Tabela 10

**Renda nominal média mensal (em salários mínimos) dos chefes de domicílio dos municípios de Balneário Camboriú e Camboriú - 1991**

MUNICÍPIO	Renda Média - sal. Mínimos	Renda Média Urbana	Renda Média Rural
Camboriú	2,76	2,90	1,42
Balneário Camboriú	5,54	5,57	2,74

Fonte: Fundação IBGE - Censo Demográfico SC, 1991, in Anuário Estatístico de SC - 1997 - Salário mínimo utilizado Cr\$ 36.161,60 ( SEBRAE/SC).

Os dois municípios estão separados fisicamente pela BR 101. Contudo, ambos praticamente se fundem e se confundem no pequeno espaço de suas periferias. Como Balneário Camboriú desenvolveu-se a partir do estímulo á exploração de seu potencial turístico, seu meio é totalmente urbano e ali predominam os arranha-céus. Em função de sua atividade turística, recebe um fluxo enorme de pessoas durante todo o ano, tendo períodos de maior fluxo na temporada. Também Balneário Camboriú conta com o campus da UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí), atraindo jovens estudantes e recursos financeiros para o município. No bairro em que está localizado o

campus universitário já se misturam os dois municípios, tornando-se difícil a delimitação.

Camboriú, por sua vez, possui uma pequena área urbana, com características de município do interior - tudo acontece ao redor da praça, da Igreja e da prefeitura. A maior área do município é considerada rural, não tendo experimentado uma significativa modernização agrícola nem uma implantação de complexos agroindustriais. Portanto, o processo de êxodo rural deu-se de forma diferenciada de outras regiões onde ocorreu um índice alto de desemprego ocasionado pela mecanização intensiva. Justamente aqui encontramos a especificidade de Camboriú em relação a outras regiões do Brasil, estudadas nas pesquisas analisadas no capítulo anterior. A população rural trocou seu local de trabalho pelos municípios vizinhos, continuando a residir em Camboriú, que passou a ser identificado localmente com o título de “cidade dormitório”.

Não se pode dizer, contudo, que o município de Balneário de Camboriú ainda exerça tão significativa atração sobre a população de Camboriú, principalmente a rural. Segundo entrevista da Secretária de Educação: "Balneário Camboriú para nossa população rural é como se não tivesse (sic), não tem nenhum caso dos nossos jovens da comunidade escolar que eu conheço que trabalham no Balneário e moram aqui. Algumas mães sim, mães de alunos que trabalham no Balneário e depois retornam"<sup>7</sup>. Outra informação dada por um funcionário da EPAGRI do município é a de que durante temporada turística no período de dezembro a março, alguns jovens tanto do meio rural quanto do meio urbano e alguns alunos que estudam no Colégio Agrícola de Camboriú trabalham em Balneário Camboriú em empregos temporários como garçons ou balconistas (Egídio)<sup>8</sup>. Muitos alunos do Colégio não retornam imediatamente o seu município de origem (principalmente se for uma local rural) após a formatura para tentarem um emprego, na temporada de verão, no comércio, hotéis, bares e restaurantes. Isto já se tornou uma prática comum entre os estudantes formandos desta escola.

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida em 22/05/2000

<sup>8</sup> Entrevista concedida em 30/05/2000

Sobre este tema também consultamos duas funcionárias do SINE (Sistema Nacional de Empregos), uma de cada um dos dois municípios<sup>9</sup>, responsáveis pelo cadastro de pessoas à procura de emprego. Segundo as entrevistadas, não há registro de jovens rurais do município de Camboriú procurando emprego, corroborando as informações mencionadas acima.

Se Balneário Camboriú exerce ainda atração sobre a juventude da região, tanto urbana quanto rural, é como espaço de diversão e lazer oferecidos sobretudo pela praia e pela vida noturna. O que se pode dizer é que Camboriú tornou-se um município ofuscado pelo brilho do sol e das luzes noturnas de Balneário Camboriú. Contudo, já foi aprovada para o município de Camboriú a Lei 0978/93 regulamentando a exploração das atividades turísticas rurais. O município possui o selo de reconhecimento da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo - como possuidor de um potencial turístico. A prefeitura conta hoje com um Departamento de Turismo que coordena os trabalhos relativos a esta área. Existe também a Associação dos empreendedores turísticos de Camboriú que realiza reuniões periódicas para estimular o reconhecimento do potencial turístico deste município junto a EMBRATUR e promover a divulgação do turismo local. Para alguns líderes políticos de Camboriú, seria interessante que houvesse a junção dos dois municípios, transformando esta região num pólo turístico diversificado.

Durante o trabalho de campo participamos de algumas reuniões organizadas pela Associação Camboriuense de Turismo Ecológico Rural. O que pudemos perceber é que, até o presente momento, não havia produtores rurais locais participando destas reuniões. Os interessados no turismo rural do município são empresários que já possuem algum empreendimento: hotel, restaurante ou terras com características propícias para o turismo, além de políticos da região. Alguns empreendimentos turísticos rurais já funcionam diariamente no período de alta temporada, principalmente no mês de janeiro e outros atendem o público nos finais de semana. Segundo os proprietários dos empreendimentos, a maioria dos frequentadores são originários de municípios e estados vizinhos, mesmo na baixa temporada.

---

<sup>9</sup> Teolice (SINE de Balneário Camboriú) e Francine (SINE de Camboriú): entrevistas concedidas em 05/06/2000.

### 3.4 – Estratégias políticas

A primeira fase da pesquisa de campo envolveu a realização de entrevistas com as Secretarias de Educação, Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores e pessoal técnico da EPAGRI. Algumas considerações podem ser aqui levantadas em relação ao envolvimento e empenho destes órgãos no atendimento às comunidades.

A Secretaria da Educação tem cumprido seu papel de mantenedora de crianças e adolescentes na escola. O município procura manter em funcionamento as escolas que se encontram em comunidades mais distantes, às vezes contando com apenas 5 alunos, para cumprir um compromisso moral com esta comunidade, pois, segundo a Secretária de Educação, o funcionamento de algumas escolas hoje, atendendo 5 ou 9 crianças, significa um ônus considerável para o município. Várias escolas já foram fechadas por falta de clientela ou por se encontrarem em condições precárias para o funcionamento. Além disso, a prefeitura municipal dispõe de um ônibus que recolhe as crianças e jovens em horário escolar, ou ainda, oferece passe escolar para os alunos do ensino básico e fundamental. Embora não seja uma prática legal, o ônibus escolar também recolhe os alunos do 2º grau para se locomoverem para o centro de Camboriú e alguns alunos universitários que vão para Itajaí. De acordo com a Secretária de Educação do município, esta ação é essencial como estímulo aos alunos, pois a maioria dos pais não pode pagar um aluguel para os filhos na área urbana de Camboriú ou municípios vizinhos e o ônibus da prefeitura torna-se uma peça importante para minimizar a evasão escolar. A quantidade de escolas do município nos pareceu suficiente para atender à demanda em qualquer faixa etária.

Além das ações da Secretaria da Educação para manter as crianças e os jovens rurais e urbanos na escola, não se constatou nenhum outro tipo de projeto ou planejamento que procurasse levantar outras necessidades ou expectativas entre a população rural, por exemplo em termos de cursos curriculares ou extracurriculares que atendessem a demandas da juventude rural. A Secretária de Educação afirma que para implementar isto seria necessário convencer os jovens de que cursos profissionalizantes na área de turismo rural ou agricultura orgânica contribuiriam para mantê-los no meio rural agregando valor e renda aos produtos locais por eles produzidos.

A Secretaria da Agricultura presta aos agricultores e a outros que assim solicitarem um atendimento "mecânico", ou seja, os 3 tratores da prefeitura ficam à disposição das pessoas que deles necessitarem. A prefeitura atende primeiro os produtores rurais e o tempo disponível serve para atender os chacareiros. Poucos produtores rurais possuem trator próprio. Em função da pouca atividade agrícola, eles contratam o serviço por empreitada na época da colheita ou plantação. Aqueles com menor poder aquisitivo dependem do serviço oferecido pela prefeitura.

Um fato que se precisa levar em conta em relação ao meio rural de Camboriú é o de que neste município o rural ora é considerado importante ora não. Segundo manifestou o Secretário da Agricultura Silvano Garcia na entrevista que realizamos: "...o município de Camboriú vive da agricultura mas ele não tem necessidade de viver da agricultura, ele pode viver do turismo rural".<sup>10</sup> O rural se revela essencial quando aparece como elemento impulsionador do turismo rural. Segundo Basílio Silva Neto, membro da Associação dos Empreendedores Turísticos de Camboriú, o rural agrícola de Camboriú pode ser revalorizado se forem estimuladas atividades voltadas ao turismo rural. Caso contrário, estas lideranças políticas acreditam que a atividade agrícola do município deverá se extinguir gradativamente.

A EPAGRI e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais pareceram os órgãos que mais se envolvem com os agricultores rurais não só em atendimento técnico, mas em procurar "ouvir" os agricultores. Este último procura manter os agricultores informados da legislação e de que maneira esta pode favorecê-los, além de oferecer atendimento médico-odontológico aos seus associados. A EPAGRI local possui dois agentes técnicos que dão assistência aos produtores rurais. A agente técnica<sup>11</sup> se envolve mais com as agricultoras, procurando realizar palestras e encontros que abordem temas de interesse comum: relação familiar, sexualidade, higiene corporal. Embora o objetivo dos encontros seja envolver o casal, os homens raramente comparecem aos encontros, resistem frente às tentativas da agente técnica, causando situações de desconforto tanto para o casal quanto para o trabalho realizado por ela.

---

<sup>10</sup> Entrevista concedida em 30/05/2000

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 30/05/2000



Segundo a agente técnica, as agricultoras têm interesse em participar dos cursos de beneficiamento dos produtos agrícolas: conservas, geléias. Muitas delas comercializam estes produtos beneficiados na feira de indústrias rurais existente no município. Esta comercialização serve de complemento da renda da unidade familiar e favorece o crescimento da pluriatividade no meio rural.

O Colégio Agrícola de Camboriú procura manter um intercâmbio com alguns órgãos da prefeitura realizando convênios que ofertem cursos profissionalizantes extracurriculares para a comunidade em geral. A seleção dos interessados é realizada pelo SINE – Sistema Nacional de Emprego. Os agricultores e filhos de agricultores, além de outras pessoas da comunidade, têm participação efetiva nestes cursos. Os cursos extracurriculares oferecidos são: Floricultura e Jardinagem, Agricultura Natural, Olericultura básica, Piscicultura em água doce, Produção caseira de produtos derivados de leite, carne suína, frutas e hortaliças. Alguns destes cursos, como produção caseira, por exemplo, também podem estimular o crescimento da pluriatividade.

Pudemos perceber que as instituições públicas do município não realizam um trabalho articulado entre si. Isto deve-se ao fato não haver um planejamento estratégico municipal, ou, se o planejamento existe, não pudemos perceber harmonia entre os discursos dos entrevistados: secretários, presidente de sindicato, agentes técnicos, juventude, empreendedores turísticos, agricultores. Não queremos dizer com isso que não existe boa vontade e empenho destes profissionais. Percebemos que a falta de experiência em lidar com estas novas situações e transformações que estão ocorrendo no meio rural deste município é o que faz com que as ações fiquem desarticuladas. Se as lideranças políticas locais estão percebendo que o turismo rural pode estimular o crescimento deste meio, é preciso reconhecer que as políticas públicas deverão estar voltadas para criação de projetos que possam ser atraentes para os jovens, já que é para esta faixa etária demográfica que se devem traçar planos de médio e de longo alcance, uma vez que seus pais alegam que só sabem praticar agricultura e não se sentem atraídos por atividades não agrícolas e nem pela atividade turística. São os jovens deste meio que estão se dedicando à pluriatividade e parecem aceitar estas novas atividades sem muitas restrições.

## CAPÍTULO 4

### O MEIO RURAL DE CAMBORIÚ

Neste capítulo realizaremos a análise dos dados da pesquisa. Optamos por colocar as tabelas com os resultados, agrupando-as por temas. Desta forma, comentaremos os resultados relativos às respostas das moças e dos rapazes. Para algumas tabelas faremos uma comparação com os dados obtidos na pesquisa de Saudades.

#### 4.1 - Caracterização geral da área estudada

O espaço rural de Camboriú é próximo dos centros urbanos. Esse espaço pode ser considerado peri-urbano<sup>1</sup>, já que se encontra no eixo das relações próximas aos centros urbanos. Esta proximidade marca decisivamente sua caracterização.

Este meio, como já foi dito, não sofreu um processo intenso de mecanização agrícola, mas sim os reflexos deste. No meio rural deste município predominam os minifúndios e a agricultura familiar. Desde sua colonização, toda a atividade agrícola era desenvolvida nos morros, com o plantio de café, cana-de-açúcar e mandioca - suas principais culturas.

Vivia-se aqui, há 40 anos, basicamente das atividades agrícolas e a vida social se restringia ao espaço local envolvendo relações de parentesco e vizinhança. As culturas se destinavam à comercialização e o excedente ao sustento de uma ou mais famílias que coabitavam na propriedade rural. Com o crescimento da população começou, também, como em outras regiões, a pressão do espaço produtivo e a ameaça à redução da renda familiar. Novas atividades produtivas passaram a ser procuradas fora da agricultura, nos municípios vizinhos. Aos poucos, os reflexos da agricultura moderna chegaram até o município de Camboriú, obrigando os produtores a abandonarem a produção diversificada, para se dedicarem à monocultura, basicamente de arroz irrigado, com uso intensivo de insumos químicos. Ao arroz acrescentou-se posteriormente a produção de hortaliças. Atualmente, o arroz colhido é beneficiado em outro município e comercializado nos municípios e estados vizinhos. As hortaliças

cultivadas servem praticamente para o abastecimento dos mercados dos municípios vizinhos ou comercializados pelos próprios produtores nas feiras ao ar livre da região.

Além das atividades agrícolas tradicionais, a unidade de produção familiar procura, de acordo com suas necessidades, conciliar outras atividades não agrícolas. Encontramos propriedades rurais onde a mãe e a filha se dedicam à confecção de peças íntimas (masculina e feminina). Esta família adquiriu máquinas para a realização deste trabalho, contudo a mão-de-obra empregada é apenas da mãe e da filha. A renda da confecção serve de complemento para a atividade principal que é a rizicultura. Em outra propriedade a família possui um restaurante que atende turistas e a comunidade local nos finais de semana. Mãe e filha ajudam nos trabalhos de garçom e cozinheira. Ademais, a mãe também se dedica à produção manufaturada de salgadinhos para comercialização no próprio restaurante ou recebe encomendas de turistas e da comunidade local. Da mesma forma, nesta propriedade o pai também se dedica à rizicultura.

Encontramos também o caso de uma mãe que trabalha como diarista uma vez na semana em uma chácara de final de semana. As outras atividades não agrícolas desenvolvidas por algumas mães de jovens entrevistados são: produção de queijo caseiro, conservas, compotas, doces, geléias, bolachas. Estes produtos são comercializados na feira de indústria rurais do município que funciona em dois dias da semana.

A produção agrícola atual traz retornos econômicos significativos para a população rural. Entre os entrevistados, excetuando-se duas residências numa comunidade mais afastada (Caetés), a grande maioria está bem equipada, com aparelhos eletrodomésticos (geladeira, forno de microondas, televisão) e relativo conforto. Algumas contam com telefone celular e/ou convencional. Entre as mais próximas do centro urbano e onde se desenvolve atividade agrícola associada com outra atividade (restaurante, confecção) encontram-se as melhores equipadas e mais confortáveis. Em geral, os proprietários preocupam-se em manter suas residências asseadas, com jardins bem cuidados.

---

<sup>1</sup> As características destas categorias podem ser encontradas em Kageyama (1998).

Chamou-nos a atenção um pai que mencionou numa conversa informal após a entrevista formal: "...hoje nós não temos mais diferença do pessoal da cidade na despesa em casa. Nós temos energia elétrica, telefone e ainda temos um dos melhores lugares pra agricultura, por causa do Balneário..." (Idésio, agricultor)<sup>2</sup>. Para este produtor, Balneário Camboriú representa um local propício para a comercialização de frutas e hortaliças, pelo fato de haver um fluxo contínuo de pessoas neste balneário durante quase todo o ano.

#### **4.2 - Novas transformações no espaço rural**

Segundo observamos nas nossas entrevistas e conversas informais, na área rural do município de Camboriú esta produção agrícola passou a ser praticada por apenas dois ou três membros da família: o pai, a mãe e um filho ou filha. Há situações em que trabalham só o pai e a mãe, e em outras apenas os filhos. Os agricultores que se encontram hoje na ativa têm, em média, 50 anos, com uma média de 4 filhos, sendo que a maioria dos filhos não trabalha com atividade agrícola.

O que percebemos nas entrevistas é que, segundo a expectativa e vontade de alguns, a atividade agrícola do município deverá se manter com o mínimo de pessoas e o turismo rural poderá<sup>3</sup> dar impulso e reanimar este meio rural. Lideranças locais esperam, como já mencionamos anteriormente, que Balneário Camboriú possa trazer benefícios a Camboriú em função do turismo litorâneo e aproveitar a população de "fora" que procura este lazer para tentar dar impulso ao turismo rural e assim às novas atividades econômicas que possam se originar daí, beneficiando o município e também sua área rural. Contudo, não se pode dizer que Balneário Camboriú poderá proporcionar aos moradores do meio rural e urbano de Camboriú melhoria no seu nível de vida, nem ampliar oportunidades de elevação do nível de renda desta população, pois os dois municípios ainda não possuem um projeto integrado para se beneficiarem destas atividades turísticas.

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida em 08/07/2000

<sup>3</sup> Existe uma pesquisa de mestrado sendo realizada no município sobre o processo de desenvolvimento do turismo rural (Maria Olandina Machado, Mestrado em Agroecossistemas).

As características produtivas da área rural de Camboriú poderão vir a ser classificadas “como produto de consumo da população urbana” (Wanderley, 2000). Embora esta área ainda careça em alguns locais de melhor infra-estrutura de estradas e meios de comunicação, se apresenta como foco crescente de atração para moradores urbanos, por ter uma bonita paisagem, tranquilidade e facilidade de locomoção. Pessoas de outros municípios estão encontrando na região rural novos espaços de lazer, construindo casas de final de semana. Porém, não produzem nada e às vezes utilizam mão-de-obra para realizar atividades de caseiro. Nem sempre estes caseiros empregados são habitantes locais. Estes “novos” rurais e outros visitantes ocasionais acabam interferindo no cotidiano das pessoas locais, alterando, assim, a rotina diária do local.

Segundo alguns agricultores locais (Evilério e Paulo), com o turismo existe a possibilidade de se vender as terras a algum empreendedor, o que ocasionaria especulação imobiliária e, conseqüentemente, as terras passariam a ter mais valor se comparadas com as terras de outras regiões, como o município de Saudades, por exemplo. Assim, aqueles agricultores que quase não se dedicam à agricultura poderiam vender suas terras.

Nas entrevistas com os pais e os jovens não observamos relações intensas de parentesco e vizinhança<sup>4</sup>, sendo mais intensa a dinâmica externa das relações sociais. Contudo, essa dinâmica externa acontece com mais frequência entre as mulheres agricultoras e a agente técnica da EPAGRI através de cursos e palestras. Entre os homens esta não é uma prática muito comum. Isto pode estar relacionado ao fato de que estas atividades são organizadas “pela” agente técnica (Lúcia)<sup>5</sup> e os homens consideram que estas atividades ou palestras oferecidas são de interesse exclusivamente feminino. Desta forma, os agricultores e seus filhos não mantêm um contato tão freqüente e constante com os agentes externos à propriedade, entretanto, eles procuram relacionar-se com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e mantêm contato freqüente com a sede municipal. Assim, as relações sociais do espaço rural de

---

<sup>4</sup> Parentesco no sentido de que estão se colocando em oposição a um “exterior” que é tudo aquilo que excede aos limites sociais do bairro. Assim, a palavra parente serve para identificá-los num todo, onde todos estão unidos, em que o comportamento de todos é uniforme (Moura, 1978, p.32).

<sup>5</sup> Entrevista concedida em 05/05/2000

Camboriú não se restringem apenas ao território rural - exceto as comunidades de Caetés ou Lageado – o que na lógica classificatória de Brandão (Wanderley, 2000), no eixo de aproximações e distâncias, seria um espaço próximo-distante.

Da mesma maneira, os habitantes da área rural deste município mantêm uma relação constante com as áreas urbanas próximas, seja na relação profissional, comercial, de lazer, ou educacional. Por isso, como estes espaços são muito próximos e de fácil acesso para a maioria da população rural, não há um choque muito evidente entre o que poderia ser um modo de vida rural e um urbano. O continuum entre as áreas também se observa neste modo de vida, no qual a aproximação se dá mais porque o meio rural acaba, aos poucos, adquirindo valores e costumes urbanos.

#### **4.3 - Pais e filhos: a importância das terras e das tradições**

Cada comunidade se organiza em seu espaço em função da colonização deste local, da dispersão espacial dos agrupamentos humanos, das relações caracterizadas por ligações afetivas, sejam elas estreitas e duráveis ou efêmeras e dispersas. O apego ao espaço e às relações aí construídas dependem da intensidade da integração que cada membro desta comunidade se permite enredar.

Entre os pais, observamos que eles têm arraigadas lembranças do passado e gostam de compartilhar nas entrevistas, histórias que tiveram lugar no pequeno conglomerado de casas, a igreja, a "vendinha". Gostam da tradição, cumprem o ritual de ir à missa aos domingos. Para eles, a terra junto com as tradições familiares são componentes importantes em qualquer projeto de vida e gostariam de deixar para as próximas gerações esses valores que lhes são tão caros.

Embora a pesquisa não tivesse como objetivo investigar em detalhe a história dos processos sucessórios das terras de Camboriú, era necessário analisar como os pais se sentem em relação ao futuro da propriedade agrícola, que expectativas eles possuem no que diz respeito aos(as) filhos(as) assumirem a propriedade e as suas próprias expectativas em algum projeto de vida em conjunto com alguns dos filhos(as) que ainda permanecem na propriedade.

A entrevista com os pais seguiu um padrão menos formal, semi-estruturada, o que acabou se caracterizando mais como um diálogo, uma prosa descontraída, acompanhada de cafezinhos e biscoitos. Desta forma, pudemos sentir que os pais e mães entrevistados convivem com o dilema entre o apego a terra e as dificuldades de continuarem trabalhando na atividade agrícola. Todos manifestaram algum desânimo no tocante à relação trabalho agrícola versus retorno financeiro, apesar do certo bem estar econômico que observamos. O discurso é comum: “hoje, não dá mais para viver da agricultura, trabalha-se muito, investe-se muito e o retorno é pouco”. Mesmo reconhecendo as dificuldades de trabalhar, as crises do setor agrícola, quando são interpelados sobre a possibilidade de vender as terras, muitos relatam que já consideraram esta hipótese, mas prefeririam que algum dos filhos(as) assumisse a propriedade, ainda que fosse para ser transformada em sítio de lazer para os finais de semana.

Entretanto, nem sempre entre os pais existe o mesmo apego a terra. Ou em alguns casos, este apego é reforçado por, ou significa, a falta de opção por outro tipo de vida ou atividade. O testemunho de um casal demonstra isto: “agora pra quem é acostumado como eu e a mulher tudo bem, pra mim eu sempre gostei e ainda gosto, vou ficando de teimoso...” (Valmir, agricultor).<sup>6</sup> “Outro dia veio uma mulher pra comprar uma parte e eu disse pro marido: vende a tua que eu fico aqui, eu gosto daqui...” (Maria). Eles admitem a possibilidade da venda como último recurso, contudo, manifestam que não gostariam de ver a terra deles na “mão de outro dono”. Ao mesmo tempo, reconhecem o quanto é difícil e desgastante trabalhar na propriedade utilizando a mão-de-obra dos dois apenas, o que os leva muitas vezes a pensar na possibilidade de vender, principalmente se não percebem interesse de nenhum filho(a) em dar continuidade à atividade agrícola.

Assim, como já tem sido apontado por pesquisas comentadas no Capítulo 2, nesta região não se percebe mais a influência da tradição do minorato ou ultimogenitura. Pelos depoimentos dos pais, nas conversas informais sobre a forma como adquiriram suas terras, pudemos perceber que a sua geração já havia reelaborado ou rearranjado outras formas de aquisição de terras: comprando de

estranhos, dos cunhados, alguns herdando uma parte, mas não por ser o filho mais novo e sim por ter sido o que se dispôs a assumir as terras.

A autoridade paterna sobre a decisão do futuro da propriedade nos pareceu inexpressiva, talvez pelo fato do pai sentir-se inseguro em relação à sucessão patrimonial. Entretanto, isto não significa que os pais não pretendam que algum de seus filhos dê continuidade à produção familiar:

“Hoje vou ficar por aí. Eu também não vendo. Eu pretendo deixar pra ver se outro pega, alguém da família, pra tocar pra frente. Se a gente começar a desprezar, já tão saindo, os filhos abandonam não vem mais. Aí pode um neto depois querer ... aí fica ruim entendessee. A gente quer ver se cria uma cultura, que a família continue”. (Argeu, agricultor)<sup>7</sup>.

Mesmo que os pais desejem dar continuidade ao trabalho agrícola na unidade de produção familiar, quase não encontram este mesmo desejo nos projetos de vida dos filhos. Dos 30 jovens entrevistados, apenas 06 (20%) trabalham com atividade agrícola. Os outros 24 dividem-se nas seguintes atividades: estudantes apenas, empregados no comércio, indústria ou instituição pública, professoras, caseiro, operário rural, proprietário de restaurante. A renda das atividades não agrícolas, originária do trabalho dos filhos e de algumas mães, serve de complemento para as despesas da propriedade agrícola familiar. Se o(a) jovem é estudante e trabalha fora, seu salário deverá primeiro suprir suas despesas com os estudos. O restante deverá complementar as despesas da propriedade. De qualquer forma, os pais, principalmente, consideram necessário que se tenha outra renda além da atividade agrícola: “A mulher e filha trabalham na costura, mas a renda fica tudo numa conta só. Uma coisa complementa a outra, pois tem época que uma tá bom num setor e tem época que tá bom em outro” (Idésio).

Seyferth (1985) considera que a existência de um mercado de trabalho urbano relativamente próximo torna-se um argumento de peso no momento de decidir qual será o sistema de transmissão das terras aos herdeiros. No caso do município de

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida em 22/07/2000.

<sup>7</sup> Entrevista concedida em 01/07/2000.



Camboriú podemos constatar que este argumento é relevante. A proximidade de centros urbanos (Balneário Camboriú, Brusque, Blumenau) acaba atraindo os jovens para outras atividades, fato que ocorreu na família dos pais dos nossos jovens entrevistados: "... tive seis meses na cidade. Mas aí meus pais ficaram sozinhos e foram atrás de mim, aí voltei..." (Argeu) - e ocorre ainda hoje entre os jovens do meio rural de Camboriú, ficando na residência apenas um ou dois filhos, podendo ser a filha, o filho mais novo, o mais velho, ou seja, aquele que manifestou interesse pela atividade ou não teve oportunidade de fazer uma outra escolha.

De qualquer forma, tanto o pai como a mãe e até mesmo o filho ou filha que estão na casa paterna, não são guiados por uma "lei comum" (Papma,1992) ou "direito costumeiro" (Seyferth,1985) de transmissão de herança para o filho mais novo. Aliás, como esta tradição já não faz parte da geração dos pais e dos filhos, as regras não estão sendo estabelecidas antecipadamente. Pelos depoimentos, percebemos que a tendência é a partilha legal e igualitária das terras através de inventário, após a morte dos pais.

#### **4.4 - Os jovens e seus projetos de vida.**

##### **4.4.1 - A educação formal.**

A educação formal para muitos jovens do meio rural tem significado "sua liberdade". Aqueles(as) que não gostam da atividade agrícola acabam por se dedicar mais aos estudos, insistindo com os pais na sua "vocação" para estudar e assim buscar uma outra opção, em outro lugar. Desta forma, melhorar o nível educacional pode ser sinônimo de abandono do trabalho agrícola e deste meio, já que muitos jovens que concluem seus estudos<sup>8</sup> não retornam ao campo ou se o fazem, preferem apenas residir neste meio e trabalhar em outro centro urbano.

Contudo, não é a educação formal em si que provoca esta situação de preferências e escolhas. Caso contrário, não haveria locais, como no Canadá por

---

<sup>8</sup> Souza (1999) realizou uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo entrevistar técnicos agrícolas, filhos de pequenos produtores e formados pelo Colégio Agrícola de Camboriú, para investigar como trabalho e educação ganharam significado na vida destes jovens após sua formatura e retorno à propriedade agrícola familiar.

exemplo, em que os jovens que residem e trabalham no meio rural possuem um nível educacional mais elevado do que seus pares dos centros urbanos. Vários elementos teriam que ser analisados para que possamos entender o porquê de alguns jovens retornarem ao seu meio depois de formados e outros não. De qualquer forma, entendemos que alguns elementos como o espaço rural, as condições socioeconômicas da família, incluindo-se aí as “boas” relações entre pais e filhos e o projeto de vida que este(a) jovem elegeu para si, podem interferir na opção do(a) jovem em retornar e permanecer no meio rural após ter concluído seus estudos.

O espaço rural de Camboriú pode ser colocado como exemplo deste elemento que contribui para a opção do(a) jovem em permanecer no meio rural. Como já foi descrito, Camboriú se localiza num local que é favorável às redes de relações e proximidades com outros municípios, principalmente para as (os) jovens que desejam investir na sua educação formal. Há escolas de 1º e 2º graus tanto de ensino público como privado e condução regular para as comunidades mais próximas. Exceções são feitas às comunidades de Caetés e Lageado. As escolas oferecem também cursos noturnos para aqueles que trabalham durante o dia.

Constatamos, então, que a maioria dos(as) jovens entrevistados coloca a educação formal como algo que faz parte de seu projeto de vida para o futuro, principalmente as moças

Tabela 11

**Grau de instrução dos entrevistados.**

<b>Nível</b>	<b>Rapazes</b>	<b>Moças</b>
1º grau incompleto	04	03
1º grau completo	-	-
2º grau incompleto	06	07
2º grau completo	04	
Superior(cursando)		06
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>16</b>

Obs.: os rapazes e moças que estão no incluídos no 2º grau incompleto, estão todos cursando o respectivo curso.

Apenas 7 jovens - 3 moças e 4 rapazes – concluíram somente o ensino básico (4ª série – 1º grau) . Os demais estão cursando o 2º e 3º graus. Mais de 70% deles(as) se encontra dentro dos padrões legais no que diz respeito à educação formal. Neste caso o acesso à educação formal não está associado ao êxodo rural imediato.

Tabelas 12, 13 ,14, 15

**Questões relativas ao investimento na educação.**

Tabela 12

**Questão dirigida às moças: Desenvolve atividade individual para obter dinheiro só para si?**

Plantio ou criação na propriedade	
Trabalho agrícola fora da propriedade	
Trabalho não agrícola fora da propriedade	43,75%
Não desenvolve atividade individual	56,25%
Total	100%

Tabela 13

**Questão dirigida às moças: Qual o principal motivo de você obter dinheiro para si?**

Está se capitalizando para ter sua propriedade no futuro	
Para seu lazer	
Para comprar bens de uso pessoal (carro, moto, roupas)	
Para preparar-se para o casamento	
Para estudar	87,5%
Para abrir um negócio na cidade	
Outros	12,5%
Total	100%

Tabela 14

**Questão dirigida aos rapazes: Desenvolve atividade individual para obter dinheiro só para si?**

Plantio ou criação na propriedade	21,42%
Trabalho agrícola fora da propriedade	7,14%
Trabalho não agrícola fora da propriedade	35,71%
Não desenvolve atividade	35,71%
Total	100%

Tabela 15

<b>Questão dirigida aos rapazes: Qual o principal motivo de você obter dinheiro para si?</b>	
Está se capitalizando para ter sua propriedade no futuro	30%
Para seu lazer	10%
Para comprar bens de uso pessoal (moto, bicicleta, roupas, outros)	50%
Para preparar-se para o casamento	
Para estudar	
Outros	
Para abrir um “negócio” na cidade	10%
Total	100%

Nas questões relativas à educação como projeto de vida, as moças colocam os estudos como prioridade nos seus projetos de vida. Ou seja, das 7 moças que trabalham para obter dinheiro para si, 6 (87%) responderam que o maior motivo é para investir na sua educação. Entre os rapazes a situação é inversa: dos 09 rapazes que trabalham para obter dinheiro só para si, nenhum considerou o estudo como prioridade nos seus investimentos. Mesmo assim, percebe-se pela tabela do nível educacional que a maioria deles (71%) possui o ensino fundamental. As suas preferências de investimentos estão em torno de compras de bens de uso pessoal (50%) e de adquirir uma propriedade (30%).

A pesquisa de Durston (1995) em algumas regiões de América Latina comprova que as moças têm mais interesse pelos estudos do que os rapazes. Aqui se pode comprovar essa tendência. A maioria absoluta da moças que trabalha, quer investir nos estudos como projeto de vida futuro. Nas conversas informais, pudemos perceber, também, que principalmente as mães incentivam os(as) filhos(as) a estudarem.

Contudo, dos 4 rapazes que efetivamente trabalham em alguma atividade agrícola na propriedade familiar, 2 possuem o 2º grau completo e 1 está cursando; apenas 1 dos jovens possui só o nível básico incompleto (este jovem divide seu tempo entre o trabalho na propriedade familiar de menos de 2 ha – onde mora com a mãe e mais três irmãs - e o trabalho como empregado em outra propriedade vizinha - plantando, colhendo, capinando e recebe um salário mínimo mensal). Lembramos que tal fato demonstra que a educação formal não é determinante na decisão do jovem em

se evadir do meio rural. Em Camboriú, os que trabalham na atividade agrícola, têm em média 18 anos e concluíram ou estão concluindo o 2º grau. Desta forma, concordamos com a conclusão da pesquisa realizada no oeste catarinense, município de Saudade, que contesta a hipótese de um documento recente da CEPAL (1995, p.2), segundo o qual em muitas ocasiões fica na propriedade aquele filho ao qual “la cabeza no le dá para más”. Essa hipótese parece confirmar-se cada vez menos, ao menos naquelas regiões, onde há um acesso relativamente seguro à educação (Abramovay, et al, 1998, p.47).

#### Tabelas 16 e 17

#### Grau de instrução e trabalho agrícola

Tabela 16

**Questão dirigida às moças: Qual o nível mínimo de instrução para desempenhar a profissão de agricultora?**

Saber ler e escrever	25%
Ensino básico (4ª série)	18,75%
Ensino fundamental (8ª série)	18,75%
Segundo grau	6,25%
Técnico Agrícola	25%
Curso da Casa Familiar Rural	
Faculdade	6,25%
Total	100%

Tabela 17

**Questão dirigida aos rapazes: Qual o nível mínimo de instrução para desempenhar a profissão de agricultor?**

Saber ler e escrever	21,43%
Ensino básico (completo)	14,28%
Ensino fundamental (8ª série)	28,58%
Segundo grau	7,14%
Curso técnico agrícola	21,43%
Fazer curso da Casa Familiar	
Faculdade	7,14%
Total	100%

Em relação ao nível educacional e o trabalho agrícola, 23% dos entrevistados, entre rapazes e moças, consideraram que basta saber ler e escrever para exercer o trabalho agrícola. 16% consideraram suficiente ter o ensino básico, e o

restante (62%) entendeu que para exercer atividade agrícola precisa-se ter, no mínimo, o ensino fundamental completo.

Tabelas 18, 19

### **Grau de instrução e oportunidades de trabalho**

Tabela 18

**Questão dirigida às moças: Na situação atual, com sua instrução e treinamento, onde você acha que teria as melhores oportunidades?**

No meio rural na agricultura	7,14%
No meio rural com atividades agrícolas e não agrícolas	18,75%
Morando na cidade mas com a renda principal de atividades agrícolas	18,75%
Na cidade em atividades da cidade (comércio, serviços)	56,25%
Total	100%

Tabela 19

**Questão dirigida aos rapazes: Na situação atual, com sua instrução e treinamento, onde você acha que teria as melhores oportunidades?**

No meio rural na agricultura	7,14%
No meio rural com atividades agrícolas e não agrícolas	42,86%
Morando na cidade, mas com a renda principal de atividades agrícolas	7,14%
Na cidade, em atividades da cidade (comércio, serviços. Etc)	42,86%
Total	100%

A educação formal vem se constituindo como uma peça importante, principalmente para as jovens, nos projetos de vida futuros dos(as) jovens. Percebemos pelas respostas que as moças estão mais seguras em relação a sua formação profissional e educacional para decidirem sobre melhores oportunidades de trabalho ou realização pessoal. 56% das moças entenderam que com seu grau de instrução e treinamento teriam as melhores oportunidades na cidade e com atividades urbanas. 18% responderam que teriam as melhores oportunidades morando na cidade e com renda principal de atividades agrícolas. As demais (18%) preferiram optar pelo meio rural em atividades agrícolas e não agrícolas. A única moça (16 anos) que respondeu no meio rural e na agricultura também possui um baixo nível de instrução (concluiu até a 4ª série do ensino básico), mora com os avós numa das comunidades mais afastadas (Lageado), ajuda nas atividades domésticas e está noiva com casamento marcado. Percebemos, em conversa informal após a entrevista, que o casamento faz parte de seu projeto de vida. Ela o vê como uma opção de sair da residência dos avós e assim estar mais próxima da sede municipal para estudar.

Entre os rapazes, 42% deles entenderam que com seu grau de instrução e treinamento teriam as melhores oportunidades morando na cidade e com atividades urbanas. A mesma proporção (42%) respondeu que estariam melhores no meio rural com atividades agrícolas e não agrícolas. Um respondeu que preferiria morar na cidade mas com renda principal da agricultura e outro vê que suas oportunidades são melhores no meio rural.

Frente à opção, nesta questão, pelas atividades não agrícolas, os rapazes mais do que as moças optaram por estas. Embora, não entendam exatamente qual o significado do termo, os jovens parecem perceber que só a atividade agrícola pode ser uma opção, mas sem muita garantia para o futuro deles. O que chama a atenção nesta questão é que entre os 4 jovens, dos 14 entrevistados que trabalham efetivamente com alguma atividade agrícola, 3 optaram por trabalhar e morar na cidade. O outro jovem foi o único que respondeu que teria as melhores oportunidades no meio rural, sendo justamente o que possui o nível de instrução mais baixo e divide seu tempo como empregado numa propriedade e trabalhando na sua propriedade familiar. Os que responderam que tentariam o meio rural com atividades agrícolas e não agrícolas são estudantes, a maioria do Colégio Agrícola de Camboriú, não trabalham diretamente na lavoura, na propriedade, senão nos finais de semana junto com os pais.

#### **4.4.2 - Trabalho urbano ou trabalho rural?**

No Brasil, 13% dos produtores rurais têm menos de 30 anos e 23% acima de 60 anos (Dirven, 2000). É notável que há uma redução na faixa etária dos trabalhadores rurais. Pudemos perceber que muitos jovens gostariam de se dedicar às atividades agrícolas no meio rural, porém alguns entraves os impedem de “apostarem” com maior segurança nessas atividades.

A agricultura familiar no município de Camboriú tem uma característica interessante: ela é familiar pois envolve o trabalho do pai e da mãe com pouca participação dos filhos nas atividades agrícolas. Onde existe a participação mais efetiva dos filhos (dos rapazes especificamente), o pai e a mãe já ocupam um papel mais secundário. Isso foi observado em duas famílias, nas quais os dois rapazes trabalham na lavoura de arroz são os que, praticamente, decidem sobre os

investimentos na propriedade e negociações dos produtos. Nas demais famílias predomina o trabalho agrícola do pai e da mãe, ou seja das 30 famílias visitadas, em 13 delas apenas o pai e a mãe trabalham na lavoura. Em 3 delas há o trabalho do pai, mãe e filhos na atividade agrícola. Duas propriedades agrícolas familiares são consideradas pluriativas (diversificam atividade agrícola com outras não agrícolas). Em 10 propriedades não se praticava atividade agrícola com fins comerciais, somente para subsistência. Neste último caso, os(as) jovens realizavam trabalhos não agrícolas fora da propriedade rural e os pais eram caseiros em propriedades alheias ou aposentados.

Tabelas 20,21,22,23

Preferência das moças em relação ao trabalho no meio rural

Tabela 20

<b>Questão dirigida às moças: Quais sua atribuições na propriedade?</b>	
Só as atividades domésticas	68,75%
Doméstica e esporadicamente lavoura/criações	
Doméstica e lavoura/criações	25%
Só na lavoura	6,25%
Total	100%

O envolvimento exclusivo das moças com as atividades agrícolas é mínimo. Das 16 moças entrevistadas, 68% combinam as atividades domésticas na propriedade agrícola com o trabalho fora e estudo, ou seja, não se envolvem com trabalho na lavoura e criações. 25% do total das moças entrevistadas divide suas atividades entre as domésticas e a lavoura e criações. No município de Saudades este percentual aumenta: 43% das moças se dedica à lavoura e atividades domésticas sempre. Apenas uma moça se dedica só à lavoura em ambos os municípios.



Tabela 21

**Questão dirigida às moças: Quais as duas atividades a que você dedica mais tempo, exceto a casa?**

Lavoura	3,70%
Suínos	
Outros animais	3,70%
Leite	11,11%
Hortaliças	3,70%
Frutas	
Aviário	
Trabalho fora da propriedade	22,22%
Estudos	40,74%
Outros	14,81%
Total	100%

Novamente os estudos aparecem como a atividade que mais toma tempo das moças. Além do trabalho fora da propriedade, as moças dedicam-se quase que exclusivamente aos estudos. O trabalho agrícola não faz parte do projeto de vida de 25% das moças. 50% preferem o meio rural mas com atividades não agrícolas. 18% não gostariam de desenvolver as mesmas atividades que os homens e uma das moças desenvolveria as mesmas atividades dos homens. E notável o desinteresse das moças pelas atividades agrícolas. Porém, pelas conversas informais, pudemos perceber que elas gostam de estar no meio rural, morando neste local.

Tabela 22

**Questão dirigida às moças: Quais as duas atividades para as quais você gostaria de se dedicar mais?**

<b>Atividades domésticas</b>	
Lavoura	7,40%
Suínos	
Outros animais	
Leite	3,70%
Hortaliças	3,70%
Frutas	
Aviário	
Trabalho fora da propriedade	33,33%
Estudos	48,14%
Outros	
Nenhum	3,70%
Total	100%

Tabela 23

<b>Questão dirigida às moças: Qual sua opinião sobre o trabalho agrícola.</b>	
Gostaria de desenvolver as mesmas atividades dos homens	6,25%
Gostaria de desenvolver atividades diferentes das dos homens	18,75%
Não gostaria de desenvolver atividades agrícolas	25%
Permanecer desenvolvendo atividades não agrícolas	50%
Total	100%

Nesta questão, 50% das moças consideraram a possibilidade de permanecer no meio rural desenvolvendo atividades não agrícolas.

Tabelas 24, 25, 26, 27, 28

**Possibilidade das moças exercerem a atividade agrícola.**

Tabela 24

<b>Questão dirigida às moças: Que atividades não agrícolas você mais gostaria de desenvolver permanecendo no meio rural?</b>	
Agroindústria de pequeno porte	5,55%
Atividade turística (pesque-pague, hotel)	16,66%
Agroturismo	5,55%
Comerciante	5,55%
Artesanato	
Salão de beleza	11,11%
Professora	33,33%
Agente de saúde	5,55%
Empregada doméstica	
Não sabe	16,66%
Outras	
Total	100%

Dentre as atividades não agrícolas preferidas pelas moças destaca-se o magistério (33%). Durston (1995) diz que este é uma das profissões elegidas pelas moças oriundas do meio rural como afirmação de status. Esta opção das moças de Camboriú pelo magistério pode estar relacionada ao fato de que funcionava no município uma escola de 2º grau que oferecia o curso profissionalizante de Magistério a qual formava professores de 1ª a 4ª séries e assim, elas tinham a possibilidade de exercer a profissão de professora numa das escolas municipais. As atividades turísticas aparecem como a segunda preferência das moças (16 %). Algumas ainda não se

decidiram (16%). As demais fizeram outras opções.

Tabela 25

<b>Questão dirigida às moças: O que você pensa sobre seu futuro como agricultora?</b>	
Gosta de ser agricultora e é certo que será agricultora	
Gostaria de ter outra profissão mas provavelmente será agricultora	6,25%
Desejaria ser agricultora mas vê dificuldades	6,25%
Não sabe se será agricultora	31,25%
Não deseja ser agricultora	56,25%
Total	100%

A profissão de agricultora não consta no projeto de vida profissional da maior parte das moças, ou seja, 56% não desejam ser agricultoras. 31% não sabem se seguirão a profissão de agricultora. Uma delas gostaria, mas vê dificuldades e uma respondeu que gostaria de ter outra profissão, mas provavelmente será agricultora. Nenhuma das moças respondeu que gosta de ser agricultora e é certo que será. Na pesquisa de Saudades 4 moças (25% das 16 entrevistadas) disseram que gostam de ser agricultoras e é certo que serão.

Tabela 26

<b>Questão dirigida às moças: Sem um programa adequado para instalação de jovens agricultores com crédito para compra de terra, instalações e equipamentos, há condições de se viabilizar na agricultura?</b>	
Não há condições de se viabilizar na agricultura	43,75%
Através de mudanças de atividades(lavoura ou criações e suas combinações)	
Através de mudanças de atividades e melhor gerenciamento/tecnologia	12,50%
Desenvolvendo atividades que agreguem maior valor aos produtos	18,75%
Desenvolvendo outras atividades além da agricultura (tempo parcial)	25%
Herdando a propriedade do pai.	
Total	100%

Grande parte delas concorda que fora de um programa adequado não há condições de se viabilizar na agricultura (43%). Outras (25%) consideram possível se viabilizar na agricultura desenvolvendo outras atividades além da agricultura (tempo parcial), ou atividades que agreguem maior valor aos produtos (18%) e, ainda, através de um melhor gerenciamento e de tecnologia (12%).

Tabela 27

<b>Questão dirigida às moças: Em que condições você ficaria no meio rural?</b>	
Na agricultura na situação atual do pai	16,66%
Só ficaria se houvesse crédito para compra de terra	
Só ficaria se houvesse crédito para compra de equipamentos, instalações	33,33%
Só ficaria se houvesse crédito fundiário e de instalações	16,66%
Ficaria se pudesse desenvolver outras atividades não agrícolas	
Fazendo outras atividades agrícolas de mais renda	33,33%
Total	100%

As moças que vêem a possibilidade de ter seu futuro ligado à agricultura ponderaram algumas condições que poderiam pesar na sua decisão de permanecer no meio rural. Crédito para a compra de equipamentos e instalações (33%) e outras atividades agrícolas de mais renda (33%) foram as condições estabelecidas por elas.

Tabela 28

<b>Questão dirigida às moças: Qual seu futuro desejado?</b>	
Permanecer na agricultura como proprietária	
Permanecer na agricultura como arrendatária	
Permanecer na agricultura como operária rural	
Permanecer na agricultura com tempo parcial	6,25%
Trabalhar e morar na cidade	43,75%
Trabalhar na cidade e morar na propriedade	31,25%
Ficar no meio rural mas trabalhar com atividades não agrícolas	18,75%
Outros	
Total	100%

O futuro desejado por essas moças não está ligado às atividades agrícolas, uma vez que 43% manifestaram o seu desejo de trabalhar e morar na cidade; 31% querem trabalhar na cidade e morar na propriedade. Mesmo aquelas que desejam ficar no meio rural (18%) o fariam se pudessem optar pelas atividades não agrícolas ou atividade agrícola em tempo parcial (6%).

As moças que trabalham com outra atividade profissional, ou seja, admitidas formalmente em alguma atividade com um salário fixo mensal (44%) são as que, praticamente, já romperam com o padrão de reprodução anterior da tradição familiar, ampliando o campo de possibilidades de realização de projetos individuais (Carneiro, 2000). Priorizam os estudos, não se envolvem diretamente nas decisões de planejamento das atividades e ou investimentos e melhoramentos na propriedade. Seus

contatos com outras pessoas de origem urbana, a assimilação de novos valores e até mesmo o incentivo das mães para que as filhas sigam um outro caminho que não seja o mesmo delas, estimulam essas jovens na elaboração de projetos individuais, tanto em relação ao trabalho, quanto a projetos pessoais como casamento e estilo de vida. As outras moças, que são estudantes, que trabalham com a família seja em atividades agrícolas e não agrícolas, ainda estão mais envolvidas nos laços familiares. Nas entrevistas, percebemos uma relativa dependência dessas no âmbito familiar no que se refere aos seus projetos futuros pessoais ou profissionais.

Tabelas 29, 30, 31

### Os rapazes e a profissão de agricultor

Tabela 29

<b>Questão dirigida aos rapazes: O que você pensa de seu futuro com agricultor?</b>	
Gosta de ser agricultor e é certo que será agricultor	7,14%
Gostaria de ter outra profissão, mas é certo que será agricultor	
Desejaria ser agricultor, mas vê dificuldades	28,57%
Não sabe se será agricultor (muito novo ou ainda não pensou nisso)	14,28%
Não deseja ser agricultor	50,0%
Total	100%

Entre os rapazes observamos também que há pouco interesse pelas atividades agrícolas, pela profissão de agricultor. 50% deles responderam que não desejam ser agricultores. 28%, um número superior ao das moças, desejariam ser agricultores mas vêem dificuldades. 14% ainda se consideram muito jovens para optarem por uma profissão. Apenas um jovem manifestou seu desejo de ser agricultor e, segundo ele parece certo que será. No município de Saudades apenas 6 rapazes (19%) manifestaram desinteresse pela atividade agrícola, embora o número de entrevistados neste município tenha sido superior ao de Camboriú.

Lembramos que este jovem que optou pela agricultura - citado anteriormente - é o que possui as condições menos favoráveis, no nível socioeconômico e educacional, entre todos os outros. Em conversa informal, o jovem relata que gostaria, se pudesse escolher, de exercer a profissão de mecânico, porém, no momento, ele “se conforma” com a sua situação: trabalhar como assalariado, pois a família (mãe e irmãs) precisam do seu salário para sobreviverem. Podemos interpretar,

conforme Durston (apud Abramovay et al, 1998) a escolha desse jovem como resultado da dificuldade de realizar um projeto pessoal, pois ele se vê impossibilitado de encontrar caminhos alternativos aos horizontes atuais.

Tabela 30

<b>Questão dirigida aos rapazes: Em que condições você ficaria no meio rural?</b>	
Na agricultura na situação atual do pai	
Só ficaria se houvesse crédito para a compra de terra	14,28%
Só ficaria se houvesse crédito para a compra de equipamentos, instalações...	
Ficaria se tivesse crédito fundiário e de instalação	
Ficaria se pudesse desenvolver outras atividades não agrícolas	42,85%
Fazendo outras atividades agrícolas que proporcione mais renda	42,85%
Total	100%

Tabela 31

<b>Questão dirigida aos rapazes: Sem um programa adequado para instalação de jovens agricultores com crédito para compra de terra, instalações e equipamentos, há condições de se viabilizar na agricultura?</b>	
Não há condições de se viabilizar na agricultura	7,14%
Através de mudança de atividades (lavouras ou criações e suas combinações)	7,14%
Através de melhor gerenciamento e melhor tecnologia	21,42%
Através de mudanças de atividades e melhor gerenciamento/tecnologia	
Desenvolvendo atividades que agregue maior valor aos produtos	14,28%
Desenvolvendo outras atividades além da agricultura (agricultura de tempo parcial, turismo rural)	28,57%
Herdando a propriedade do pai	21,42%
Total	100%

Entre os jovens que manifestaram interesse em permanecer no meio rural, 42% consideraram que é necessário desenvolver outras atividades não agrícolas, outros 42% afirmam a importância de atividades agrícolas que agreguem valor, enquanto 14% avaliam como chave a obtenção de crédito para compra de terra como condição essencial para ficarem no meio rural. Mesmo contando com as condições necessárias para se estabelecerem no meio rural, 28% dos jovens entendem que fora de um programa adequado para jovens só seria viável se se pudesse desenvolver outras atividades além, das atividades agrícolas. Percebemos que aqui houve um maior interesse pelas atividades não agrícolas. Outros 21% entendem que haveria possibilidade de optar pelo meio rural se herdassem a propriedade dos pais. 21%

entenderam que com melhor gerenciamento e tecnologia há condições de se viabilizar no meio rural. 14% preferiram investir em atividades que agregue maior valor aos produtos, um nas mudanças de atividades (outras combinações). Apenas 1 deles considerou inviável permanecer no meio rural sem um programa adequado para a juventude.

Pudemos observar pela entrevistas e pelas condições da residência dos agricultores, pelo tamanho da propriedade e pelos tipos de atividades ali desenvolvidas que alguns agricultores encontram-se em melhor situação econômica que outros. Paradoxalmente, os filhos – 3 rapazes – daqueles agricultores que, pela nossa observação e pelo encaminhamento das suas respostas, conseguem, aparentemente, não só a reprodução da família mas também investir na propriedade, foram os que responderam que não desejam ter seu futuro voltado para as atividades agrícolas. Os que pretendem realizar seus projetos futuros ligados à agricultura são: um estudante filho de pais que trabalham como caseiros, um é operário rural, outro é dono de um empreendimento turístico e o último também é estudante e o pai planta fumo para comercialização.

Portanto, embora os pais de alguns desses(as) jovens se encontrem na situação de agricultores consolidados dentro do contexto do município de Camboriú, não significa que seus filhos(as), no momento da entrevista, queiram reproduzir as ações paternas. A aparente estabilidade e organização da propriedade dos pais não parecem ser o elemento definidor de sua opção de permanecer na agricultura assumindo a propriedade dos pais.

Tabelas 32, 33

**Dificuldades para exercer a profissão de agricultor(a).**

Tabela 32

<b>Questão dirigida às moças: Quais são os dois problemas, em ordem de importância, que dificultam para que você seja uma agricultora bem sucedida?</b>	
Problemas graves de saúde	3,57%
O trabalho na agricultura é muito sofrido, pesado, cansativo	17,85%
Problemas graves de relacionamento com os pais	3,57%
Falta de energia elétrica	
Falta de água na propriedade	
Falta de capital para a compra de terra	7,14%
Falta de capital para a compra de máquinas, equipamentos, benfeitorias e insumos	21,42%
Falta de capacitação, orientação técnica e gerenciamento	14,28%
Falta de estradas, escolas e postos de saúde	3,57%
Falta de mão-de-obra	3,57%
Falta de novas oportunidades de renda	17,85%
Acesso à educação/formação/profissionalização	7,14%
Total	100%

Tabela 33

<b>Questão dirigida aos rapazes: Quais são os dois problemas, em ordem de importância, que dificultam para que você seja um agricultor bem sucedido?</b>	
Problemas graves de saúde	4,54%
O trabalho na agricultura é muito sofrido, pesado e cansativo	18,18%
Problemas graves de relacionamento com os pais e a família	9,09%
Falta de energia elétrica	
Falta de água na propriedade	
Falta de capital para a compra de terra	13,63%
Falta de capital para a compra de máquinas, equipamentos, benfeitorias e insumos	36,36%
Falta de capacitação, orientação técnica e gerenciamento	
Falta de estradas, escolas e postos de saúde	
Falta de Mão – de – Obra	
Falta de novas oportunidades de renda	18,18%
Falta de acesso educação/formação/profissionalização	
Total	100%

Tanto os rapazes (36%) como as moças (21%) consideraram que o principal problema, atualmente, para que possam ser agricultores(as) bem sucedidos é a falta de capital para a compra de equipamentos, máquinas, benfeitorias e insumos. Ambos os grupos consideraram como segunda opção que mais gera dificuldades para



a profissão de agricultor, a falta de oportunidades de renda (18% dos rapazes e 17% das moças). O trabalho cansativo, pesado e sofrido foi eleito por ambos como uma outra dificuldade para se exercer a profissão agrícola. Houve afinidade nas opções representativas dessas dificuldades nas respostas dos rapazes e das moças. Os jovens e as jovens entenderam que o investimento em equipamentos, melhorias, benfeitorias, capacitação é essencial para o sucesso da profissão agrícola.

Porém, se compararmos as respostas das moças do município de Camboriú com as das moças do município de Saudades, veremos que das 16 moças entrevistadas em Saudades, 10 responderam que um dos obstáculos mais importantes para a sua realização profissional na agricultura deve-se ao fato de que “o trabalho na agricultura é muito sofrido, pesado e cansativo”. Enquanto para as jovens de Saudades a dupla jornada de trabalho se apresenta como algo comum, entre as jovens de Camboriú o mesmo não acontece. As moças que trabalham fora da propriedade agrícola ou as que estudam, dedicam-se apenas ao seu trabalho ou aos estudos. Quatro das 16 moças do meio rural de Camboriú têm sua jornada de trabalho dividida entre as atividades domésticas e a lavoura. As jovens do meio rural de Camboriú não sentem o “peso” da atividade profissional no campo, pois a grande maioria delas não desenvolve atividade agrícola e, por isso mesmo, a percepção da vida no campo para as jovens camboriuenses é diferente da percepção das jovens do município de Saudades. Os próprios pais dessas jovens camboriuenses, as mães principalmente, as estimulam aos estudos para que possam buscar outras oportunidades, fora da atividade agrícola, “poupando-as” do cansativo trabalho agrícola e ou desta dupla jornada de trabalho.

Quando nos referimos ao estímulo das mães (principalmente) às moças para que estas busquem outras oportunidades fora da agricultura, não queremos dizer incentivá-las a saírem de casa para exercerem um trabalho sem qualificação, como empregadas domésticas, por exemplo. Percebemos que moças do meio rural de Camboriú possuem relativa autonomia nas suas decisões sobre seu futuro profissional e pessoal. Neste caso, não podemos considerar que em Camboriú “o funcionamento atual da agricultura familiar é assim um dos principais fatores de expulsão das mulheres do campo” (Abramovay, et al, 1998, p.75). A organização da agricultura

familiar no município de Camboriú permite que as moças se mantenham no meio rural, sem, contudo, desenvolverem atividades agrícolas.

Tabelas 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

### Razões e condições para permanecer ou sair do meio rural

Tabela 34

<b>Questão dirigida às moças: Quais as duas principais razões, em ordem de importância, para você permanecer na agricultura?</b>	
Gosta da agricultura	11,11%
Sente-se valorizada como agricultora	7,40%
Permanece na agricultura por tradição ou costume	7,40%
Permanece porque vai ser sucessora e vai herdar o capital	3,70%
Porque os pais querem que permaneça na propriedade	
Porque não tem oportunidade fora da agricultura	
Porque não tem/teve oportunidade de estudar	3,70%
Medo do desemprego na cidade	3,70%
Fica na agricultura por outras razões	7,40%
Não pretende ficar na agricultura	25,92%
Não exerce atividade agrícola	29,62%
Total	100%

Como a maioria dos rapazes e moças entrevistados não exerce atividade agrícola, não possui razões significativas para permanecer na agricultura. Entre as moças, das duas que exercem atividades agrícolas, uma delas respondeu que gosta da atividade agrícola e tem medo de ficar desempregada se for para a cidade (apenas uma das moças manifestou esse receio) e a outra o faz por tradição ou costume e porque não estudou. As demais não possuem razões para se envolver com trabalho agrícola. Além de não estarem exercendo atividade agrícola não colocam a profissão agrícola nos seus projetos futuros.

Tabela 35

<b>Questão dirigida aos rapazes: Quais as duas principais razões, em ordem de importância, para você permanecer na agricultura?</b>	
Gosta da agricultura	27,27%
Se sente valorizado como agricultor	4,54%
Permanece na agricultura por tradição ou costume	
Permanece porque vai ser o agricultor e vai herdar o capital	
Porque os pais querem que permaneça na propriedade	9,09%
Porque não tem oportunidade fora da agricultura	
Porque não tem/teve oportunidade de estudar	
Medo do desemprego na cidade	22,72%
Fica na agricultura por outras razões	4,54%
Não pretende ficar na agricultura	31,81%
Total	100%

Dos 6 rapazes que responderam que gostam da agricultura, apenas um deles desenvolve atividades agrícolas, os demais são estudantes ou desenvolvem atividade não agrícola. Vale ressaltar que os 4 rapazes (28%) que trabalham com atividade agrícola o fazem apenas por falta de opção ou por medo de desemprego na cidade. A preocupação com o desemprego é mais significativa entre os rapazes. 5 deles (22%) responderam que sentem medo em relação ao desemprego no meio urbano. No caso do meio rural de Camboriú, um número significativo de rapazes e de moças manifesta “explicitamente seu desagrado com a atividade agrícola (Abramovay, et al, 1998, p.76).

Tabela 36

<b>Questão dirigida às moças: Quando você decidir sobre a permanência ou não na propriedade você o fará em relação a:</b>	
Condições de vida na cidade	43,75%
Condições de vida no meio rural	
Ambas	56,25%
Total	100%

Para as moças (56%) a decisão de permanecer ou não no meio rural está condicionada tanto às condições de vida na cidade quanto no campo. As outras, 43% das moças o fariam considerando as condições de vida no meio urbano. Assim, tanto o meio rural quanto o meio urbano podem ser uma opção para projetos de vida futuros.

Tabela 37

**Questão dirigida às moças: Se a decisão de permanecer ou sair da propriedade está relacionada às condições de vida na cidade, então quais os fatores que você acha mais importantes ?(até 2 respostas)**

Mais lazer	23,33%
Mais tempo livre	6,66%
Ganhar seu próprio dinheiro	20%
Menos obrigações	
Trabalho mais leve	3,33%
Mais oportunidade de estudar	40%
Possibilidade de tirar férias	3,33%
Porque ganha mais	3,33%
Outros	
Total	100%

Se a decisão de permanecer ou não no meio rural está relacionada com as condições de vida na cidade é porque as moças consideram que no meio urbano há mais oportunidade de estudar. 40% das respostas das moças consideraram os estudos como prioridade. 23% delas consideraram as oportunidades de lazer proporcionadas pelo meio urbano e 20% consideraram que há mais possibilidades de obterem sua independência financeira.

Tabela 38

**Questão dirigida às moças: Se a decisão de permanecer ou sair da propriedade está relacionada com as condições de vida no meio rural, então quais os fatores que você considera mais importantes (até duas respostas)**

Precisa trabalhar mais	11,11%
Precisa estudar mais, porém não tem oportunidade	22,22%
A agricultura não é mais valorizada	11,11%
Melhorou o conforto doméstico	
Existe mais lazer no meio rural	5,55%
O trabalho agrícola ficou menos pesado	
Melhor Qualidade de vida	11,11%
Flexibilidade no horário de trabalho	16,66%
Não ter patrão	22,22%
Nada mudou	
Total	100%

Se a decisão de permanecer ou não estiver relacionada com as condições de vida no meio rural, 22% delas consideraram a falta de oportunidade para estudarem. Da mesma forma, 22% delas consideraram a possibilidade de não ter patrão. 16% consideraram a flexibilidade no horário de trabalho. As demais respostas

se alternaram entre melhor qualidade de vida, a agricultura não é mais valorizada atualmente e maior jornada de trabalho. Nestas respostas, as moças consideraram tanto aspectos positivos como negativos do meio rural.

Tabela 39

<b>Questão dirigida aos rapazes: Quando você decidir sobre a permanência ou não na cidade você o fará em relação a:</b>	
Condições de vida na cidade	35,71%
As condições de vida no meio rural	
Ambas	64,28%
Total	100%

Para a maioria dos jovens entrevistados (64%), a decisão de permanecer ou não na propriedade pode se dar tanto em relação às condições de vida na cidade quanto no campo. Isto pode representar que apenas a cidade não aparece como fator determinante sobre a decisão dos jovens. Ir para a cidade, neste caso, significa que é preciso algum tipo de segurança, como a garantia de emprego, por exemplo. 35% entenderam que sua permanência no meio rural dependerá das condições de vida na cidade.

Tabela 40

<b>Questão dirigida aos rapazes: Se a decisão de permanecer ou sair da propriedade está relacionada com as condições de vida na cidade, então quais os fatores que você considera mais importantes (até duas respostas)</b>	
Mais lazer	20%
Mais tempo livre	12%
Ganhar seu próprio dinheiro	20%
Menos obrigações	
Trabalho mais leve	20%
Mais oportunidades para estudar	20%
Possibilidades de tirar férias	4%
Porque ganha mais	4%
Outros	
Total	100%

Assim, para os rapazes, se a decisão de permanecer ou não no meio rural estiver relacionada com as condições de vida na cidade, os fatores mais importantes a serem considerados por eles são: o trabalho é mais leve (20%), tem-se mais oportunidades de estudar (20%), independência financeira com salário mensal fixo

(20%), mais oportunidades de lazer (20%) e mais tempo livre (12%). As respostas dos rapazes foram bem variadas, não houve preponderância em nenhuma delas.

Tabela 41

<b>Questão dirigida aos rapazes: Se a decisão de permanecer ou sair da propriedade está relacionada com as condições de vida no meio rural, então quais os fatores que você considera mais importantes (até duas respostas)</b>	
Precisa trabalhar mais	5,55%
Precisa estudar mais, mas não tem oportunidades	5,55%
A agricultura não é mais valorizada	5,55%
Melhorou o conforto doméstico	
Existe mais lazer no meio rural	
Trabalho agrícola ficou menos pesado	16,66%
Melhor Qualidade de vida	16,66%
Flexibilidade no horário de trabalho	22,22%
Não tem patrão	16,66%
Nada mudou	11,11%
Total	100%

Se a permanência ou a saída da propriedade estiver relacionada às condições de vida nesse meio, eles o fariam porque há no meio rural maior flexibilidade no horário (22%), melhor qualidade de vida (16%), o trabalho agrícola tornou-se menos pesado (16%), não tem patrão (16%). Novamente as respostas foram bem variadas, sem o predomínio de alguma. Alguns consideraram que nada mudou neste meio.

Tabela 42, 43

**Por que os jovens podem abandonar o campo?**

Tabela 42

**Questão dirigida às moças: Quais as duas principais razões que podem levar os jovens de sua comunidade a abandonar o campo?**

Falta de Terra	
Política agrícola inadequada (falta de crédito, assistência técnica, preços baixos dos produtos)	20%
Falta de outras oportunidades de trabalho fora da agricultura	6,66%
Falta de opções de lazer	6,66%
Trabalho árduo	10%
Dificuldade para estudar	20%
Ausência de infra-estrutura (estradas, etc)	3,33%
Discriminação em relação aos jovens da cidade	3,33%
Baixa renda da atividade agrícola	26,66%
As criações exigem presença constante na propriedade	
Brigas na família	3,33%
Total	100%

São vários os motivos que levam os(as) jovens a abandonar o campo. Alguns, porém são comuns entre os jovens de diversos países. As moças entenderam que a baixa renda da atividade agrícola (26%) e dificuldades para estudar (20%) podem levar os(as) jovens a abandonar o campo. Novamente, a educação aparece como prioridade nos projetos de vida das moças. Política agrícola inadequada apareceu como um forte motivo do abandono dos jovens (20%). Apenas 3 moças (10%) responderam que o trabalho agrícola é muito, sofrido, pesado e cansativo.

Tabela 43

**Questão dirigidas aos rapazes: Quais as duas principais razões que levam um jovem de sua comunidade a abandonar o campo?**

Falta de Terra	3,84%
Política agrícola inadequada (falta de crédito, assistência técnica, Preços baixos dos produtos ,etc.)	34,61%
Ausência de outras oportunidades de trabalho	3,84%
Falta de opções de lazer	11,53%
Trabalho árduo	3,84%
Dificuldade para estudar	11,53%
Ausência de infra-estrutura –(estradas, etc.)	
Discriminação em relação aos jovens da cidade	
Baixa renda da atividade agrícola	26,92%
As criações exigem a presença constante na propriedade	3,84%
Brigas na família	
Total	100%

Política inadequada (34%) e a baixa renda da atividade agrícola (26%) têm sido o discurso predominante entre os pais dos jovens e, no nosso entendimento, os jovens acabam reproduzindo o discurso dos pais, uma vez que entre os rapazes essas foram as duas principais razões mais determinantes que levam os jovens a abandonar o campo. O trabalho árduo não foi preponderante nas respostas. Não parece ser um problema para esses jovens o trabalho pesado, pois os que estão envolvidos com a atividade agrícola, trabalham basicamente com a rizicultura e essa atividade já é praticamente mecanizada.

Tabelas 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52  
**Pais e filhos frente à tomada de decisões**

Tabela 44

<b>Questão dirigida às moças: Os seus pais:</b>	
Estimulam todos os filhos a serem agricultores	
Estimulam só um filho(a) a ser agricultor(a)	6,25%
Desestimulam seus filhos(as) a serem agricultores	12,50%
Não influenciam os filhos(as) nem contra nem a favor	81,25%
Total	100%

Tabela 45

<b>Questão dirigida aos rapazes: Os seus pais</b>	
Estimulam todos os filhos (as) a serem agricultores	14,28%
Estimulam só um filho(a) a ser agricultor	
Desestimulam seus filhos a serem agricultores	
Não influenciam os filhos (as) nem a favor nem contra	85,71%
Total	100%

Vale destacar que os pais dos jovens entrevistados, de acordo com as respostas dos jovens, não interferem na decisão dos(as) filhos(as) a permanecerem ou não no meio rural. 13 moças (81%) responderam que seus pais não influenciam nem contra nem a favor da sua permanência no meio rural. O mesmo se deu entre os rapazes; 12 deles (85%) responderam que não há influência dos pais nas suas decisões. Porém, nas entrevistas realizadas com os pais, em determinados momentos os pais e principalmente as mães manifestam claramente seu desejo de verem seus filhos(as) trabalhando na cidade, embora os(as) jovens digam que os pais não interferem nos seus projetos de vida futuros. Assim, é comum ouvir também nas entrevistas que os



pais não sabem qual será o destino dado à propriedade. Dizem que não sabem se vale a pena incentivar os(as) filhos(as) a continuarem trabalhando com atividades agrícolas.

Tabela 46

**Questão dirigida às moças: As decisões importantes (investimentos, compra de crédito, tomada de crédito) são tomadas:**

Pelo pai e mãe	37,5%
Pelo pai, mãe e filhos	12,5%
Pelo pai, mãe e filhas	6,25
Pelo pai, depois de conversar com toda a família	12,5%
Pelo conjunto da família	18,75%
Somente pelo pai	12,5%
Total	100%

Tabela 47

**Questão dirigida às moças: Você está de acordo com os últimos investimentos e/ou mudanças realizadas na propriedade?**

Não houve investimentos e mudanças	43,75%
Está de acordo com eles	31,25%
Concorda em parte	12,5%
Não concorda	
Não participou das decisões	12,5%
O mais jovem decidiu	
Total	100%

São poucas as jovens que se envolvem nas decisões tomadas para a melhoria ou investimentos na propriedade. A maioria das decisões (37% dos casos) é tomada pelo pai e mãe. As jovens também não costumam fazer novas propostas sobre a organização da propriedade ou sugestão de financiamento ou investimentos. Da mesma forma, não se costumam fazer novos investimentos na propriedade (43% dos casos). Mesmo assim, as(os) jovens relatam que os pais conversam entre eles (pai e mãe) para decidirem sobre algum investimento na propriedade. A autoridade paterna neste caso não é absoluta. A mãe tem algum poder de decisão. Isso se dá até pela característica específica da agricultura familiar deste meio rural, o trabalho agrícola é desenvolvido quase que exclusivamente pelo pai e pela mãe. Daí, as decisões, na maioria das vezes, são tomadas por ambos.

Tabela 48

<b>Questão dirigida aos rapazes: As decisões importantes (investimentos, compra de crédito, tomada de crédito) são tomadas:</b>	
Pelo pai e mãe	35,71%
Pai, mãe e filhos	28,57%
Pelo pai, mãe e filhas	
Pelo pai depois de conversar com toda a família	21,42%
Pelo conjunto da família	7,14%
Somente pelo pai	7,14%
Total	100%

Entre os rapazes encontramos a mesma situação: 35% das decisões são tomadas pelos pais e em 28% dos casos os filhos participam.

Tabela 49

<b>Questão dirigida aos rapazes: Diante de uma idéia nova que você faça em relação à propriedade, a reação do seu pai costuma ser:</b>	
Não aceita nem discutir	
Não teve critério definido	
Ainda não foi escolhido	
Você não costuma fazer propostas novas	50%
Discute em família e aceita algumas propostas	50%
Total	100%

Os jovens também não costumam fazer novas propostas (50%). Mesmo assim o pai aceita discutir em família alguma nova proposta (50%), o que indica que ocorre algum diálogo entre pai, mãe e filhos.

Tabela 50

<b>Questão dirigida às moças: Você já sugeriu algum financiamento para a propriedade?</b>	
Sim	
Não	100%
Total	100%

Tabela 51

<b>Questão dirigida aos rapazes: Você já sugeriu algum financiamento para a propriedade?</b>	
Sim	14,28%
Não	85,71%
Total	100%

Tabela 52

<b>Questão dirigida aos rapazes: Se já sugeriu, o pai aceitou?</b>	
O pai aceitou	50%
O pai não aceitou	50%
Total	100%

Aqui ocorre algum envolvimento dos rapazes com a propriedade agrícola na questão de investimentos futuros. As moças, porém, não se envolvem com estas questões.

Tabelas 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62

### **Possibilidade de aquisição de uma propriedade e aplicação de recursos**

Tabela 53

<b>Questão dirigida às moças: Caso você assuma esta propriedade ou alguma outra que venha adquirir</b>	
Continuaria explorando as mesmas atividades	14,28%
Ampliaria as atividades existentes, mas não tem condições de capital	19,04%
Mudaria as atividades melhorando a tecnologia e gerenciamento	4,76%
Mudaria as atividades melhorando a tecnologia, o gerenciamento mas não tem oportunidade de capital, de mercado e de conhecimento	4,76%
Compraria mais terra.	
Não será agricultora	28,57%
Tentaria atividades voltadas ao turismo rural	28,57%
Total	100%

Sabemos que a maioria das moças não pretende ser agricultora, mas se adquirissem uma propriedade gostariam de tentar atividades voltadas ao turismo rural como uma alternativa de atividade não agrícola. Se fosse para desenvolver atividade agrícola seria necessário capital. Porém, se elas tivessem capital investiriam nos estudos ou em atividades não agrícolas.

Tabela 54

<b>Questão dirigida às moças: Se você tivesse recursos, onde aplicaria primeiro?</b>	
Na agricultura (construção de instalações, máquinas, equipamentos, animais)	6,25%
Bens urbanos (lotes, casas)	12,50%
Compra de terra	6,25%
Poupança	6,25%
Uso pessoal (carro, moto, roupas)	6,25%
Estudo	37,50%
Outra atividade na propriedade	
Outra atividade fora da agricultura	12,50%
Atividades voltadas ao turismo rural	12,50%
Total	100%

Tabela 55

<b>Questão dirigida às moças: Você teria interesse em fazer um empréstimo e instalar-se como agricultora?</b>	
Sim	
Não	50%
Depende das condições	50%
Total	100%

Tabela 56

<b>Questão dirigida às moças: O que você sabe sobre o Banco da Terra?</b>	
Não conhece	37,5%
Já ouviu falar, mas desconhece os detalhes	50%
Conhece, mas não pretende utilizar o crédito	12,5%
Total	100%

Tabela 57

<b>Questão dirigida às moças: – O Banco da Terra é um programa para aquisição de um imóvel rural. Por exemplo: financiando um valor de R\$ 12.000,00, pagaria uma prestação equivalente a 120 sacas de milho por ano, durante 20 anos, com um período de carência de 3 anos. Nestas condições, você faria o empréstimo?</b>	
Tomaria o empréstimo	
Não tomaria o empréstimo	37,50%
Não tem condições de avaliar	62,5%
Conhece e pretende utilizar o crédito	
Total	100%

As moças desconhecem (37%) ou pouco ouviram (57%) falar sobre o Banco da Terra. Segundo o Secretário de Agricultura, o município não está cadastrado para a obtenção deste benefício porque ainda não foi lançado o plano para a região de Camboriú. De qualquer forma, as(os) jovens não tiveram condições de acesso a estas

informações. Se 37% delas não tomariam o empréstimo, as outras pelo menos não desconsideraram a possibilidade de utilizar, contudo, não podem avaliá-la no momento.

Tabela 58

**Questão dirigida aos rapazes: Caso você assuma esta propriedade ou alguma outra que venha adquirir**

Continuaria explorando as mesmas atividades	
Ampliaria as atividades existentes, mas não tem condições de capital e conhecimento	16,66%
Mudaria as atividades, melhorando a tecnologia e gerenciamento	27,77%
Mudaria as atividades, melhorando a tecnologia e gerenciamento, mas não tem oportunidade de capital, de mercado e de conhecimento, dentre outras	22,22%
Compraria mais terra	5,55%
Não será agricultor	16,66%
Tentaria atividades voltadas ao turismo rural	5,55%
Outros	5,55%
Total	100%

Os rapazes tentariam mudanças de atividades melhorando tecnologia e gerenciamento (27%). 22% só admitiriam esta possibilidade se tivessem oportunidade de capital, um mercado propício e conhecimentos adequados.

Tabela 59

**Questão dirigida aos rapazes: Se você tivesse recursos, onde aplicaria primeiro?**

Na agricultura (construção de instalações, máquinas equipamentos reprodutores/animais)	7,14%
Bens urbanos (lotes, casas, etc.)	42,85%
Comprar Terra	14,28%
Poupança	7,14%
Uso pessoal (carro, motos, outros)	7,14%
Estudo	14,28%
Outra atividade na propriedade	7,14%
Outra atividade fora da agricultura	
Total	100%

Entretanto aqui houve uma contradição, pois 42% deles responderam que se tivessem recursos (capital) aplicariam em bens urbanos como lotes e casas. Apenas um (7%) respondeu que aplicaria na agricultura e dois responderam que aplicariam nos estudos (14%).

Tabela 60

**Questão dirigida aos rapazes: Você teria interesse em fazer um empréstimo e instalar-se como agricultor?**

Sim	7,14%
Não	50%
Depende das condições	42,85%
Total	100%

Tabela 61

**Questão dirigida aos rapazes: O que você sabe sobre o Banco da Terra?**

Não conhece	64,28%
Já ouviu falar, mas desconhece os detalhes	21,42%
Conhece, mas não pretende utilizar o crédito	14,28%
Conhece e pretende utilizar o crédito	
Total	100%

Tabela 62

**Questão dirigida aos rapazes: – O Banco da Terra é um programa para aquisição de um imóvel rural. Por exemplo: financiando um valor de R\$ 12.000,00, pagaria uma prestação equivalente a 120 sacas de milho por ano, durante 20 anos, com um período de carência de 3 anos. Nestas condições, você faria o empréstimo?**

Tomaria o empréstimo	35,71%
Não tomaria o empréstimo	42,85%
Não tem condições de avaliar	21,42%
Total	100%

Os rapazes (64%) mais do que as moças desconhecem o Banco da Terra. Contudo, 35% deles gostariam de tomar o empréstimo. Isto significa que consideram a possibilidade de se envolverem com atividades agrícolas. 42% não tomariam o empréstimo e os demais não têm condições de avaliar.

#### 4.5 - O âmbito das relações sociais

Não é prática comum dos órgãos públicos municipais de Camboriú envolverem seus jovens em atividades sociais ou políticas. Assim, os jovens e as jovens desse meio rural mantêm poucas relações com os agentes externos à propriedade. 47% das moças responderam não ter participado de nenhum curso ultimamente. 23% se envolveram com alguma atividade realizada pela EPAGRI.

Tabelas 63, 64, 65, 66, 67, 68

**Os jovens e suas relações com agentes externos à propriedade**

Tabela 63

<b>Questão dirigida às moças: Cite até 3 cursos que você freqüentou e achou interessante?</b>	
Cursos/palestras de Cooperativismo	
Cursos de Sindicalismo	11,76%
Eventos técnicos de curta duração	
Cursos de profissionalização da EPAGRI	23,52%
Colégio/ginásio agrícola	
Casa Familiar Rural	
Outros	17,64%
Nenhum	47,05%
Total	100%

Tabela 64

<b>Questão dirigida aos rapazes: Cite até 3 cursos que você freqüentou e achou interessante?</b>	
Cursos/palestras de cooperativismo	10%
Cursos de sindicalismo	
Eventos técnicos de curta duração	40%
Cursos de profissionalização da EPAGRI	20%
Colégio/ginásio agrícola	30%
Casa familiar rural	
Outros	
Nenhum	
Total	100%

Entre os rapazes a situação não é diferente. 30% deles freqüentam o colégio agrícola regularmente, pois é onde eles estudam. Na própria escola eles também têm oportunidade de participar de eventos técnicos de curta duração. Apenas 20% dos jovens têm participado dos cursos oferecidos pela EPAGRI. De acordo com os agentes da EPAGRI, esse órgão ainda não conseguiu desenvolver no município, alguma atividade que envolvesse a juventude rural. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Crispiniano)<sup>1</sup> é mínima a participação dos jovens nas reuniões. Os pais dos jovens têm uma participação mais efetiva. Uns poucos jovens participam dos cursos extracurriculares oferecidos pelo Colégio Agrícola de Camboriú.

<sup>1</sup> Entrevista concedida em 29/05/2000

As Igrejas conseguem reunir alguns jovens em suas atividades. Existe no município uma grande diversidade de Igrejas: católicas, evangélicas, protestantes, batistas, entre outras. Em cada comunidade existe uma Igreja, exceto naquelas mais distantes.

Tabela 65

<b>Questão dirigida às moças: Quais as atividades de lazer e cultural que você participa em sua comunidade?</b>	
Futebol e outros esportes coletivos	10%
Grupo de dança	
Bocha/bolão	
Coral	
Excursões	5%
Bailes	15%
Festas	40%
Grupos de estudos	5%
Outros	25%
Total	100%

Tabela 66

<b>Questão dirigida às moças: Quais as atividades de lazer e cultural que você gostaria que houvesse em sua comunidade?</b>	
Futebol e outros esportes coletivos	3,44%
Grupo de dança	
Bocha/bolão	
Coral	3,44%
Excursões	20,68%
Bailes	
Festas	3,44%
Grupos de estudos	20,68%
Biblioteca	24,13%
Shows musicais	20,68%
Outros	3,44%
Total	100%



Tabela 67

<b>Questão dirigida aos rapazes: Quais as atividades de lazer e cultural que você participa em sua comunidade?</b>	
Futebol e outros esportes coletivos	54,54%
Grupo de danças	
Bocha/bolão	4,54%
Coral	
Excursões	4,54%
Bailes	
Festas	36,36%
Grupos de estudos	
Outros	
Total	100%

Tabela 68

<b>Questão dirigida aos rapazes: Quais as atividades de lazer e cultural que você gostaria que houvesse em sua comunidade?</b>	
Futebol e outros esportes coletivos	15,78%
Grupo de danças	10,52%
Bocha/bolão	
Coral	
Excursões	15,78%
Bailes	10,52%
Festas	5,16%
Grupos de estudos	
Biblioteca	21,05%
Shows musicais	21,05%
Outros	
Total	100%

Da mesma forma, o município de Camboriú não oferece aos seus jovens tanto rurais como urbanos infraestrutura para a realização de atividades de lazer, esportivas. As atividades de lazer que os jovens do meio rural costumam se dedicar é a prática de esportes coletivos, ou seja, futebol de campo (54%), que é uma atividade exclusivamente masculina. As moças costumam participar, esporadicamente, das festas realizadas pelas igrejas, principalmente. Os empreendimentos que exploram o turismo rural propiciam atividades de lazer aos seus freqüentadores. Contudo, de acordo com os próprios jovens e os donos de empreendimentos<sup>1</sup>, os moradores das comunidades locais, assim como os jovens, não costumam freqüentar esses locais. Os

<sup>1</sup> Acompanhamos algumas entrevistas de outra mestranda que está realizando uma pesquisa sobre turismo rural em Camboriú.

jovens e as jovens relataram que sentem falta de atividades de lazer e culturais voltadas para essa faixa etária. Dentre as atividades que eles(as) mais gostariam que houvesse em suas comunidades estão: bibliotecas locais, shows musicais, programação de excursões, além de atividades esportivas de maneira geral. Percebemos que as atividades sociais dos jovens resumem-se em festas esporádicas promovidas pelas igrejas, eventos esportivos ou recreativos oferecidos pelos colégios locais. O município possui apenas um Clube Recreativo, porém são raros os eventos promovidos por este. Constatamos a carência de atividades recreativas, culturais e de lazer neste município. Isto pode acarretar pela busca destas atividades em outros locais, contribuindo ainda mais para que os jovens percam o apego e o envolvimento com o seu local de moradia e trabalho.

As poucas relações sociais que existem são desagregadas. Mesmo que haja interesse da agente técnica da EPAGRI em reunir as agricultoras, o tema das reuniões se baseia nos interesses imediatos das mães agricultoras. A falta de experiência das pessoas envolvidas nestes planejamentos que trabalham nas instituições públicas municipais não permite que se programem temas e discussões de interesse desta faixa etária e portanto, fica mais fácil atribuir a culpa aos próprios jovens, alegando desinteresse da parte deles.

#### **4.6 - O viés de gênero**

Pesquisas europeias têm demonstrado um processo de masculinização no meio rural. No Brasil esse tema já vem despertando interesse nos pesquisadores. Contudo, esta migração seletiva não é um fenômeno recente no meio rural brasileiro. Há sim uma ausência de estudos a respeito do tema e sobretudo "a magnitude que ela parece estar assumindo nas áreas de predomínio da agricultura familiar no Brasil" (Abramovay, et al. 1998, p.73). Garcia (2000) reconhece também a inexistência de um perfil sociodemográfico atualizado e compreensivo da diversidade de mulheres que vivem no âmbito rural da América Latina.

Um documento elaborado para o IICA<sup>2</sup>, procedente de fontes de

---

<sup>2</sup> [www.iicap@ns.iica.org.pa](mailto:www.iicap@ns.iica.org.pa)

organismos de cooperação e estudos realizados por várias entidades, traz dados estatísticos de que a América Latina e Caribe possuem 150 milhões de pessoas nas zonas rurais e metade delas são mulheres. Informam também que a população jovem vem diminuindo nos últimos 40 anos. 19% do total da população rural feminina da América Latina e do Caribe têm de 15 a 24 anos.

Na pesquisa realizada em Saudades entrevistaram-se 31 rapazes e 16 moças. Nesse município, houve o predomínio masculino nas entrevistas. Na pesquisa de Camboriú, as moças apareceram em maior número se comparado ao universo do município do oeste. Como foi relatado, a maioria dessas moças não desenvolve atividades agrícolas. Esse viés de gênero, ou seja, o predomínio do êxodo rural feminino não está ocorrendo em Camboriú em proporções díspares como constatadas em outras regiões rurais do Brasil. O resultado da pesquisa não demonstrou que neste meio rural exista, no momento, a predominância do êxodo rural feminino. A organização do trabalho no interior das propriedades rurais deste município, as atividades não agrícolas ali realizadas que podem requisitar o trabalho das moças que não trabalham fora ou são apenas estudantes, assim como a possibilidades de se manter no meio rural como um local de moradia, sem contudo, envolver-se com o trabalho na lavoura, podem ser considerados fatores que minimizam esta tendência à masculinização do meio rural. Estas moças percebem que não existe a necessidade premente de se evadir deste meio, já que elas se encontram próximas dos centros urbanos que lhes permitem acesso à educação, além de terem a opção de continuarem residindo num local considerado agradável e saudável pela maioria delas e terem a opção de trabalhar tanto com a atividade agrícola como não agrícola.

A localização do município de Saudades, com seu espaço rural mais distante de centros urbano – o que significa se deslocar em torno de 45km para chegar ao maior centro urbano do oeste catarinense –, as poucas opções de acesso à educação, lazer, diversão ou ainda, as poucas opções de trabalho fora da agricultura ou escassas possibilidades de produção de atividades não agrícolas na propriedade, podem ser considerados motivos que levaram a se encontrar menos moças no meio rural de Saudades em relação aos seus pares, comparando-se com o município de Camboriú. Ao mesmo tempo, podemos considerar que o fato de Saudades estar mais afastada dos

centros urbanos e, por conseguinte, possuir uma comunidade rural mais isolada, as pessoas desse meio conservam ainda certas tradições - os pais das jovens principalmente - no que diz respeito ao futuro das filhas. Ou seja, podem acabar interferindo em questões como casamento, herança, ou trabalho na ou fora da propriedade. Para Abramovay (1998, p.75) “o funcionamento atual da agricultura familiar é assim um dos principais fatores de expulsão das mulheres do campo”. É bem provável que, se o ficar no rural de Saudades significa desenvolver atividades agrícolas, além das atividades domésticas, sem poder usufruir dos mesmos direitos oferecidos aos rapazes em relação ao acesso a terra ou receber remuneração de uma parcela do lucro da produção, faz com que as moças optem pela saída deste espaço.

As características específicas do meio rural de Camboriú, onde se cultivava quase que exclusivamente arroz e a proximidade com centros urbanos, acabam por transformar as tradições dos processos sucessórios, tanto em relação à possibilidade de os rapazes assumirem a propriedade como as moças. Percebemos que as moças do meio rural camboriuense possuem relativa independência quanto aos seus planos futuros: casamento, escolha profissional, entre outros. Assim, para os pais parece já estar definido, implicitamente, que o filho ou a filha que se interessar pela propriedade quando esses forem incapazes de administrá-la na velhice ou no falecimento de ambos, deverá então assumi-la, ou em último caso a propriedade será vendida.

Entendemos que o processo de masculinização do meio rural pode estar acontecendo em muitas regiões rurais do país e, desta forma, se faz necessária a elaboração de políticas públicas eficazes para se evitar o que aconteceu na França e demais países europeus, o “celibat paysan” ( Bourdieu, 1979, apud Camarano e Abramovay, 1999) . Se se pretende dar continuidade à reprodução da agricultura familiar no Brasil através de sua juventude que ainda hoje permanece no meio rural é importante que a sociedade se preocupe com a formação das novas gerações de agricultores(as), através de pesquisas locais e regionais que investiguem as características dos espaços e pessoas rurais de cada localidade, pois num mesmo estado, como no caso de Santa Catarina, existem vários meios rurais e as pessoas – principalmente os(as) jovens – que neles se inserem podem percebê-lo como um local de realização profissional e pessoal e optarem por aí permanecerem, reproduzindo ou

não a tradição da agricultura ou criando novos espaços e formas de trabalho que satisfaçam seus projetos de vida futuros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa teve como objetivo analisar as perspectivas dos jovens do meio rural de Camboriú. Desta forma, procuramos investigar os jovens para saber de que maneira o meio rural deste município pode (ou não) atender aos seus anseios no que se refere aos seus projetos de vida futura. Consideramos importante conhecer este meio rural, sua história, os potenciais que ele apresenta, as pessoas que se relacionam com os jovens e os pais dos jovens, assim como a dinâmica das relações familiares e do trabalho nas unidades de produção familiar deste meio, para, a partir de então, ir a campo e buscar as informações relevantes para o trabalho de pesquisa.

Entre as perguntas principais que orientaram nossa pesquisa destacamos as seguintes: Como os jovens estão encarando as transformações do seu meio rural e de que forma elas são percebidas por eles(as)? Quais as expectativas dos jovens em relação ao seu futuro como agricultor(a)? O meio rural em que ele(a) vive pode ser atrativo e atender as suas expectativas? Os seus projetos de vida vão ao encontro das reais alternativas que este “novo mundo rural” lhes oferece? De que forma esses(as) jovens poderão conciliar seus projetos de vida àquilo que seus pais consideram importante para eles(as) no que diz respeito ao seu futuro como agricultores(as) de produção familiar?

Para apresentar a especificidade de nossas observações consideramos valioso comparar alguns aspectos da pesquisa que realizamos com a que foi desenvolvida no município de Saudades (Abramovay, et al, 1998).

### 1.1 - Camboriú e Saudades.

É importante esclarecer que tanto a pesquisa de Camboriú quanto a de Saudades investigaram um pequeno universo<sup>1</sup> desta faixa etária demográfica. No referente a nossa pesquisa os dados analisados não pretendem esgotar toda a problemática da juventude

---

<sup>1</sup> Em Camboriú entrevistamos jovens de 15 a 24 anos. Em Saudades foram entrevistados jovens de 13 a 33 anos.

rural. Poderão apenas contribuir para orientar os currículos escolares e também oferecer informações e análises que podem ser importantes para o planejamento do próprio município de Camboriú. Consideramos essencial também que se realizem pesquisas locais e regionais para que sejam reconhecidas as especificidades e as potencialidades de cada meio rural e, a partir de então, se elaborem projetos adequados às necessidades deste meio e das pessoas aí inseridas.

Sabe-se que no Brasil as regras que definem se um meio é rural ou urbano são estabelecidas administrativamente por legislações municipais. Isto já se torna um problema, uma vez que pequenos aglomerados com todas as características de meio rural e com escassez de infra-estrutura são considerados urbanos. Desta forma, de acordo com resultados do último censo demográfico, vivemos num país onde 81% das pessoas vivem nas “cidades”. A redefinição do conceito de meio rural já é tema que está na pauta de muitos congressos e fóruns envolvendo países latino-americanos. Consideramos que esta redefinição é relevante para se evitar generalizações e derrubar preconceitos que envolvem o tema ruralidade. Se por um lado, num universo tão pequeno onde foi realizada a pesquisa já pudemos constatar as várias conotações que este conceito assume entre os jovens, por outro, é a partir destas percepções que as pessoas possuem do meio em que vivem é que se deve elaborar um discurso que as representem e as expressem e converter esse mesmo discurso em políticas de participação e integração social.

Para os jovens de Camboriú, o meio rural pode significar um espaço onde a paisagem e suas belezas naturais assumem uma importância crucial se eles(as) estiverem interessados em investir em projetos que explorem o turismo ecológico rural da região. Ao mesmo tempo, ele pode ser concebido de forma tradicional, se esse meio representa um local onde ele(a) poderá desenvolver atividades agropecuárias apenas. E há de se considerar ainda aqueles que não lhe atribuem importância significativa - ou seja, não gostam deste local e deixam clara sua preferência pelo meio urbano - e os que o consideram um local agradável somente para se residir. Ruralidade então, pode estar relacionada com localidade, com as percepções das pessoas deste território, ou ainda, com

aquilo que este espaço tem para oferecer às pessoas que aí estão inseridas. Contudo, mais importante do que as definições são as relações sociais dos atores envolvidos nestas múltiplas formas de interação com seu meio e com a sociedade global.

Uma outra consideração a ser colocada diz respeito ao êxodo rural. Enquanto o meio rural de Saudades perdeu sua população desde o último censo, o meio rural de Camboriú obteve um crescimento na sua população. Obviamente, isso não significa que há mais pessoas trabalhando com atividades agrícolas neste meio. Podemos entender esse crescimento pelo fato de o meio rural de Camboriú estar situado muito próximo de centros urbanos, atraindo pessoas que podem estar à procura de um local para residir apenas, ou de novas oportunidades de trabalho que podem estar sendo geradas neste local.

Constatamos também através dos censos demográficos que a população masculina de Camboriú é superior à população feminina. A diferença entre a população masculina e feminina de Camboriú fica em 0,5%. Em Saudades, a população masculina é igualmente superior à feminina, porém com um percentual mais elevado de diferença entre os sexos: 5,5%.

Tabela 69

**População de Camboriú em 01.08.2000**

População total	Urbana	Rural	Masculina	Feminina
41351	39356	1995	20729	20622

IBGE: Censo demográfico 2000.

Tabela 70

**População de Saudades em 01.08.2000**

População total	Urbana	Rural	Masculina	Feminina
8270	2896	5374	4254	4016

IBGE: Censo demográfico 2000.



Embora esses dados se refiram à população total do município, há uma coincidência no fato de que na pesquisa de Camboriú não se constatou o predomínio da população masculina no seu meio rural, enquanto em Saudades constatou-se esse predomínio. Esta é uma especificidade que deve ser considerada na elaboração de projetos municipais, regionais ou nacionais que visem investigar o êxodo rural: por que em algumas regiões há o predomínio do êxodo feminino?

Em relação à agricultura familiar praticada nos dois municípios, percebemos, pelos resultados da pesquisa e as características do meio rural de Saudades, que neste município a agricultura familiar é mais representativa em relação ao meio rural de Camboriú. Em Saudades são praticadas atividades agropecuárias consideradas tradicionais e com diversificação de culturas: milho, feijão, fumo, bovinos, suínos, aves. Existem mais comunidades rurais (27) e a população rural é muito superior à de Camboriú. No meio rural de Camboriú há o predomínio da rizicultura e este rural já possui características de um “novo rural” em função das atividades turísticas que estão surgindo e ao grande número de chácaras para moradores de final de semana. Além disso, a atividade agrícola é significativa quando vista da perspectiva dos pais dos jovens. Afinal, a agricultura familiar neste município é representada pelos pais, conforme constatamos nas entrevistas e apenas 6 jovens<sup>2</sup> trabalham efetivamente na agricultura.

## **1.2 - Os espaços da juventude rural.**

Se considerarmos o espaço rural exclusivamente agrícola, percebemos que as oportunidades de realização de projetos pessoais - principalmente de realização profissional como agricultor(a) - são restritas no meio rural de Camboriú. As condições topográficas, a qualidade e/ou a quantidade de terra também são fatores que interferem nas opções dos jovens (40% dos entrevistados - rapazes e moças - responderam que a terra é insuficiente). No relato dos próprios pais, esses já alegavam que a insuficiência de

---

<sup>2</sup> Cabe aqui registrar que uma das moças entrevistadas, a que possuía um nível educacional mais baixo e ajudava o pai no trabalho da lavoura, já deixou o meio rural. Segundo o pai da moça, ela foi para Balneário Camboriú trabalhar como doméstica numa residência familiar. Lembramos que esta moça residia na comunidade mais afastada deste meio rural e vivia em condições precárias.

terra – muitos ainda teriam que dividi-las com os irmãos – é uma das razões que dificulta para que os jovens obtenham sucesso com a atividade agrícola, além de outras reconhecidas por eles no questionário.

Como o meio rural de Camboriú vem gradativamente perdendo este caráter de espaço exclusivamente agrícola, surgem também oportunidades de diversificação de atividades que já estão sendo observadas pelos jovens, principalmente pelas jovens que responderam nas entrevistas que se tivessem a oportunidade de adquirir uma propriedade e se instalar no meio rural, investiriam em atividades voltadas ao turismo rural. Nas incursões feitas pelo meio rural de Camboriú, nas visitas aos empreendimentos turísticos, encontramos dois jovens residentes no meio rural que trabalhavam num destes empreendimentos: um fixo e outro nos finais de semana. Embora eles não tenham sido sujeitos de nossa pesquisa, há que se considerar que podem haver situações que não foram contempladas aqui. Além desta situação, observamos que alguns jovens estão procurando investir nas atividades de floricultura. Portanto, se houvesse um estímulo à pluriatividade<sup>3</sup> por parte das instituições municipais de Camboriú, provavelmente, não haveria rejeição entre os jovens. Por outro lado, é preciso envolvê-los na elaboração de projetos que ofereçam a eles (elas) alternativas tanto para prática de uma atividade agrícola como não agrícola.

Já para aqueles, embora poucos (16% do total dos entrevistados), que manifestaram desejo em continuar a atividade agrícola, haveria a necessidade de estimulá-los para o reconhecimento da importância de seu papel como cidadão e ator social dentro de uma profissão que está perdendo espaço no meio rural. Para isso, este(a) precisa ser considerado um protagonista de programas e projetos relacionados ao meio rural e não ser

---

<sup>3</sup> Pesquisas têm procurado demonstrar (Mattei, 2000) que a pluriatividade no Estado de Santa Catarina pode ser uma alternativa viável para se evitar o êxodo rural. Contudo, mais um de nossos jovens entrevistados já saiu do meio rural e sua família estava entre aquelas em que a renda da propriedade também era oriunda de uma atividade não agrícola realizada pela mãe (venda de produtos manufaturados na feirinha rural). Não sabemos quais os motivos que os levaram a abandonar o meio rural. O que queremos considerar aqui é que nem sempre a pluriatividade resolve o problema da baixa renda da atividade agrícola.

apenas utilizado como mão-de-obra barata para determinados projetos e campanhas locais, regionais ou nacionais.

As relações familiares percebidas por nós, são aparentemente, tranquilas. Como já foi observado e dito anteriormente, os pais dos jovens não exercem muita influência nas decisões dos filhos em relação aos seus projetos de vida. Algumas mães entrevistadas, tanto dos rapazes como das moças, manifestaram-se favoráveis à vontade de seus(as) filhos(as) a buscarem outras alternativas no meio urbano. De acordo com uma mãe entrevistada: “o que prende ele aqui é a falta de emprego na cidade”( Claudete, agricultora)<sup>4</sup>. Contudo, esta falta de alternativa de trabalho em outros meios poderá contribuir para a permanência dos jovens no meio rural, pois, conforme suas respostas nas entrevistas, 35% deles permanecem no meio rural porque têm medo de ficarem desempregados se forem para a cidade. Isso reforça a necessidade de se identificar o potencial produtivo deste meio rural e oferecer ao jovem oportunidades concretas de alternativas de trabalho que ele pode desenvolver neste meio.

Os(as) jovens do meio rural de Camboriú (uns mais do que outros) elaboram um pensamento estratégico em relação à busca de alternativas para os problemas que dizem respeito as suas vidas em família, relações de matrimônio, opções acadêmicas e de trabalho. Já ficou claro para muitos deles que, mesmo que ninguém assuma a propriedade agrícola familiar após o falecimento dos pais, poderão escolher entre permanecer com a propriedade, vendê-la ou transformá-la em sítio de lazer. Da mesma forma, a maioria dos jovens também já definiu projetos que contemplem sua educação formal. O fato de residirem no meio rural não foi obstáculo para que estes, estas principalmente, buscassem investimento na sua formação educacional e por outro lado, não foi a sua formação acadêmica que contribuiu ou poderá contribuir para que eles(as) abandonem este meio.

As opções de trabalho aparecem como algo ainda indefinido em seus projetos de vida. A crise no setor de empregos reforça ainda mais esta insegurança

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida em 08/07/2000.

experimentada não só pelos jovens do meio rural, mas também pelos jovens do meio urbano. Por isso, percebemos contradições nas respostas de muitos jovens no que diz respeito ao trabalho como agricultor e a possibilidade de permanecer no meio rural. Em algumas situações, manifestavam claramente seu desagrado pelas atividades agrícolas. Contudo, quando lhes perguntamos numa questão dissertativa se eles(as) permaneceriam no meio rural se herdassem terra e capital, 57% dos rapazes e 50% das moças responderam que sim e expuseram uma gama de motivos. Os mais citados foram: se possuísem capital e terra, poderiam investir em melhorias na propriedade, comprar mais terras e diversificar as atividades para obterem mais lucro. Nos pareceu que a garantia de um trabalho rentável e a segurança de possuir uma propriedade, podem ser fatores que influenciariam na decisão dos jovens permanecerem no meio rural.

Porém, estas opções não podem estar baseadas em suposições do tipo: o que você faria se...A partir da identificação de suas necessidades de projetos autônomos, vontades e percepções em relação aos processos de transformação do seu meio é que deverão ser traçadas políticas públicas que contemplem projetos a médio e longo prazo, a satisfação das expectativas dos jovens rurais. Contudo, planejamentos para a elaboração de programas e projetos devem contar com a participação grupal e comunitária.

Entre os diversos atores comprometidos com o desenvolvimento da juventude rural existe um consenso acerca da ausência de políticas para este importante grupo populacional, assim como a incidência negativa que isso tem no desenvolvimento e bem estar juvenil. Essa omissão se constitui um fator de risco para a sociedade e a juventude. Entendemos que uma das formas de se contribuir para minimizar esta omissão é o envolvimento e o comprometimento das instituições que planejam e executam ações orientadas para a juventude rural. Em Camboriú estas instituições são representadas pela EPAGRI, Secretaria de Educação, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Planejamento, Associação Camboriuense de Turismo Ecológico Rural, Colégio Agrícola de Camboriú entre outros. Estes atores são chaves para a construção de políticas e programas que reconheçam a heterogeneidade do sujeito, sua capacidade de ser o agente de seus projetos.

Para isso, deve-se reconhecer e priorizar idades, culturas e regiões, superando o enfoque desenvolvimentista das análises do rural, a discriminação de gênero e a generalização de visões restritas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H.W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.º 5 mai./jun./jul./ag., n.º 6 set./out./nov./dez. p. 25-36, 1997.

ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial**. 1998 (Mimeo).

\_\_\_\_\_. et al. **Juventude e Agricultura familiar: novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998. 101p.

\_\_\_\_\_. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Anais IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Política, 1999.

\_\_\_\_\_. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2000, 37p. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000td0702pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000td0702pdf). Acesso em maio de 2000.

ALENTEJANO, P.R.R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J.C.(org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p.76-88.

ARAYA, C.S. **Juventude y desarrollo rural en América Latina e el Caribe**. In Fórum eletrônico: Jovens e as novas ruralidades. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Disponível em [http://www.iica.uy/foro\\_eletronico.htm](http://www.iica.uy/foro_eletronico.htm). Acesso em 21/12/2000.

BITTENCOURT, G. A., SABATTO, A.S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. 2000.

BONE, R., CHEERS, B., HILL, RICHARD. **Paradise lost: young people's experience of rural life in the Whitsunday Shire**. Austrália. Wagga: Rural Society, 1993. Disponível em <http://www.crse.csu.edu.au>. Acesso em junho/2000.

CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural: envelhecimento e masculinização no Brasil**. Disponível em [www.ipea.gov.br/pub/td/autor005.html](http://www.ipea.gov.br/pub/td/autor005.html). Acesso em 03/2000.

CARMO, M.S. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A.D.D., BRANDENBURG, A. (org). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: UPFR, 1998, p. 215-238

CARNEIRO, M.J. **Pluriatividade no campo francês: o caso francês.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 332, ano11, out.,1996.

\_\_\_\_\_. **Ruralidade: novas identidades em construção.** Anais XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, p. 147-185, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar.** In: CARNEIRO, M.J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade.** Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1998, p. 148-170.

\_\_\_\_\_. **Memória, esquecimento e etnicidade na transmissão do patrimônio familiar.** Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 1998.

\_\_\_\_\_. **O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais.** Disponível em [www.cco.unicamp.br/projetos/rurbano/html](http://www.cco.unicamp.br/projetos/rurbano/html). Acesso em junho 15/06/2000.

CASTRO, A.C. Ciência e tecnologia para a agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. In **Cadernos de Difusão de Tecnologia.** Brasília, 1(3) p.309-344, set./dez., 1984.

CERRI, C. Agricultura familiar: algo mais que adeus. **Revista Globo Rural.** São Paulo. N.º 177, p.53-64, 2000.

DUPUY, R., MAYER, F., MORISSETE, R. **Rural youth: stayers, leavers and return migrants.** Canadian Rural Partnership. Disponível em [www.rural.gc.ca/researchreports/ruralyouth/ruralyouth.e.html](http://www.rural.gc.ca/researchreports/ruralyouth/ruralyouth.e.html).

DURSTON, J. Estratégias de vida de los jóvenes rurales en América Latina. In CEPAL **Juventude Rural, Modernidad y Democracia en América Latina.** Santiago de Chile, 1996, p.55-80.

\_\_\_\_\_. **Juventude Rural no Brasil e no México.** Disponível em: [hppt://cepal.org/espanhol/des//cr1819/cap1/html](http://cepal.org/espanhol/des//cr1819/cap1/html).

FALABELLA, G. Juventude Temporera: relações sociais no campo chileno depois do dilúvio. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo, n.º 5 mai./jun./jul./ag., n.º 6 set./out./nov./dez. p. 126-133, 1997.

GARCIA, A I. Q. **Enfoque de genero em projetos de juventud rural.** In Fórum eletrônico: Jovens e as novas ruralidades. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Disponível em [http://www.iica.uy/foro\\_eletronico.htm](http://www.iica.uy/foro_eletronico.htm). Acesso em 21/12/2000.

GIDDENS, A. **A Constituição da sociedade.** São Paulo: Edição Martins Fontes, 1984, p.1-31, p.229-297.

\_\_\_\_\_. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1993. 177p.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Editora Atlas, 1995.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas: UNICAMP, 1999, p 1-33.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

GUIVANT, J.S. **O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação.** Um estudo de Sociologia Ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz, SC. (Tese de doutorado). São Paulo: UNICAMP, 1992

\_\_\_\_\_. **Assentamentos rurais e sua relação com o desenvolvimento de cidades sustentáveis.** Paper realizado para convênio PNUD/Ministério de Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, para a elaboração da Agenda 21 Brasileira (tema: Cidades Sustentáveis), 1999.

HERNANDEZ, J.M. **Las plataformas juveniles y la juventude rural in América Latina.** In Fórum eletrônico: Jovens e as novas ruralidades. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Disponível em [http://www.iica.uy/foro\\_eletronico.htm](http://www.iica.uy/foro_eletronico.htm). Acesso em 21/12/2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -. Censo agropecuário de 1960: Santa Catarina, Brasil.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário de 1970: Santa Catarina, Brasil.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário de 1980: Santa Catarina, Brasil.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário de 1985: Santa Catarina, Brasil.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário de 1995: Santa Catarina, Brasil.

\_\_\_\_\_. Contagem populacional 1996: Santa Catarina, Brasil. Internet: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos de 2000. Disponível em [www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/contagem/default.shm](http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/populacao/contagem/default.shm).

Instituto Cepa/SC. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. Florianópolis: 1995, 1997, 1998.



JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Caderno de Sociologia**. Porto Alegre, v.6, p.51-75, 1994.

KAGEYAMA, A. **Pluriatividade e Ruralidade**: alguns aspectos metodológicos. Anais XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1998

KRAUSKOPF, D. **La inclusion de la juventude rural en políticas y estrategias**. In Fórum eletrônico: Jovens e as novas ruralidades. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Disponível em [http://www.iica.uy/foro\\_eletronico.htm](http://www.iica.uy/foro_eletronico.htm). Acesso em 21/12/2000.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas:UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. **A agricultura familiar**. Do mito à realidade. Campinas: UNICAMP, 1998.

LEVI, G., SCHMIT, J.C. **História dos Jovens**. Da antiguidade à era moderna. São Paulo: Companhia da Letras, 1996. 372p.

MARTINE, G. et al. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

\_\_\_\_\_. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** In **Questão Agrária, Hoje**. Revista de Cultura e Política. Rio de Janeiro: Lua Nova nº 23, 7-35, 1991.

MATTEI, L. **Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina**. Campinas: UNICAMP. (Tese de Doutorado) Instituto de Economia da Universidade de Campinas, 1999.

MICHELENA, A. **Desafiando a la crisis**. In Fórum eletrônico: Jovens e as novas ruralidades. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Disponível em [http://www.iica.uy/foro\\_eletronico.htm](http://www.iica.uy/foro_eletronico.htm). Acesso em 21/12/2000.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978, p.15-71.

MURDOCH, J.; PRATT, A.C. **Rural studies: modernism, postmodernism and the "post-rural"**. Londres: Journal of Rural Studies, 1993. vol. 9, nº 4, p.411-427.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. In **Reforma Agrária**. V. 25, nº 2 e 3, mai./dez. 1995, p. 21-36.

PAPMA, F. **Contesting the household estate – Southern Brazilian peasants and modern agriculture**. Leiden, Holanda: Centre for Latin American Research and Documentation, 1992. 276p.

PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.º 5 mai./jun./jul./ag., n.º 6 set./out./nov./dez. p. 15-24, 1997.

PORTO, M. S. G., SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil. **Cadernos de Sociologia**: Porto Alegre, v.6, p76-88, 1994.

PRATT, A. C. Discourses od Rurality: loose talk or Social Struggle? **Journal of Rural Studies**. Vol12, n.º 1, p.69-78, 1996.

Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú. Secretaria de Turismo. Balneário Camboriú. Informações Gerais 2000.

SACHS, I. **Laços rural-urbanos: do oposto à sinergia** (mimeografado), 1997.

SALLES, F.º S.L. **A dinâmica da agricultura: perspectivas da biotecnologia**. Campinas: UNICAMP, 1993 (Tese de doutorado) p. 05-36, p. 37-70.

SCHULTZ, T. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar Editas, 1965, p.35-51, p.108-115

SEBRAE. **Plano de desenvolvimento municipal**. Camboriú, 1999.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: COPIARTE, 1985. 27p.

SOUZA, M. S. **Meio rural: quando a saída é a saída**. Florianópolis: UFSC, 1999. (Dissertação de Mestrado)

TEDESCO, J.C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: UPF, 1999.

VEIGA, J.E. Delimitando a agricultura familiar. In **Reforma Agrária**. V. 25, n.º 2 e 3, mai./dez. 1995, p. 128-141.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Rural. O Brasil precisa de um projeto**. Texto preparado para a CONTAG. (Mimeo), 1998.

VEJA. São Paulo: Editora Abril. Edição 1667, set. 2000.

WANDERLEY, M.N.B. Pequena produção: uma perspectiva comparativa. In VILLAS BOAS, G. e GONÇALVES, M. A. (org.). **O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p.134-151

\_\_\_\_\_ A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In **Reforma Agrária**. Vol. 25, nº 2 e 3, mai./dez., 1995.

\_\_\_\_\_ **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 1996.

\_\_\_\_\_ **O lugar do rurais: o meio rural no Brasil moderno**. Anais XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1997.

\_\_\_\_\_ **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Anais XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2000.

**ANEXO 01.****QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FILHOS.****NOME:****DATA DE NASCIMENTO:****GRAU DE INSTRUÇÃO:****ESTUDA? ( ) SIM ( ) NÃO****TRABALHA? ( ) SIM ( ) NÃO****ATIVIDADE AGRÍCOLA? ( ) SIM ( ) NÃO**

Que tipo de atividade se desenvolve na propriedade?

Desenvolve-se alguma atividade não agrícola?

## **QUESTIONÁRIO APLICADO AOS FILHOS<sup>1</sup>**

### **1- QUAL SEU FUTURO DESEJADO?**

Permanecer na agricultura como proprietário  
Permanecer na agricultura como arrendatário  
Permanecer na agricultura como operário rural  
Permanecer na agricultura com tempo parcial  
Trabalhar e morar na cidade  
Trabalhar na cidade e morar na propriedade  
Ficar no meio rural, mas trabalhar em atividades não agrícolas  
Outros

### **2- NA SITUAÇÃO ATUAL E COM SUA INSTRUÇÃO E TREINAMENTO ONDE É QUE VOCÊ ACHA QUE TEM AS MELHORES OPORTUNIDADES**

No meio rural na agricultura  
No meio rural com atividades agrícolas e não agrícolas  
Morando na cidade, mas com a renda principal de atividades agrícolas  
Na cidade, em atividades da cidade (comércio, serviços. etc)

### **3- QUE ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS VOCÊ MAIS GOSTARIA DE DESENVOLVER PERMANECENDO NO MEIO RURAL**

Agroindústria rural de pequeno porte  
Atividade turística  
Agroturismo  
Comerciante  
Artesanato  
Pedreiro  
Mecânico  
Carpinteiro  
Não quer permanecer no meio rural  
Não sabe  
Outros

### **4- O QUE VOCÊ PENSA SOBRE SEU FUTURO COMO AGRICULTOR**

Gosta de ser agricultor e é certo que será agricultor  
Gostaria de ter outra profissão, mas é certo que será agricultor  
Desejaria ser agricultor, mas vê dificuldades  
Não sabe se será agricultor (muito novo ou ainda não pensou nisso)  
Não deseja ser agricultor

### **5- EM QUE CONDIÇÕES VOCÊ FICARIA NO MEIO RURAL**

Na agricultura na situação atual do pai

---

<sup>1</sup> O questionário aplicado tanto para os rapazes quanto para as moças foi adaptado da pesquisa de Saudades, gentilmente cedido pelos pesquisadores da Epagri.

Só ficaria se houvesse crédito para a compra de terra  
 Só ficaria se houvesse crédito para a compra de equipamentos, instalações...  
 Ficaria se tivesse crédito fundiário e de instalação  
 Ficaria se pudesse desenvolver outras atividades não agrícolas  
 Fazendo outras atividades agrícolas que proporcione mais renda

**6- FORA DE UM PROGRAMA ADEQUADO PARA INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES COM CRÉDITO PARA COMPRA DE TERRA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS, VOCÊ ACHA Q HÁ CONDIÇÕES DE SE VIABILIZAR NA AGRICULTURA**

Não há condições de se viabilizar na agricultura  
 Através de mudança de atividades (lavouras ou criações e suas combinações)  
 Através de melhor gerenciamento e melhor tecnologia  
 Através de mudanças de atividades e melhor gerenciamento/tecnologia  
 Desenvolvendo atividades que agregue maior valor aos produtos  
 Desenvolvendo outras atividades além da agricultura (agricultura de tempo parcial, turismo rural)  
 Herdando a propriedade do pai

**7- QUAL O NÍVEL MÍNIMO DE INSTRUÇÃO PARA DESEMPENHAR A PROFISSÃO DE AGRICULTOR**

Saber ler e escrever  
 Ensino básico (completo)  
 Ensino fundamental (8ª série)  
 Segundo grau  
 Curso técnico agrícola  
 Fazer curso da Casa Familiar  
 Faculdade

**8- CITE ATÉ TRÊS TIPOS DE CURSO QUE VOCÊ FREQUÊNTOU E QUE ACHOU MAIS INTERESSANTES**

Cursos/palestras de cooperativismo  
 Cursos de sindicalismo  
 Eventos técnicos de curta duração  
 Cursos de profissionalização da EPAGRI  
 Colégio/ginásio agrícola  
 Casa familiar rural  
 Outros

**9- OS SEUS PAIS**

Estimulam todos os filhos (as) a serem agricultores  
 Estimulam só um filho(a) a ser agricultor  
 Desestimulam seus filhos a serem agricultores  
 Não influenciam os filhos (as) nem a favor nem contra

**10- QUEM FICARÁ NA PROPRIEDADE?**

Já foi definido (já sabem quem ficará)

Não sabe quem ficará, mas alguém ficará  
 Não sabe se alguém ficará na propriedade

Ninguém ficará e não sabem o que fazer com a propriedade  
 A propriedade será vendida  
 A propriedade será arrendada  
 Somos arrendatários

**11- AS DECISÕES IMPORTANTES (INVESTIMENTOS, COMPRAS DE TERRA, MUDANÇAS DE ATIVIDADES, TOMADA DE CRÉDITO) SÃO TOMADAS**

Pelo pai e mãe  
 Pai, mãe e filhos  
 Pelo pai, mãe e filhas  
 Pelo pai depois de conversar com toda a família  
 Pelo conjunto da família  
 Somente pelo pai

**12-DIANTE DE UMA IDÉIA NOVA QUE VOCÊ FAÇA PARA A ORGANIZAÇÃO DA PROPRIEDADE A REAÇÃO DE SEU PAI COSTUMA SER**

Não aceita nem discutir  
 Não teve critério definido  
 Ainda não foi escolhido  
 Você não costuma fazer propostas novas  
 Discute em família e aceita algumas propostas

**13- COM RELAÇÃO A SUA PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES PROPRIEDADES VOCÊ ACHA**

Que está diminuindo  
 Continua igual  
 Está aumentando  
 É responsável pela propriedade  
 Não participa das decisões

**14- VOCÊ DESENVOLVE ATIVIDADE INDIVIDUAL PARA OBTER DINHEIRO SÓ PARA VOCÊ?**

Plantio ou criação na propriedade  
 Trabalho agrícola fora da propriedade  
 Trabalho não agrícola fora da propriedade  
 Não desenvolve atividade

**15- QUAL É O PRINCIPAL MOTIVO DE VOCÊ BUSCAR ESTE DINHEIRO PARA SI :**

Está se capitalizando para ter sua propriedade no futuro

Para seu lazer  
 Para comprar bens de uso pessoal (moto, bicicleta, roupas, outros)  
 Para preparar-se para o casamento  
 Para estudar  
 Outros  
 Para abrir um “negócio” na cidade

**16- COMO VOCÊ OBTÉM DINHEIRO (PARA LAZER, ROUPAS, ETC.)**

Tem que pedir dinheiro a cada vez que precisa  
 O pai decide e toma a iniciativa de dar dinheiro a seu critério  
 Rejeita quase sempre  
 Tem que pedir dinheiro, mas o pai também dá a seu critério  
 Trabalhando fora  
 Recebe uma parte da produção da propriedade  
 Outras

**17- O FATO DE TER QUE PEDIR DINHEIRO CADA VEZ QUE PRECISA :**

Não o incomoda (não se importa)  
 Incomoda e gostaria de ter seu próprio dinheiro  
 Incomoda e pode ser um dos motivos para sair de casa  
 Não pede dinheiro

**18- CASO VOCÊ ASSUMA ESTA PROPRIEDADE OU ALGUMA QUE VENHA ADQUIRIR : (ATÉ DUAS OPÇÕES)**

Continuaria explorando as mesmas atividades  
 Ampliaria as atividades existentes, mas não tem condições de capital e conhecimento  
 Mudaria as atividades, melhorando a tecnologia e gerenciamento  
 Mudaria as atividades, melhorando a tecnologia e gerenciamento, mas não tem oportunidade de capital, de mercado e de conhecimento, dentre outras  
 Compraria mais terra  
 Não será agricultor  
 Tentaria atividades voltadas ao turismo rural  
 Outros

**19- SE TIVESSE RECURSOS DISPONÍVEIS ONDE VOCÊ APLICARIA PRIMEIRO**

Na agricultura (construção de instalações, máquinas equipamentos reprodutores/animais)  
 Bens urbanos (lotes, casas, etc.)  
 Comprar terra  
 Poupança  
 Uso pessoal (carro, motos, outros)  
 Estudo  
 Outra atividade na propriedade  
 Outra atividade fora da agricultura

**20- COM RELAÇÃO A QUANTIDADE E QUALIDADE DA TERRA**



A quantidade da terra a ser herdada é suficiente e boa  
 A quantidade é suficiente mas predominante de má qualidade (difícil de ser trabalhada – trabalho penoso)  
 A qualidade é insuficiente mas predominante de má qualidade  
 A quantidade é insuficiente mas de boa qualidade  
 Não tem condições de avaliar

**21- QUAIS SÃO OS SEUS DOIS PROBLEMAS, ATUAIS EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA, QUE MAIS DIFICULTAM PARA VOCÊ SER UM AGRICULTOR BEM SUCEDIDO.**

Problemas graves de saúde  
 O trabalho na agricultura é muito sofrido, pesado e cansativo  
 Problemas graves de relacionamento com os pais e a família  
 Falta de energia elétrica  
 Falta de água na propriedade  
 Falta de capital para a compra de terra  
 Falta de capital para a compra de máquinas, equipamentos, benfeitorias e insumos  
 Falta de capacitação, orientação técnica e gerenciamento  
 Falta de estradas, escolas e postos de saúde  
 Falta de Mão – de - Obra  
 Falta de novas oportunidades de renda  
 Falta de acesso educação/formação/profissionalização

**22- QUAIS AS DUAS PRINCIPAIS RAZÕES, EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA, PARA PERMANECER NA AGRICULTURA**

Gosta da agricultura  
 Se sente valorizado como agricultor  
 Permanece na agricultura por tradição ou costume  
 Permanece porque vai ser o agricultor e vai herdar o capital  
 Porque os pais querem que permaneça na propriedade  
 Porque não tem oportunidade fora da agricultura  
 Porque não tem/teve oportunidade de estudar  
 Medo do desemprego na cidade  
 Fica na agricultura por outras razões  
 Não pretende ficar na agricultura

**23- NA SUA OPINIÃO, QUAIS AS DUAS PRINCIPAIS RAZÕES QUE PODEM LEVAR OS JOVENS DA SUA COMUNIDADE A ABANDONAR O CAMPO**

Falta de terra  
 Política agrícola inadequada (falta de crédito, assistência técnica, Preços baixos dos produtos ,etc.)  
 Ausência de outras oportunidades de trabalho  
 Falta de opções de lazer  
 Trabalho árduo  
 Dificuldade para estudar  
 Ausência de infra-estrutura (estradas, etc.)

Discriminação em relação aos jovens da cidade  
Baixa renda da atividade agrícola  
As criações exigem a presença constante na propriedade  
Brigas na família

**24- QUAIS SÃO SUAS RELAÇÕES COM OS AGENTES EXTERNOS À PROPRIEDADE. (ATÉ TRÊS OPÇÕES DE RESPOSTA)**

É associado da cooperativa  
É associado do sindicato  
Participa de grupos de jovens da cooperativa  
Associação de agricultores  
Tem conta corrente individual  
Bloco de produtor  
Participa de grupo de jovens da igreja  
Estuda na casa familiar rural  
Participa de jovens 4 S  
Participa de movimentos sociais  
Nenhuma

**25- NESTES GRUPOS QUE TEMAS SÃO DISCUTIDOS E QUE ATIVIDADES SÃO DESENVOLVIDAS?**

Assuntos técnicos da atividade agropecuária  
Dificuldades para se instalar e ser agricultor  
Projetos de vida para o futuro  
Perspectivas existentes fora da agricultura  
Religião  
Assuntos gerais sobre economia, política, problemas sociais, etc.  
Alternativas para permanecer na região  
Atividades de esporte e lazer  
Atividades coletivas para obtenção de renda

**26- QUAIS AS ATIVIDADES DE LAZER E CULTURAL QUE VOCÊ PARTICIPA EM SUA COMUNIDADE (ATÉ DUAS OPÇÕES)**

Futebol e outros esportes coletivos  
Grupo de danças  
Bocha/bolão  
Coral  
Excursões  
Bailes  
Festas  
Grupos de estudos  
Outros

**27-QUAIS AS ATIVIDADES DE LAZER E CULTURAL QUE VOCÊ GOSTARIA QUE TIVESSEM EM SUA COMUNIDADE (ATÉ DUAS OPÇÕES)**

Futebol e outros esportes coletivos

Grupo de danças  
Bocha/bolão  
Coral  
Excursões  
Bailes  
Festas  
Grupos de estudos  
Biblioteca  
Shows musicais  
Outros

**28- QUANDO VOCÊ DECIDIR SOBRE SUA PERMANÊNCIA OU NÃO NA PROPRIEDADE VOCÊ O FARÁ EM RELAÇÃO:**

Condições de vida na cidade  
As condições de vida no meio rural  
Ambas

**29- SE A DECISÃO DE PERMANECER OU SAIR ESTA RELACIONADA COM AS CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE, ENTÃO QUAIS OS DOIS FATORES QUE VOCÊ ACHA MAIS IMPORTANTE?**

Mais lazer  
Mais tempo livre  
Ganhar seu próprio dinheiro  
Menos obrigações  
Trabalho mais leve  
Mais oportunidades para estudar  
Possibilidades de tirar férias  
Porque ganha mais  
Outros

**30- SE A DECISÃO DE PERMANECER OU SAIR DA PROPRIEDADE ESTA RELACIONADA COM AS CONDIÇÕES DE VIDA NO MEIO RURAL ENTÃO QUAIS OS DOIS FATORES QUE VOCÊ ACHA MAIS IMPORTANTE**

Precisa trabalhar mais  
Precisa estudar mais, mas não tem oportunidades  
A agricultura não é mais valorizada  
Melhorou o conforto doméstico  
Existe mais lazer no meio rural  
Trabalho agrícola ficou menos pesado  
Melhor qualidade de vida  
Flexibilidade no horário de trabalho  
Não tem patrão  
Nada mudou

**31- VOCÊ JÁ SUGERIU FAZER ALGUM FINANCIAMENTO PARA A PROPRIEDADE?**

Sim  
Não

**32- SE JÁ SUGERIU:**

O pai aceitou  
O pai não aceitou

**33- VOCÊ JÁ FEZ UM FINANCIAMENTO EM SEU NOME?**

Sim  
Não

**34- VOCÊ TERIA INTERESSE EM FAZER UM FINANCIAMENTO PARA ADQUIRIR UMA PROPRIEDADE E INSTALAR-SE COMO AGRICULTOR**

Sim  
Não  
Depende das condições

**35- O QUE VOCÊ CONHECE SOBRE O BANCO DA TERRA?**

Não conhece  
Já ouviu falar, mas desconhece os detalhes  
Conhece, mas não pretende utilizar o crédito  
Conhece e pretende utilizar o crédito

**36- O BANCO DA TERRA É UM PROGRAMA PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL RURAL. POR EXEMPLO, FINANCIANDO UM VALOR DE R\$ 12.000.000, PAGARIA UMA PRESTAÇÃO APROXIMADA DE 120 SACAS DE MILHO POR ANO DURANTE 20 ANOS, COM UM PERÍODO DE CARÊNCIA DE 3 ANOS. NESTAS CONDIÇÕES:**

Tomaria o empréstimo  
Não tomaria o empréstimo  
Não tem condições de avaliar

O que significa meio rural para você?

Se você herdasse terra e capital suficientes para permanecer no meio rural, você ficaria?  
Por quê?

**ANEXO 02.****1 –QUAIS SÃO SUAS ATRIBUIÇÕES NA PROPRIEDADE ?**

Só as atividades domésticas

Doméstica e esporadicamente lavoura/criações

Doméstica e lavoura/criações

Só na lavoura

**2 – QUAIS AS DUAS ATIVIDADES A QUE VOCÊ DEDICA MAIS TEMPO, EXCETO A CASA**

Lavoura

Suínos

Outros animais

Leite

Hortaliças

Frutas

Aviário

Trabalho fora da propriedade

Estudos

Outros

**3 – QUAIS AS DUAS ATIVIDADES QUE VOCÊ GOSTARIA DE SE DEDICAR MAIS?**

Atividades domésticas

Lavoura

Suínos

Outros animais

Leite

Hortaliças

Frutas

Aviário

Trabalho fora da propriedade

Estudos

Outros

Nenhum

**4 – QUAL SUA OPINIÃO SOBRE O TRABALHO NA AGRICULTURA?**

Gostaria de desenvolver as mesmas atividades dos homens

Gostaria de desenvolver atividades diferentes das dos homens

Não gostaria de desenvolver atividades agrícolas

Permanecer desenvolvendo atividades não agrícolas

**5. QUE ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS VOCÊ MAIS GOSTARIA DE DESENVOLVER PERMANECENDO NO MEIO RURAL?**

Agroindústria de pequeno porte

Atividade turística (pesque-pague, hotel)

Agroturismo

Comerciante

Artesanato

Salão de beleza  
 Professora  
 Agente de saúde  
 Empregada doméstica  
 Não sabe  
 Outras

**5 – QUAL SEU FUTURO DESEJADO?**

Permanecer na agricultura como proprietária  
 Permanecer na agricultura como arrendatária  
 Permanecer na agricultura como operária rural  
 Permanecer na agricultura com tempo parcial  
 Trabalhar e morar na cidade  
 Trabalhar na cidade e morar na propriedade  
 Ficar no meio rural mas trabalhar com atividades não agrícolas  
 Outros

**6 – NA SITUAÇÃO ATUAL, COM SUA INSTRUÇÃO E TREINAMENTO, ONDE VOCÊ ACHA QUE TERIA AS MELHORES OPORTUNIDADES?**

No meio rural na agricultura  
 No meio rural com atividades agrícolas e não agrícolas  
 Morando na cidade mas com a renda principal de atividades agrícolas  
 Na cidade em atividades da cidade (comércio, serviços)

**7 – O QUE VOCÊ PENSA SOBRE SEU FUTURO COMO AGRICULTORA?**

Gosta de ser agricultora e é certo que será agricultora  
 Gostaria de ter outra profissão mas provavelmente será agricultora  
 Desejaria ser outra agricultora mas vê dificuldades  
 Não sabe se será agricultora  
 Não deseja ser agricultora

**8 – EM QUE CONDIÇÕES VOCÊ FICARIA NO MEIO RURAL?**

Na agricultura na situação atual do pai  
 Só ficaria se houvesse crédito para compra de terra  
 Só ficaria se houvesse crédito para compra de equipamentos, instalações  
 Só ficaria se houvesse crédito fundiário e de instalações  
 Ficaria se pudesse desenvolver outras atividades não agrícolas  
 Fazendo outras atividades agrícolas de mais renda

**9 – SEM UM PROGRAMA ADEQUADO PARA INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES COM CRÉDITO PARA COMPRA DE TERRA, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, HÁ CONDIÇÕES DE SE VIABILIZAR NA AGRICULTURA?**

Não há condições de se viabilizar na agricultura  
 Através de mudanças de atividades (lavoura ou criações e suas combinações)  
 Através de mudanças de atividades e melhor gerenciamento/tecnologia  
 Desenvolvendo atividades que agreguem maior valor aos produtos  
 Desenvolvendo outras atividades além da agricultura (tempo parcial)  
 Herdando a propriedade do pai.

**10 – QUAL O NÍVEL MÍNIMO DE INSTRUÇÃO PARA DESEMPENHAR A PROFISSÃO DE AGRICULTOR(A)**

Saber ler e escrever  
 Ensino básico (4ª série)  
 Ensino fundamental (8ª série)  
 Segundo grau  
 Técnico Agrícola  
 Curso da Casa Familiar Rural  
 Faculdade

**11 – CITE ATÉ 3 CURSOS QUE VOCÊ FREQUENTOU E ACHOU MAIS INTERESSANTE**

Cursos/palestras de Cooperativismo  
 Cursos de Sindicalismo  
 Eventos técnicos de curta duração  
 Cursos de profissionalização da EPAGRI  
 Colégio/ginásio agrícola  
 Casa Familiar Rural  
 Outros  
 Nenhum

**12 – OS SEUS PAIS**

Estimulam todos os filhos a serem agricultores  
 Estimulam só um filho(a) a ser agricultor(a)  
 Desestimulam seus filhos(as) a serem agricultores  
 Não influenciam os filhos(as) nem contra nem a favor

**13 – QUEM FICARÁ NA PROPRIEDADE?**

Já foi definido quem ficará  
 Não se sabe quem ficará, mas alguém ficará  
 Não se sabe se alguém ficará na propriedade  
 Ninguém ficará e não se sabe o que fazer com a propriedade  
 A propriedade será vendida  
 A propriedade será arrendada  
 Somos arrendatários

**14 – AS DECISÕES IMPORTANTES (INVESTIMENTOS, COMPRA DE TERRA, TOMADA DE CRÉDITO, TOMADA DE CRÉDITO) SÃO TOMADAS**

Pelo pai e mãe  
 Pelo pai, mãe e filhos  
 Pelo pai, mãe e filhas  
 Pelo pai, depois de conversar com toda a família  
 Pelo conjunto da família  
 Somente pelo pai

**15 – VOCÊ ESTÁ DE ACORDO COM OS ÚLTIMOS INVESTIMENTOS E/OU MUDANÇAS REALIZADOS NA PROPRIEDADE?**

Não houve investimentos e mudanças  
 Está de acordo com eles

Concorda em parte  
Não concorda  
Não participou das decisões  
O mais jovem decidiu

**16 – DIANTE DE UMA IDÉIA NOVA QUE VOCÊ SUGIRA PARA A ORGANIZAÇÃO DA PROPRIEDADE E QUE POSSA SER IMPLANTADA, A REAÇÃO DO SEU PAI COSTUMA SER:**

Não aceita nem discutir  
Rejeita quase sempre  
Aceita quase sempre  
Você não costuma fazer propostas novas  
Discute em família e aceita algumas propostas

**17 – COM RELAÇÃO A SUA PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES NA PROPRIEDADE VOCÊ ACHA QUE:**

Está diminuindo  
Está aumentando  
Continua igual  
É responsável pela propriedade  
Não participa das decisões

**18 – DESENVOLVE ATIVIDADE INDIVIDUAL PARA OBTER DINHEIRO SÓ PARA SI?**

Plantio ou criação na propriedade  
Trabalho agrícola fora da propriedade  
Trabalho não agrícola fora da propriedade  
Não desenvolve atividade individual

**19 – PRINCIPAL MOTIVO PARA VOCÊ OBTER ESTE DINHEIRO PARA SI:**

Está se capitalizando para ter sua propriedade no futuro  
Para seu lazer  
Para comprar bens de uso pessoal (carro, moto, roupas)  
Para preparar-se para o casamento  
Para estudar  
Para abrir um negócio na cidade  
Outros

**20 – COMO VOCÊ OBTÉM DINHEIRO?**

Tem que pedir dinheiro cada vez que precisa  
O pai decide e toma iniciativa de dar dinheiro a seu critério  
Tem que pedir, mas o pai também oferece  
Trabalhando fora  
Recebe parte da produção da propriedade  
Outras

**21 – CASO VOCÊ ASSUMA ESTA PROPRIEDADE OU ALGUMA OUTRA QUE VENHA ADQUIRIR (ATÉ DUAS RESPOSTAS)**

Continuaria explorando as mesmas atividades



Ampliaria as atividades existentes, mas não tem condições de capital e dinheiro  
 Mudaria as atividades melhorando a tecnologia e gerenciamento  
 Mudaria as atividades melhorando a tecnologia, o gerenciamento mas não tem oportunidade de capital, de mercado e de conhecimento  
 Compraria mais terra.  
 Não será agricultora  
 Tentaria atividades voltadas ao turismo rural

**22 – SE VOCÊ TIVESSE RECURSOS DISPONÍVEIS, ONDE APLICARIA PRIMEIRO?**

Na agricultura (construção de instalações, máquinas, equipamentos, animais)  
 Bens urbanos (lotes, casas)  
 Compra de terra  
 Poupança  
 Uso pessoal (carro, moto, roupas)  
 Estudo  
 Outra atividade na propriedade  
 Outra atividade fora da agricultura  
 Atividades voltadas ao turismo rural

**23 – COM RELAÇÃO À QUANTIDADE E QUALIDADE DA TERRA**

A quantidade de terra a ser herdada é suficiente e boa  
 A quantidade é suficiente, mas, predominantemente, de má qualidade  
 A quantidade é insuficiente e, predominantemente, de má qualidade  
 A quantidade de terra é insuficiente mas de boa qualidade  
 Não tem condições de avaliar

**24 – QUAIS SÃO OS SEUS DOIS PROBLEMAS, EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA, QUE MAIS DIFICULTAM PARA VOCÊ SER UMA AGRICULTORA BEM SUCEDIDA.**

Problemas graves de saúde  
 O trabalho na agricultura é muito sofrido, pesado, cansativo  
 Problemas graves de relacionamento com os pais  
 Falta de energia elétrica  
 Falta de água na propriedade  
 Falta de capital para a compra de terra  
 Falta de capital para a compra de máquinas, equipamentos, benfeitorias e insumos  
 Falta de capacitação, orientação técnica e gerenciamento  
 Falta de estradas, escolas e postos de saúde  
 Falta de mão-de-obra  
 Falta de novas oportunidades de renda  
 Acesso à educação/formação/profissionalização

**25 – QUAIS AS DUAS PRINCIPAIS RAZÕES, EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA, PARA PERMANECER NA AGRICULTURA?**

Gosta da agricultura  
 Sente-se valorizada como agricultora  
 Permanece na agricultura por tradição ou costume  
 Permanece porque vai ser sucessora e vai herdar o capital

Porque os pais querem que permaneça na propriedade  
 Porque não tem oportunidade fora da agricultura  
 Porque não tem/teve oportunidade de estudar  
 Medo do desemprego na cidade  
 Fica na agricultura por outras razões  
 Não pretende ficar na agricultura  
 Não exerço atividade agrícola

**26 – QUAIS AS DUAS PRINCIPAIS RAZÕES QUE PODEM LEVAR OS JOVENS DE SUA COMUNIDADE A ABANDONAR O CAMPO?**

Falta de terra  
 Política agrícola inadequada (falta de crédito, assistência técnica, preços baixos dos produtos)  
 Falta de outras oportunidades de trabalho fora da agricultura  
 Falta de opções de lazer  
 Trabalho árduo  
 Dificuldade para estudar  
 Ausência de infra-estrutura(estradas, etc)  
 Discriminação em relação aos jovens da cidade  
 Baixa renda da atividade agrícola  
 As criações exigem presença constante na propriedade  
 Brigas na família

**27 – QUAIS AS SUAS RELAÇÕES COM OS AGENTES EXTERNOS À PROPRIEDADE?(ATÉ 3 OPÇÕES)**

É associada da cooperativa  
 É associada do sindicato  
 Participa de grupo de jovens da cooperativa  
 Associação dos agricultores  
 Tem conta corrente individual  
 Bloco de produtor  
 Participa de grupo de jovens da igreja  
 Estuda na casa familiar rural  
 Participa do grupo de jovens 4S  
 Participa de movimentos sociais  
 Nenhuma

**28 – QUE TEMAS SÃO DISCUTIDOS E QUE ATIVIDADES SÃO DESENVOLVIDAS NESTES GRUPOS? (ATÉ 3 OPÇÕES)**

Assuntos técnicos da atividade agropecuária  
 Dificuldades para se instalar e ser agricultor  
 Projetos de vida para o futuro  
 Perspectivas existentes fora da agricultura  
 Religião  
 Assuntos gerais: economia, política, problemas sociais  
 Alternativas para permanecer na região  
 Atividades de esporte e lazer  
 Atividades coletivas para obtenção de renda

**29 – QUAIS AS ATIVIDADES DE LAZER E CULTURAL QUE VOCÊ PARTICIPA EM SUA COMUNIDADE (ATÉ 2 OPÇÕES)**

Futebol e outros esportes coletivos  
Grupo de dança  
Bocha/bolão  
Coral  
Excursões  
Bailes  
Festas  
Grupos de estudos  
Outros

**30 – QUAIS AS ATIVIDADES DE LAZER E CULTURAL QUE VOCÊ GOSTARIA QUE TIVESSEM EM SUA COMUNIDADE? (ATÉ 2 OPÇÕES)**

Futebol e outros esportes coletivos  
Grupo de dança  
Bocha/bolão  
Coral  
Excursões  
Bailes  
Festas  
Grupos de estudos  
Biblioteca  
Shows musicais  
Outros

**31 – QUANDO VOCÊ DECIDIR SOBRE SUA PERMANÊNCIA OU NÃO NA PROPRIEDADE VOCÊ O FARÁ EM RELAÇÃO:**

Condições de vida na cidade  
Condições de vida no meio rural  
Ambas

Se respondeu o item 2, não responder à questão 32  
Se respondeu o item 1, não responder à questão 33

**32 – SE A DECISÃO DE PERMANECER OU SAIR DA PROPRIEDADE ESTÁ RELACIONADA COM AS CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE, ENTÃO QUAIS OS FATORES QUE VOCÊ ACHA MAIS IMPORTANTES? (ATÉ 2 RESPOSTAS)**

Mais lazer  
Mais tempo livre  
Ganhar seu próprio dinheiro  
Menos obrigações  
Trabalho mais leve  
Mais oportunidade de estudar  
Possibilidade de tirar férias  
Porque ganha mais  
Outros

**33 – SE A DECISÃO EM PERMANECER OU SAIR DA PROPRIEDADE ESTÁ RELACIONADA COM AS CONDIÇÕES DE VIDA NO MEIO RURAL, ENTÃO QUAIS OS FATORES QUE VOCÊ ACHA MAIS IMPORTANTE? (ATÉ 2 RESPOSTAS)**

Precisa trabalhar mais  
Precisa estudar mais, porém não tem oportunidade  
A agricultura não é mais valorizada  
Melhorou o conforto doméstico  
Existe mais lazer no meio rural  
O trabalho agrícola ficou menos pesado  
Melhor qualidade de vida  
Flexibilidade no horário de trabalho  
Não ter patrão  
Nada mudou

**34 – VOCÊ JÁ SUGERIU FAZER ALGUM FINANCIAMENTO PARA A PROPRIEDADE?**

Sim  
Não

**35 – SE JÁ SUGERIU :**

O pai aceitou  
O pai não aceitou

**36 – VOCÊ JÁ FEZ UM FINANCIAMENTO EM SEU NOME?**

Sim  
Não

**37 – VOCÊ TERIA INTERESSE EM FAZER UM FINANCIAMENTO PARA ADQUIRIR UMA PROPRIEDADE E INSTALAR-SE COMO AGRICULTORA?**

Sim  
Não  
Depende das condições

**38 – O QUE VOCÊ CONHECE SOBRE O BANCO DA TERRA?**

Não conhece  
Já ouviu falar, mas desconhece os detalhes  
Conhece, mas não pretende utilizar o crédito

**39 – O Banco da Terra é um programa para aquisição de um imóvel rural. Por exemplo: financiando um valor de R\$ 12.000,00, pagaria uma prestação equivalente a 120 sacas de milho por ano, durante 20 anos, com um período de carência de 3 anos. Nestas condições, você faria o empréstimo?**

Tomaria o empréstimo  
Não tomaria o empréstimo  
Não tem condições de avaliar  
Conhece e pretende utilizar o crédito

**ANEXO 03****ENTREVISTA COM OS PAIS.**

COMO VOCÊ VÊ O FUTURO DA PROPRIEDADE?

QUE OUTRAS ATIVIDADES PODERIAM DAR UM NOVO IMPULSO OU ATRIBUIR MAIS OPORTUNIDADE DE RENDA PARA A PROPRIEDADE?

VOCÊ ESTIMULA SEUS FILHOS A PERMANECEREM NA PROPRIEDADE E TRABALHAR COM ATIVIDADE AGRÍCOLA?

COMO VOCÊ VÊ A POSSIBILIDADE DE ALGUM FILHO TOCAR A PROPRIEDADE?

JÁ PENSARAM NA POSSIBILIDADE DE VENDER A PROPRIEDADE? POR QUÊ?

**ANEXO 04****RELAÇÃO DE PESSOAS ENTREVISTADAS**

30 JOVENS: 14 RAPAZES E 16 MOÇAS

11 PAIS DOS JOVENS ENTREVISTADOS

02 AGENTES TÉCNICOS DO ESCRITÓRIO LOCAL DA EPAGRI - CAMBORIÚ

SECRETARIO DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO  
MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

02 AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

03 PROFESSORES DO COLÉGIO AGRÍCOLA DE CAMBORIÚ

02 FUNCIONÁRIAS DO SINE DE CAMBORIÚ E BALNEÁRIO CAMBORIÚ

**ANEXO 05 – MAPA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ**

# BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CAMBORIÚ

MUNICÍPIOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E CAMBORIÚ  
 MAPA DE USO ATUAL DAS TERRAS

Área da Bacia: 199,8 Km<sup>2</sup>

**LEGENDA**

A	Áreas
B	Campos
C	Áreas Urbanas
D	Áreas de ocupação
E	Mata
F	Osculturas

**CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS**

**NÍVEIS DE ÁGUA**

1	Canal de drenagem
2	Canal de drenagem
3	Canal de drenagem
4	Canal de drenagem
5	Canal de drenagem

**EDIFICAÇÕES**

—	Com pavimentação
—	Com pavimento
—	Com piso
—	Com terra

**LIMITES**

—	Municipal
—	Bacia hidrográfica

**PROTEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCADOR**

—	Canal
---	-------

**PROTEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCADOR**

—	Canal
---	-------

Escala Numérica: 1:75000

Escala Gráfica



Origem da submergoria Escudo: 16° 51' W Gr

Proj. UTM, Datum Vertical: IBERIA, SC

Localização da Bacia Hidrográfica no Estado



**Diagrama de Contribuição**

Rio	SC-22-20-01-1
Canal	SC-22-2-0-1-3
Canal	SC-22-2-0-1-3
Canal	SC-22-2-0-1-3

Bacia Cartográfica compilada a partir de censos cartográficos escala 1:50000 elaborados pelo IBGE.

Declinação Magnética em 12 de Abril de 1999 e Converção Meridiana do centro de folha (728 Km) 7 7000 (Km)



A Declinação Magnética cresce 6,7" anualmente

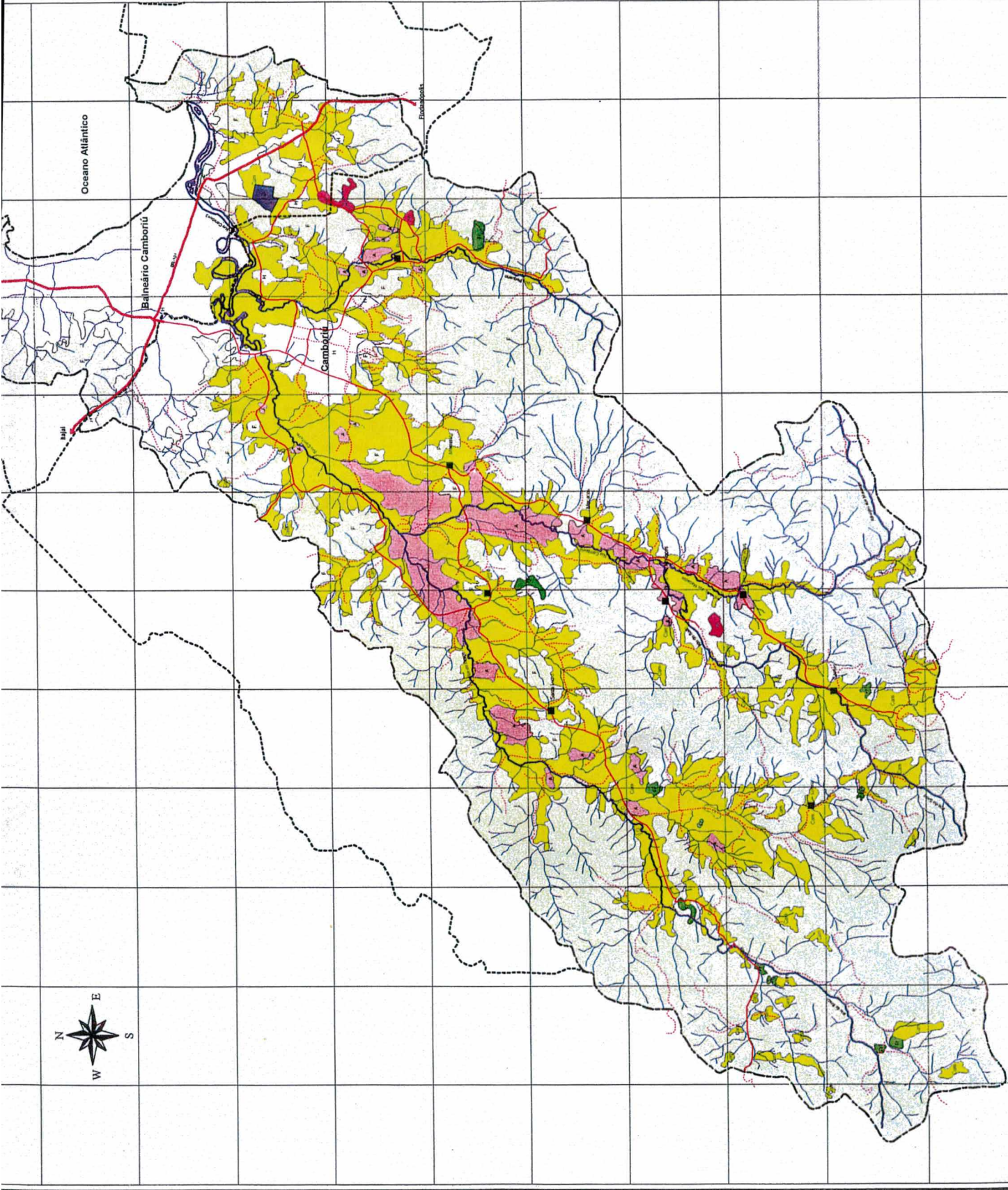
Este mapa para integrar ao cadastro do estado no sistema de Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú.

Data de elaboração: 12 de Abril de 1999

Divisão de Geoprocessamento e Mapeamento

Divisão de Reprodução Cartográfica

A Espalhar agradece a contribuição de dados ou orientações



Oceano Atlântico

Balneário Camboriú

Camboriú

Itaipópolis

